

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 651
19 de Junho de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

PLENÁRIO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

RESOLUÇÃO POLÍTICA

A SITUAÇÃO ECONÓMICA SOCIAL E POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO

APELO DO PCP À LUTA PELA PAZ

Textos integrais dos documentos aprovados pelo Comité Central do PCP em **Suplemento**.

**10.º
aniversário
de Soweto:
a semente
germinou**

• Saudação do PCP ao ANC
e noticiário na pág. 12/Semana



Editorial

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 651

19 de Junho de 1986

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

A voz do PCP

Não é tarefa fácil resumir em breves linhas o essencial do documento aprovado pelo Comité Central do PCP na sua reunião plenária de 16 e 17 de Junho. Mas se uma primeira conclusão se impõe da sua leitura é a da absoluta necessidade de sobre ele fazer um estudo rigoroso que duas ordens de razões indicam.

Por um lado, a resolução «A situação económica, social e política e as tarefas do Partido» contém um levantamento exaustivo da realidade portuguesa que, no pormenor de cada área e no conjunto e relacionamento a que o documento procede, fornece elementos fundamentais para a compreensão global das necessidades de actuação política dos democratas em geral e dos comunistas em particular.

Por outro lado, o documento contém análises e conclusões sobre modificações importantes verificadas na situação política portuguesa nos últimos meses que interessa reter e aprofundar.

Debuçando-se sobre a situação e sobre os seus traços novos, é contudo a confirmação de uma tese de há muito avançada pelo PCP que constitui uma das mais importantes conclusões do CC. Resumindo-a na conferência de imprensa ontem realizada, o secretário-geral do PCP diria aos jornalistas que «os aspectos essenciais da situação económica, financeira e social, exaustivamente analisados pelo CC, confirmam inteiramente a tese segundo a qual a causa essencial da crise que Portugal atravessa é a política de recuperação capitalista realizada nos últimos dez anos e prosseguida pelo actual Governo minoritário do PSD».

A verdadeira guerra social, que, ao longo de anos, sucessivos governos têm conduzido contra o Portugal de Abril e contra os trabalhadores confirma-se no dia-a-dia como o determinante elemento da destruição efectiva das capacidades produtivas do País, seja no desmantelamento de instalações e infra-estruturas, seja na própria imobilização da força de trabalho de que o crescente desemprego é apenas um dos mais gritantes aspectos.

Tratando-se de uma confirmação, as incidências de tal conclusão assumem, porém, uma actualidade muito particular, uma vez que se trata de uma política prosseguida pelo actual Governo minoritário PSD.

Numerosas páginas da Resolução constituem um implacável requisitório que, como afirmou ainda Álvaro Cunhal, permite verificar que «desmentindo a propaganda mistificadora do Governo, a situação económica acu-

sa a continuação de profunda crise e a situação social não só é gravíssima como continua a degradar-se dia a dia».

É claro que contra os factos da vida a posse dos meios de comunicação social do Estado permite sempre brandir os «argumentos» da propaganda, mas as centenas e centenas de situações e problemas apontados pelo Comité Central constituem a poderosa verdade que imparavelmente emerge.

Os factos comprovam, pelo agravamento da situação, que o Executivo de Cavaco Silva mais não faz do que prosseguir a política que conduziu Portugal à beira do desastre. Prosseguindo tal política, o Executivo de Cavaco Silva mais agrava a crise e em nada contribui para a solução dos grandes problemas nacionais.

Quase se poderia dizer que, pelo menos neste campo, não haveria novidades, para mal de Portugal e dos portugueses. Com uma mesma política provocam-se idênticos resultados, apenas que dura e dramaticamente agravados pela continuação e pelo aprofundamento dos problemas.

Mas o CC aponta igualmente modificações importantes que colocam as condições de luta contra a política de recuperação capitalista e contra os seus autores em moldes diversos e globalmente mais favoráveis.

É ainda do secretário-geral do PCP este resumo das conclusões do Comité Central quanto à evolução da situação política em 1985 e primeiro semestre de 1986:

«O CC concluiu que, neste período, se verificaram acontecimentos políticos positivos para a democracia, designadamente:

«1.º a demissão do governo PS e do PSD, tendo Mário Soares como Primeiro-Ministro, o que interrompeu e derrotou o plano PS/PSD que deveria realizar-se no 1.º semestre de 1985;

«2.º a dissolução da Assembleia da República e o resultado das eleições antecipadas por virtude do qual os partidos da direita não conseguiram, contra o que planeavam, uma nova maioria "AD". O limitado reforço eleitoral e parlamentar do PSD foi acompanhado pelo enfraquecimento das forças de direita no seu conjunto;

«3.º a ruptura da coligação do PS com a direita, privando a direita (pelo menos temporariamente) do seu aliado fundamental;

«4.º a alteração do quadro dos partidos democráticos, agora mais favorável ao diálogo e entendimento;

«5.º a derrota de Freitas do Amaral devido à decisão e actuação determinante do PCP, que não só afastou um perigo iminente para a democracia, como alterou os

termos do relacionamento entre os partidos democráticos;

«6.º o reforço da posição, influência e intervenção do PCP na vida nacional.»

O que permite uma importante conclusão:

«De todas estas circunstâncias resulta que o Governo Cavaco Silva — minoritário, defrontando a oposição da maioria dos partidos e dos deputados que dispõem de força institucional para obrigarem à sua demissão — é um governo frágil e vulnerável, com menos condições que o governo anterior PS/PSD de Mário Soares para levar por diante a ofensiva contra-revolucionária.»

Para que as condições favoráveis à democracia assim enumeradas se possam concretizar numa alternativa política, concluiu o Comité Central que existem ainda outros factores, alguns de traços positivos e outros de traços negativos.

Entre os primeiros avulta, antes de tudo o mais, a determinante luta e acção de massas que largamente se analisa e caracteriza. Neste campo interessa sublinhar que o documento não se limita a cabalmente desmentir as invencionices da propaganda oficial sobre o «apoio», a «passividade» e a «resignação» com que os trabalhadores aceitariam o prosseguimento da ofensiva ora conduzida pelo Governo Cavaco Silva: uma impressionante listagem dá conta do vigor e determinação que de Norte a Sul do País se opõe à liquidação de tudo quanto Abril conquistou.

Mas, para além disso, e talvez ainda mais importante, sublinha-se o alargamento do protesto e da contestação à política governamental por parte de sectores sociais e políticos até há pouco iludidos ou mesmo identificados com a direita. Se este fenómeno se manifesta em função de medidas e problemas os mais variados, interessará sublinhar as evidentes e crescentes preocupações criadas pela política de adesão de Portugal à CEE e seus ruinosos efeitos e que conduzem um número crescente de portugueses a reconhecerem a justeza das críticas e denúncias que, até hoje, quase exclusivamente o PCP formulou a este respeito.

Paralelamente com as deslocções políticas que se verificam como reacção à desastrosa política económica da direita, igualmente se constata um alargamento da consciência de que a «ofensiva contra as conquistas de Abril tendo como fim a restauração do capitalismo monopolista é inevitavelmente acompanhada por uma ofensiva paralela contra a democracia política e por concessões ao imperialismo gravosas da nossa independência nacional».

Verificam-se, na verdade, condições favoráveis para o combate à escalada do Governo minoritário do PSD contra as liberdades, direitos e garantias consagrados na Constituição: mesmo sectores conservadores enca-

Resumo

11

Quarta-feira

A Associação dos Inquilinos Lisbonenses afirma em conferência de imprensa que «a Lei das Rendas é uma calamidade» e exige a sua revogação ■ A Confederação Nacional da Agricultura anuncia a realização de uma jornada nacional de esclareci-

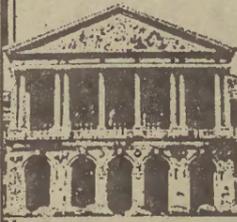


«Um país por desenvolver»

mento e protesto em todo o País, entre os dias 22 e 29 de Junho, com o duplo objectivo de alertar a população e as entidades oficiais para a situação calamitosa da lavoura e simultaneamente debater as consequências da adesão de Portugal à CEE ■ Os países membros do Tratado de Varsóvia apresentam à NATO e «a todos os países europeus» uma proposta de redução das armas convencionais e dos efectivos militares na Europa ■ Violentos confrontos em Crossroads em consequência de ataques dos chamados «vigilantes do estado» (negros da confiança do regime do apartheid) a militantes anti-apartheid.

12

Quinta-feira



Segundo o jornal «o diário», o Governo impede a EDP de recorrer ao mercado interno de obrigações e «condiciona o financiamento a uma reestruturação ditada pelo Banco Mundial» ■ A AR aprova, sob

proposta do PS e com os votos favoráveis do PS, PRD, PCP, MDP e Verdes, uma lei que condiciona a alienação de bens do Estado em empresas públicas de comunicação do Estado ■ Segundo um especialista de obstetria de Coimbra, Portugal tem uma das maiores taxas de mortalidade perinatal da Europa ■ O governo racista sul-africano impõe o estado de emergência em todo o país e lança uma violenta operação repressiva contra activistas do movimento anti-apartheid ■ Angola apresenta queixa ao Conselho de Segurança da ONU pelo ataque sul-africano contra o porto de Namibe ■ O povo do Haiti exige «a demissão dos testas de ferro da ditadura», afirma em Havana, o secretário-geral do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos ■ Em carta enviada ao secretário-geral da ONU, o primeiro-ministro soviético afirma que «a URSS está disposta a lançar veículos espaciais pacíficos de outros países e organizações internacionais».

13

Sexta-feira

A administração da Sorefame, com a cumplicidade da UGT, envia cerca de cem

cartas-despedimento a trabalhadores da fábrica na Amadora ■ A CGTP-IN acusa a RTP de ter censurado as declarações de um seu dirigente no programa sobre a CEE da responsabilidade de Maria Elisa ■ O grupo mediador da Comunidade Britânica apela à adopção de sanções económicas drásticas contra a África do Sul, num relatório divulgado em Londres.

14

Sábado



«Para quando a tomada de medidas eficazes contra os incêndios?»

Violento incêndio na Serra do Caramulo, suspeita-se que de origem criminosa, provoca a morte trágica de 15 pessoas, entre elas 12 bombeiros ■ «O nosso regime democrático não é aquele em que diz viver Cavaco Silva», pelo contrário, ele «está escrito em letra redonda na Constituição da República Portuguesa», afirma em Viseu o camarada Álvaro Cunhal ■ Morre em Genebra o escritor argentino Jorge Luís Borges ■ O Conselho de Segurança da ONU exige o levantamento imediato do estado de emergência na África do Sul.

15

Domingo



Realiza-se a 1.ª Assembleia da Organização regional da Beira Interior: o atraso da Beira Interior «não é uma fatalidade, mas o resultado da política reaccionária dos sucessivos governos da direita, da responsabilidade do PSD, do PS e do CDS» ■ A Comissão Distrital de Aveiro do PCP manifesta o seu profundo pesar pela perda de vidas humanas em consequência do incêndio no Caramulo e exige «um rápido e significativo apoio material e moral às famílias atingidas» ■ Militares e polícias sul-africanos interrompem violentamente um serviço religioso do Prémio Nobel da Paz, bispo Desmond Tutu, evocativo dos massacres de Soweto.

16

Segunda-feira

Reúne o Comité Central do PCP ■ Após 19 dias de caminhada, os trabalhadores da

indústria vidreira da Marinha Grande chegam a Genebra e são de imediato recebidos pelo director da OIT ■ Os trabalhadores da Petroquímica e Gás de Portugal iniciam uma greve de uma semana por aumentos salariais ■ A aplicação da Lei das Rendas está a ser feita «contra própria lei por parte de muitos e muitos senhores», afirma a CGTP-IN que exige uma rede de informação e protecção jurídica aos inquilinos ■ 10.º aniversário dos massacres do Soweto na África do Sul. Milhões de negros desafiam



«10 anos depois de Soweto. A mesma luta»

a repressão e cumprem um dia de greve geral nacional para assinalar aqueles trágicos acontecimentos ■ Entretanto, decorre em Paris, sob o patrocínio da OUA e de acordo com uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, uma conferência internacional sobre as sanções contra o país do apartheid.

17

Terça-feira

Segundo a CGTP existem em Portugal cerca de 90 000 trabalhadores com salários em atraso, «mais do dobro do referido pelo Governo». ■ Prossegue a luta dos trabalhadores da Petroquímica. Perante a intransigência da administração, os trabalhadores decidem prolongar a greve por mais cinco dias. ■ Milhares de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal defendem em concentração a consolidação do sector empresarial do Estado ■ Num plenário realizado nas instalações da Amora, mais de mil trabalhadores da Sorefame reivindicam a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho. ■ Oliver Tambo na segunda sessão da Conferência da ONU sobre sanções contra a África do Sul, acusa os EUA, Grã-Bretanha, França e RFA de serem «cúmplices e participantes de um crime de dimensões monstruosas», o apartheid.



ram com crescente condenação as limitações à ordem democrática com que sonha a direita, tal como os atropelos inadmissíveis ao mais elementar brio nacional de uma política estrangeira pautada pelos interesses do imperialismo.

Lado a lado com estes factores positivos, o CC enuncia também aspectos que não contribuem para a concretização de uma alternativa política à actual situação, nomeadamente os que se revelam prejudiciais ao determinante entendimento e convergência das forças democráticas. Na conferência de imprensa de ontem, Álvaro Cunhal sublinharia três:

«— ideias de «bipolarizações» e da chamada alternância PS/PSD;

«— ideias de uma maioria absoluta por tal ou tal partido;

«— novas tentativas de afastar o PCP de uma solução democrática».

E concluiria:

«Chamando a atenção para o que considera erradas direcções e sublinhando que nenhum partido democrático sozinho está em condições de constituir governo e realizar uma política democrática, o CC confirmou que o PCP continuará lutando pela convergência e a unidade de todas as forças democráticas.»

A resolução «A situação económica, social e política e as tarefas do Partido» dedica ainda pormenorizada atenção à definição do posicionamento do PCP face aos órgãos de soberania e a uma análise da situação institucional gerada pela política governamental.

O último capítulo é dedicado à acção e à luta por uma alternativa democrática nos seus diversos planos e sectores, com especial atenção para o determinante papel e reforço do PCP.

Falando aos órgãos de comunicação social, Álvaro Cunhal diria que «desmentindo a frenética campanha anticomunista que, na base de invencionices, procura criar na opinião pública a ideia de que o PCP está a enfraquecer e de que o enfraquecimento do PCP é um fenómeno irreversível, o PCP continua forte, unido e dinâmico, continua a ser um grande partido nacional cuja força e intervenção na vida política, social e cultural constituem elementos insubstituíveis e determinantes da defesa dos interesses do povo e do País, do regime democrático e da independência nacional.»

O próprio documento constitui uma comprovação de tal verdade!

E mais constituirá quando, no pensamento e na acção do grande colectivo partidário dos comunistas portugueses, se transformar no instrumento de estudo e acção que se inicia hoje com a sua publicação integral neste número do «Avante!».

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25-76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: «Editorial Avante! SARL» Sede Social: Av. Santos Dumont, 57, 3.º 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57, 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28-77 98 25-76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08-69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36-77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Maio: 33 800



Conferência de Imprensa realizada ontem de manhã no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes para divulgação das conclusões da reunião do Comité Central efectuada nos dois primeiros dias da semana

Um partido indispensável às soluções democráticas

Em Conferência de Imprensa realizada no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes na manhã seguinte à reunião do Comité Central do Partido Comunista Português, que aí teve lugar durante segunda e terça-feira, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, leu aos jornalistas uma declaração divulgando as conclusões da reunião do CC, que foram por sua vez condensadas no extenso documento que hoje publicamos na íntegra.

Acompanhado dos camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Vítor Dias, membro do Comité Central, o camarada Álvaro Cunhal referiu com particular relevo os aspectos da situação económica e social analisados na reunião, chamando a atenção para a gravíssima situação que continua a degradar-se dia a dia no País, apontando como causa essencial da crise e do seu agravamento a política dos sucessivos governos e do

actual, em guerra contra as conquistas democráticas de Abril.

Álvaro Cunhal salientou também a particular atenção que o Comité Central deu aos problemas decorrentes da adesão de Portugal à CEE, sublinhando que se confirmam as prevenções do PCP feitas antes de se consumir a adesão. Para além dos acordos, que são gravosos para a economia nacional, não é de excluir, como foi lembrado pelo dirigente comunista, que Portugal venha a ser um contribuinte

líquido, já este ano, em vez de receber, como se propagandeava, vultuosas dávidas do Mercado Comum.

Apesar de, sucintamente, Álvaro Cunhal se ter referido ao essencial dos muitos e variados pontos da resolução do Comité Central, detendo-se particularmente na situação económica e social, foi, no entanto, à volta da situação política que surgiram as perguntas dos jornalistas presentes.

Eleições ou não? Participação ou não de comunistas num governo alternativo?

O secretário-geral do PCP lembrou que as «ameaças» de demissão de Cavaco e de convocação de eleições antecipadas não têm razão de ser. Por um lado, porque a convocação de eleições não é da competência

do Primeiro-Ministro; por outro lado, porque elas não são necessárias para derrubar o Governo nem para a formação de outro no actual quadro parlamentar.

Sublinhando, embora, que é necessário que os partidos democráticos se entendam para uma política alternativa à deste Executivo, Álvaro Cunhal não deixou de afirmar que Cavaco Silva pouparia muito trabalho à oposição se decidisse demitir-se... E, quanto ao facto de o PCP não apontar eleições antecipadas, por não as achar necessárias, Álvaro Cunhal referiu que os comunistas não deixariam de as exigir se tal fosse aconselhável, como o fizeram já por diversas vezes.

Comentários a diversas sondagens foram pedidos. E o secretário-geral do PCP aproveitou

o ensejo para mais uma vez recordar a manipulação que tais sondagens costumam sofrer à partida e de chamar a atenção para o facto de as percentagens atribuídas aos comunistas e à APU serem desmentidas pelos resultados eleitorais posteriores.

Quanto à participação ou não dos comunistas num governo, Álvaro Cunhal referiu que cada vez mais claramente — como o próprio Comité Central o faz no documento aprovado — se revela o papel indispensável do PCP na resolução dos grandes problemas nacionais.

Importância do PCP? Influência e importância dos comunistas? Que factos o demonstram, quis saber um jornalista.

O secretário-geral do Partido, que remeteu para a leitura do próprio documento do CC, deu

apenas um exemplo: o do papel desempenhado pelo PCP nas últimas eleições presidenciais, sem o qual hoje seria Freitas do Amaral o Presidente da República e não teria sido possível defender a democracia como foi.

Álvaro Cunhal teve ainda oportunidade de falar da necessidade de renegociar os acordos com a CEE, lembrando que não é de excluir a saída de Portugal da Comunidade e vincando as desvantagens que hoje muita gente já compreende, da integração do nosso país no Mercado Comum.

Por fim, chamou também a atenção dos jornalistas para o documento sobre a situação internacional e apelando à luta pela Paz, que o Comité Central aprovou e que também publicamos hoje.

Almeida Faria



A PAIXÃO

Traduzido ou em curso de tradução em vários países, objecto de estudos diversos e de teses de doutoramento em França e no Brasil, *A Paixão* é o primeiro de uma série de 4 romances que, com o título geral de *Tetralogia Lusitana*, incluirá *Cortes*, *Lusitânia* e *Cavaleiro Andante*

CAMINHO



PCP

Todos ao Palácio!

Oposição?

Uma coisa:

O País recomeça a arder, morre gente e o Primeiro-Ministro vai à televisão e diz: a culpa disto é da oposição, que não quis aprovar as medidas repressivas contra os incendiários, propostas pelo Governo.

Daqui se infere que o sempre adiado reordenamento florestal — eternamente à espera dum Executivo que o execute — nada tem a ver com a catástrofe.

Daqui se infere que a mafia de madeireiros e outros «import-export» mais ou menos celulósicos que minam o País a coberto dos altos poderes públicos, nada têm a ver com o problema.

Daqui se infere que o desprezo governamental pelo património florestal, os interesses dos seus muitos milhares de pequenos produtores, a planificação da sua defesa e o apetrechamento de quem, na hora das aflições, corre os riscos e perde a vida, não é chamado ao caso. A floresta arde porque não se aprovaram as medidas repressivas do Governo.

Os bombeiros morrem porque existe oposição.

Outra coisa:

O Governo, sempre pela «voz do dono», diz que o índice de preços ao consumidor tem baixado. Aponta números.

Desdobra estatísticas. Prova por frase mais discurso que andamos todos contentes com as melhorias introduzidas no nosso quotidiano por este Executivo.

Daqui se infere que não houve aumentos brutais e indiscriminados nas rendas de casa, por decisão governamental.

Daqui se infere que o nosso Povo carece duma urgente consulta oftalmológica a nível nacional, para deixar de ver aumentos de preços generalizados onde, afinal, só existem reduções.

Daqui se infere que temos de explicar às repartições de Finanças que, daqui a uns tempos, irão esportular-nos mais 30% sobre o imposto do selo de circulação, que estão redondamente enganadas — a sua tarefa deverá consistir, isso sim, em acompanhar a tendência de abaixamento geral, amplamente demonstrada pelo Governo, e tratar de reduzir as taxas de imposto a cobrar.

Quem disser o contrário, está a fazer oposição. Sendo oposição, é evidentemente responsável. Por tudo, ofecórrse — incluindo as tais baixas que, afinal, são aumentos.

Ainda outra coisa:

Cavaco Silva estica-se o mais que pode, no figurino que passeia pelo País, a garantir que o seu Governo é honesto e competente. E fá-lo com empenhamento: maquilha-se e retoca as sobranceiras, se há televisão por perto, ajeita a gravata ou proletariza as mangas de camisa se a coreografia o exige (só não consegue ultrapassar o seu atávico conflito com a língua portuguesa, mas cada um é como é e a mais não é obrigado).

Daqui se infere que a recente convocação do titular da pasta do Ministério da Agricultura, Álvaro Barreto, pela Comissão Parlamentar de Inquérito às ilegalidades cometidas pelo referido ministério na zona da Reforma Agrária, é mais uma cabala antigovernamental. Mas imagine-se que na base desta decisão esteve o facto de o ministro não ter fornecido elementos a esta Comissão, apesar de lhe ter prometido todó o apoio, quando da sua constituição!

Se o facto de a Assembleia da República se atrever a constituir uma Comissão de Inquérito a um Ministério de um Governo que toda a gente sabe ser honesto e competente, já constitui, por si, matéria de substancial apreensão, não há dúvida que a convocação do próprio ministro configura um intolerável atentado antigovernamental, de gravidade não inferior às recusas de aprovações à repressão. Aqui temos, de novo, a oposição a fazer das suas. Já não lhe basta incendiar o País.

Nem sequer se contenta com o levantar sistemático de tudo o que o Governo baixa.

A oposição — calcule-se! — parece pretender ser Oposição!

«Porto em Festa», a festa da Organização Regional do Porto do PCP, vai acontecer já no próximo fim-de-semana, dias 21 e 22 no Palácio de Cristal.

Realizando-se no período e no local da Feira Popular e coincidindo com os festejos de S. João, «Porto em Festa» promete bons momentos de convívio e fraternidade, de alegria e juventude, e de cultura também, num espaço participado e vivido num espírito bem popular. É neste sentido que os comunistas do Porto têm estado a trabalhar desde há algum tempo.

«Porto em Festa» vai decorrer com um vasto programa para todos os gostos. Inicia-se sábado à tarde com o apuramento, a nível do distrito do Porto, dos concorrentes que participarão no 1.º Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!». Para os vencedores deste festival regional há prémios que vão desde equipamentos musicais a cheques CDL. Um festival que é um bom motivo para se reunirem os muitos grupos e jovens que nas colectividades e nas associações juvenis do distrito despontam para a música.

Falando de música, estarão no palco do «Porto em Festa» nomes bem significativos da música portuguesa: Sérgio Godinho, Samuel, José Barata Moura e os «Trabalhadores do Comércio».

De salientar também as exposições, com destaque para a dedicada aos cem anos do 1.º de Maio.

O vídeo gigante será sem dúvida um dos grandes atractivos. Os quartos de final do Campeonato do Mundo de Futebol serão transmitidos em écran gigante, como se fosse ao vivo.

Os debates terão também o seu lugar. No auditório estarão em discussão temas como os Cem Anos do 1.º de Maio e o Ano Internacional da Paz. Também no auditório, no domingo de manhã, terá lugar uma importante iniciativa — o encontro de difusores e de responsáveis pelo trabalho de difusão da Imprensa do Partido.

O retiro do fado, a discoteca, os «vídeo-clips», são outros tan-



tos motivos de interesse e divertimento para todos os gostos e todas as idades.

E, como habitualmente nas festas do PCP, não faltarão os «stands» das organizações do Partido com o artesanato, os petiscos regionais, as utilidades.

No «Porto em Festa» lugar também para o desporto. É a Corrida da Saúde, no domingo de manhã, para os que gostam de competir e também para os que apenas queiram fazer o seu exercício de manutenção.

A intervenção política será outro momento importante do «Por-

Sábado

- * 15 h. - FESTIVAL DA CANÇÃO JUVENIL
- * 17 h. - RETIRO DO FADO
- * 18.30 h. - DISCOTECA
- * 19 h. - VIDEO GIGANTE - MUNDIAL 86-
- * 21.30 h. - ROCK com os TRABALHADORES DO COMÉRCIO
- * 21.30 h. - RETIRO DO FADO
- * 23 h. - VIDEO GIGANTE - MUNDIAL 86-
- * 1 h. - DISCOTECA
- * 1 h. - Encerramento

Domingo

- * 10 h. - MANHÃ INFANTIL com JOSÉ BARATA MOURA
- * 15 h. - FOLCLORE
- * 16 h. - ESPECTÁCULO com SAMUEL
- * 16.30 h. - INTERVENÇÃO de CARLOS COSTA (da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP)
- * 17 h. - ESPECTÁCULO com SÉRGIO GODINHO
- * 19 h. - VIDEO GIGANTE - MUNDIAL 86-
- * 19 h. - DISCOTECA
- * 21.30 h. - VIDEOCLIPS
- * 21.30 h. - RETIRO DO FADO
- * 22.45 h. - DISCOTECA
- * 23 h. - VIDEO GIGANTE - MUNDIAL 86-
- * 1 h. - Encerramento

1.º Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!»

Apuramento do distrito do Porto / Sábado — 15 h.

Corrida da Saúde
Integrada nas provas desportivas da Festa do «Avante!»
Domingo — 9 horas

Standes diversos
Artigos • Utilidades • Petiscos Regionais

Atenção: Entrada gratuita para todos os participantes. Reservar a entrada antecipadamente no 421 12 antes de sair.

to em Festa», com o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Sábado e domingo que vem, no Palácio de Cristal, na cidade do Porto, o PCP marca encontro com os trabalhadores, os democratas e o povo.

4, 5 e 6 de Julho, no Laranjeiro Festa da Amizade já «começou»...

A venda da «PA» (o ingresso que dá para os três dias da Festa), a promoção de iniciativas de carácter desportivo, o trabalho de implantação no Laranjeiro, as tarefas de propaganda e, naturalmente, a elaboração do programa da Festa da Amizade são responsabilidades a que os comunistas do concelho de Almada dão resposta com o entusiasmo próprio de uma grande jornada popular, que nos últimos anos criou profundas raízes entre a população e o sentir democrático da Margem Sul do Tejo.

No último domingo, no Centro de Trabalho concelhio (Pombal) decorreu um torneio de tiro ao alvo, com a participação de 21 equipas e de 63 atiradores. Manifestação desportiva inserida nas actividades de promoção da

Festa da Amizade, o torneio registou as seguintes classificações: **por equipas** — competição feminina — 1.º, Clube Recreativo Pombalense «A»; 2.º, UFC «Os Pastilhas» «A»; 3.º, CR Pombalense «B»; **por equi-**

pas — competição masculina — 1.º, UFC «Os Pastilhas» «A»; 2.º, Pombalense «A»; 3.º, União Recreativa do Bairro «A»; **individuais** — competição feminina — 1.º, Belmira Nabais; 2.º, Eugénia Batista; 3.º, Luísa Martins; **competição masculina** — 1.º, Fernando Batista; 2.º, Luís Franco; 3.º, Paulo Nabais.

Desporto para todos no próximo fim-de-semana

Entretanto, no próximo fim-de-semana vai continuar a divulga-

ção da Festa através do desporto e do convívio. Assim, no sábado, às 10 e depois às 16 horas, no jardim da Piedade, junto ao coreto, vão realizar-se simultâneas de damas para todas idades, com a participação especial do mestre Gomes e Mário Dinis Vaz, este último um incansável colaborador do programa desportivo da Festa do «Avante!».

No domingo, além das damas, também o voleibol, o atletismo, o xadrez e o lançamento do peso serão modalidades em acção numa manhã desportiva que decorrerá a partir das 9 e 30 horas, na Costa da Caparica, junto ao Tarquinio. «Há lembranças para todos os participantes», revela a organização.

Arrial popular

Quem pensa que a Festa da Amizade é só nos dias 4, 5 e 6 de Junho está enganado. Nas noites de 23 e 28 deste mês, o S. João e o S. Pedro, respectivamente, serão tema aliciante para festa de sabor bem popular no recinto da Festa da Amizade. Não faltarão a sardinha assada, o caldo verde, o convívio, o bailarico e algumas supresas agradáveis nestas noites quentes deste Junho 86. São responsáveis por essas iniciativas a célula da Câmara Municipal de Almada/SMAS (S. João) e a Comissão de Freguesia da Cova da Piedade (S. Pedro). Bom trabalho!

Esteja atento às próximas relações sobre a Festa da Amizade...



4-5-6 JULHO

PARQUE MUNICIPAL DE ESPERANÇAS - BRAGA

Braga, 4, 5 e 6 de Julho Aí está a Festa da Alegria!

Voltando ao seu espaço tradicional, o Parque Municipal de Exposições, vai realizar-se em Braga no fim-de-semana de 4, 5 e 6 de Julho a 9.ª edição da Festa da Alegria, considerada a maior iniciativa política e cultural da região norte.

Espectáculos com alguns dos melhores artistas portugueses, incluindo Sérgio Godinho e Fausto, colóquios sobre temas de actualidade, animação desportiva e jogos populares, manhã infantil com teatro e outras iniciativas, espaço juvenil com disco-

teca e café-concerto, «stands» de todas as organizações regionais do Partido no continente, exposições e um comício com a participação do camarada Álvaro Cunhal são desde já pontos destacados do programa elaborado pela Direcção Regional do Minho (DORM) do PCP.

Mas sobre a próxima Festa da Alegria a informação aqui nas colunas do Avante! irá muito mais longe, com a publicação dum trabalho realizado há dias na capital minhota. Esteja atento.

PCP

Assembleias da Beira Interior e Viseu

Reforço do PCP indispensável ao desenvolvimento regional

A realização das primeiras assembleias da **Organização Distrital de Viseu** e da **Organização Regional da Beira Interior** do PCP, iniciativas que decorreram respectivamente nos dias 14 e 15 do passado fim-de-semana e que contaram em ambos os casos com a presença do Secretário Geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, constituíram dois magníficos acontecimentos que testemunham a vitalidade e a capacidade de organização dos comunistas e do seu Partido e a sua crescente penetração, influência e desenvolvimento em regiões tão difíceis como estas, onde ainda impera na maior parte dos casos o domínio caciqueiro dos partidos de direita.

Aplicando as recomendações saídas do X Congresso do PCP realizado no Porto, e pese embora as naturais diferenças existentes entre assembleias de âmbito distrital e regional, estas duas realizações melhoraram substancialmente os conhecimentos do Partido sobre as realidades de cada uma das regiões (avanço que sem dúvida possibilitará uma maior e mais decisiva intervenção dos comunistas na resolução dos múltiplos problemas que afectam as populações), permitindo ainda um aprofundamento da democracia interna do Partido através da prestação de contas da actividade desenvolvida e da eleição democrática dos novos organismos de direcção.

O intenso e prolongado trabalho preparatório desenvolvido nas últimas semanas, período durante o qual se procedeu a uma aturada discussão de todas as matérias em debate, no qual participaram muitas centenas de militantes comunistas e se contactaram pessoalmente milhares de outros camaradas (ligação que permitiu a entrega de novos cartões, um aumento do valor das quotizações, a recuperação das que estavam em atraso e a melhoria da divulgação do «Avante!» e do «Militante») facultou por outro lado um notável reforço e dinamismo da vida partidária, com as evidentes vantagens daí resultantes.

A intensa actividade que os comunistas da Beira Interior e de Viseu desenvolveram no âmbito da preparação das suas Assembleias conduziu ainda, como justamente sublinhou o camarada José Soeiro na Assembleia realizada na Covilhã, ao surgimento e empenhamento de novos militantes, confirmando assim que é «na acção prática que o Partido se desenvolve e que os quadros dão os primeiros passos na sua formação».

Revelando um elevado conhecimento dos problemas que afectam os trabalhadores e as populações das suas regiões — o número e o nível das intervenções efectuadas durante os debates, cobrindo praticamente todas as áreas e sectores de actividade

ilustram bem a íntima ligação e o contacto vivo e diário do Partido com as realidades locais e nacionais —, as resoluções políticas aprovadas pelos delegados nas duas assembleias constituem por seu turno preciosos guias de acção que permitirão a partir de agora melhorar consideravelmente o trabalho partidário e a intervenção insubstituível dos comunistas na resolução dos problemas que afectam as gentes dos distritos da Guarda e Castelo Branco (ORB) e Viseu.

Amplio debate

Com a presença de 99 delegados eleitos nas organizações e organismos e de 150 convidados de praticamente todos os concelhos do distrito, a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Viseu decorreu no ginásio da Escola Secundária Alves Martins, sob o lema «Reforçar o PCP, defender a Democracia, Pelo Progresso do Distrito».

Durante o amplo debate que se prolongou durante todo o dia no qual intervieram 20 camaradas em representação das comissões concelhias, das organizações de freguesia e de células de empresa, dos organismos de trabalho sindical, camponês e autárquico, da juventude e das mulheres, foi particularmente analisado o agravamento da situação económica e social do distrito em resultado da política de direita que tem nortear a acção dos governos dos últimos dez anos, designadamente do actual, liderado por Cavaco Silva.

O texto definitivo do Projecto de Resolução Política, no qual estavam já consagradas uma centena de emendas propostas durante a fase de trabalho preparatório, mereceu a aprovação unânime dos delegados que representavam o efectivo partidário do distrito, hoje com 2136 militantes.

A nova Comissão distrital de Viseu é constituída por 34 membros, na sua maioria operários industriais (26,4 por cento), tendo 20,5 por cento dos membros de vinte a trinta anos, 70,5 por cento entre trinta e cinquenta anos, pos-

suindo apenas 8,8 por cento de membros mais de 50 anos.

Entre os membros da mesa que presidiu aos trabalhos encontravam-se os camaradas Jaime Serra da Comissão Política o qual proferiu uma saudação de abertura, Vídal Pinto, suplente da Comissão Política, Carlos Fraião suplente do CC (a quem coube a intervenção de balanço sobre os «Doze anos de luta no distrito de Viseu»), Fernando Rodrigues, também suplente do CC que interveio sobre «A luta da classe operária e dos trabalhadores no distrito de Viseu» e ainda o camarada Álvaro Cunhal que proferiu a intervenção de encerramento e que

participou horas depois, à noite, na sessão festa realizada no mesmo local.

Reforço do Partido

Prolongando-se durante todo o dia de domingo a Assembleia da Beira Interior realizada no Cine-Centro da Covilhã comprovou a perspectiva de desenvolvimento do partido na região e a sua preocupação em analisar de forma séria e detalhada os problemas da região.

Nos trabalhos participaram 194 delegados (mais de 50 por cento

operários) e cerca de cem convidados entre os quais se encontravam representantes do PS, do PRD, do MDP/CDE, e do partido «Os Verdes».

Representando mais de 4300 militantes comunistas, os delegados à 1.ª Assembleia da Organização Regional da Beira Interior — recorde-se que esta Assembleia ocorreu na sequência das Assembleias distritais da Guarda e Covilhã realizadas no ano passado — aprovaram ainda uma resolução política onde se apontam as tarefas prioritárias para o reforço da acção partidária e o novo organismo de direcção que passou a contar com 15 camaradas.

Durante o debate em que intervieram 50 camaradas foram analisadas as questões referentes ao desenvolvimento da Beira Interior e ao reforço do Partido e da sua organização.

O encerramento dos trabalhos pertenceu ao camarada Álvaro Cunhal que na antevéspera participou num arraial de St.º António na freguesia de Antuzeda. Da sua participação na festa popular realizada nesta freguesia APU do concelho de Coimbra bem como da forma como decorreram os trabalhos das duas Assembleias de Organização de Viseu e da Beira Interior daremos conta de forma desenvolvida em próxima edição.

Lisboa

Organização do Comércio em Assembleia

O debate em torno do documento-base, a eleição do novo organismo de direcção e a intervenção final pelo camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do CC, foram os momentos mais salientes da 3.ª Assembleia da Organização dos Trabalhadores Comunistas do Comércio de Lisboa, realizada no passado dia 7 no Centro Vitória.

O balanço da actividade desde a última Assembleia (Junho de 1981), — «não pode de uma forma global considerar-se positivo» — mereceu a atenção dos delegados, que analisaram questões orgânicas e a actual situação no sector, nomeadamente no capítulo das lutas e dos problemas dos trabalhadores nas empresas.

As frentes de trabalho da informação e propaganda e dos fundos estiveram em foco no debate realizado nesta 3.ª Assembleia, com a qual os comunistas do sector pretendem «pôr em

prática as medidas adequadas para que a organização do Partido no Comércio corresponda melhor à sua real influência e que o seu papel de vanguarda seja exercido de facto em cada

empresa em particular e no sector em geral».

O novo organismo de direcção, eleito na Assembleia, é constituído por 20 camaradas, com uma média de idades de 37

anos, sendo 25 por cento mulheres.

Os materiais e as conclusões da Assembleia serão objecto de uma referência mais desenvolvida nas páginas do «Avante!».

Debates na Biblioteca Nacional

Por iniciativa do sector intelectual de Lisboa do PCP, realizou-se, no salão da Biblioteca Nacional, um conjunto de sessões abertas, sob o lema geral «Debates com o PCP».

Como o próprio riome o indica, esta iniciativa — sempre às 21.30 h — tem como objectivo saber-se qual a posição do Partido Comunista Português sobre temas tão actuais como seja a televisão privada ou a alienação cultural.

Assim, amanhã (sexta-feira), realiza-se um debate sobre «Europa e Portugal, o velho e o

novo na democracia», que será presidido por Barros Moura, Ilda Figueiredo, José Magalhães e José Barata Moura.

No dia 24 — e sempre no mesmo local —, a «independência dos intelectuais, realidades e mitos» será o tema de um debate orientado por Aboim Inglês, Gisela da Conceição, António Borges Coelho e Manuel Augusto Araújo.

No dia 26, António Abreu, Jorge Lemos, Artur Ramos, Marques Pinto e José Goulão orientam o debate sobre «TV privada, para quê?» e, finalmente, no próximo dia 1, será a vez de Aurélio Santos, Manuel Gusmão, Urbano Tavares Rodrigues e Mário Vieira de Carvalho presidirem à mesa que orientará o debate sobre «cultura emancipadora e cultura de alienação».

Torres Novas 3.ª Assembleia aponta objectivos

Sob o lema «reforçar o Partido, dinamizar a alternativa», decorreu no passado dia 8 a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Torres Novas, do PCP. Participaram 100 delegados e 40 convidados.

Considerada pela organização como um «grande êxito, quer pelo trabalho preparatório, quer pelo modo como decorreu e pelas suas conclusões» a 3.ª Assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia do Partido, constituída por 29 elementos, e aprovou o relatório do organismo de direcção cessante, um documen-

to sobre problemas do concelho e propostas do PCP, e ainda outro sobre os objectivos da organização do Partido neste concelho do distrito de Santarém.

O camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do Partido, foi um dos participantes na iniciativa, que registou 21 intervenções ao longo do debate realizado entre as 10 e as 18 horas.

Colectividades, cooperativas e as estruturas locais do MDP, PRD e do partido «Os Verdes» dirigiram saudações à Assembleia.

Obras no CT de Portalegre

«Realizar no ano em curso as obras de remodelação que se impõem» no Centro de Trabalho do Partido, na cidade de Portalegre, é o objectivo da campanha de recolha de fundos lançada recentemente pela Comissão Distrital do PCP.

Adquirido pela organização em 1981, o imóvel da Rua do Comércio tem funcionado como CT da Concelhia e da Distrital, sendo de extraordinária importância para o trabalho do Partido a concretização destas obras de «reparação, conservação e remodelação» que arrancaram em simultâneo com a campanha de fundos, apontada para 5 mil contos.

Em contacto com a nossa redacção, a Comissão Distrital de Portalegre do PCP «apela a todos os militantes e outros democratas amigos do Partido a sua contribuição financeira», que pode ser en-

tregue nas organizações locais ou nos Centros de Trabalho no distrito.



Assembleia da República

Serviço militar obrigatório aprovado

A Assembleia da República debateu e aprovou no passado dia 12, com as abstenções do MDP, do deputado do CDS Manuel Monteiro e da deputada Maria Santos, do Partido «Os Verdes», a proposta de lei do Governo sobre o serviço militar obrigatório. Foi também aprovado por maioria um projecto de lei do deputado Lopes Cardoso sobre serviço de cooperação, tendo-se absterido o PSD e o deputado independente do CDS Borges de Carvalho. Sobre o serviço militar obrigatório intervieram por parte da bancada comunista os deputados João Amaral e Jorge Patrício.

O primeiro começou por referir:

Na matéria que aqui hoje estamos a apreciar queremos deliberadamente ser muito claros: o serviço militar obrigatório deve ser dignificado e apoiado e é urgente e imperioso que esta Assembleia da República legisse nesse sentido.

Fazendo a defesa do serviço militar obrigatório e salientando

do que no regime democrático-constitucional português é uma exigência democrática e constitui, ele próprio, uma componente e uma garantia do regime democrático, acrescentou:

Só que para que esse objectivo seja atingido é necessário rapidamente alterar não só o quadro legal vigente como, e fundamentalmente, a prática política instituída.

E mais adiante:

Não é possível garantir o apoio crescente ao SMO se ao mesmo tempo os objectivos da defesa nacional e as missões das Forças Armadas são apresentadas como algo exterior aos portugueses e ao país.

Não é possível garantir o apoio crescente ao SMO por parte da população e particularmente por parte da juventude quando simultaneamente os conceitos base em que assenta a defesa nacional são escondidos ao país e quando as missões, sistemas de forças e programas de reequipamento das Forças Armadas não são explicados nem debatidos com frontalidade junto da opinião pública e se pretende sonégá-los até à apreensão desta Assembleia.

E prosseguiu:

Em democracia, as pessoas

são conquistadas para a acção com a transparência dos objectivos, com o conhecimento das coisas e das instituições, com a consciência e interiorização dos ideais e metas a atingir.

A nada disto a proposta de lei n.º 14/IV dá resposta. E é por isso mesmo que a única nota saliente que alguém seriamente lhe encontrou foi a de reduzir o tempo de prestação de serviço nas fileiras. Estamos de acordo. Reduza-se o tempo de prestação do serviço militar.

Mas não estamos de acordo que se procure com essa redução o caminho para umas Forças Armadas profissionalizadas, umas Forças Armadas que seriam um corpo estranho no país, ou mesmo, no limite, contra o país que somos e queremos ser.

Sobre os problemas da juventude se pronunciou o de-

putado Jorge Patrício, que começou por afirmar:

Ninguém ignora que cumprir hoje o serviço militar obrigatório é, para os jovens portugueses, motivo de profundas e fundadas inquietações.

E mais adiante:

Entendemos que a Assembleia da República não pode ficar indiferente às inquietações dos jovens e sobretudo quando sabemos que as más condições em que é prestado o SMO constituem uma das causas directas da contestação existente e das fugas ao seu cumprimento.

Relativamente à proposta de lei, que não dá resposta aos problemas fundamentais, acentuou quatro zonas de primordial importância:

As questões do acesso à formação; a questão dos objectivos do SMO; as questões relati-

vas às condições de prestação do SMO; e as decorrentes da necessidade de garantir os direitos dos cidadãos jovens em prestação do SMO.

Acentuando que a proposta de lei é claramente insuficiente, acrescentou:

A verdade é que o SMO tem grandes potencialidades, que devidamente aproveitadas e enquadradas, constituem um benefício bastante importante para os jovens e o país. Quer na continuação da formação escolar e cultural. Quer na valorização profissional. Quer no desenvolvimento das relações de cooperação e igualdade entre os homens. Na lealdade para com os seus companheiros. Quer na participação e execução de tarefas em benefício da economia nacional em benefício das populações.

Estados de excepção — PCP abstém-se • Declaração de voto

O PCP absteve-se na votação final dos projectos de lei e da proposta do Governo quanto ao estado de sítio e ao estado de emergência. Na declaração de voto do PCP se diz que as iniciativas legislativas do PS, PRD e Governo tendentes a regulamentar os regimes do estado de sítio e do estado de emergência não dão resposta com suficientes garantias a algumas das mais sérias dificuldades que estas situações excepcionais comportam no quadro do pleno respeito pelo nosso Estado de direito democrático, como o PCP teve ocasião de sublinhar no processo preparatório do debate. O PCP considera, no entanto, que os trabalhos preparatórios (em especial a discussão travada no âmbito da Comissão de Defesa e a que encontrou expressão no Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) permitiram apurar não todas as soluções mas os grandes blocos de problemas a que importará dar resposta legal.

Mais adiante a declaração de voto acrescenta:

O PCP considera um progresso positivo a delimitação negati-

va dos estados de excepção resultante do debate, designadamente: a afirmação (consensual) do princípio da tipicidade dos estados de excepção (reduzido entre nós a duas figuras apenas: o estado de sítio e o estado de emergência), a exclusão de quaisquer figuras de estados «de facto» ou «intermédios» ou «preparatórios», e ilegitimidade constitucional da declaração de estados de excepção a qualquer título (mesmo «provisório») por qualquer órgão de soberania isoladamente, a impossibilidade de intervenção, por iniciativa própria, das Forças Armadas, a proibição de suspensão do exercício de direitos fora do disposto no artigo 19.º da Constituição da República Portuguesa, a não alteração das competências dos órgãos de soberania, a inexistência de estados de excepção «sectoriais»...

Salienta-se ainda na referida declaração de voto que o PCP considera necessário aprofundar o debate em torno das questões fulcrais do regime a aprovar: a) limites à suspensão do exercício de direitos de cidadãos num e noutro dos estados de excepção; b) condições e modalidades de intervenção das Forças Arma-

das; c) papel dos tribunais militares.

Pelo que importará distinguir rigorosamente: a) os pressupostos da declaração de um e outro dos estados de excepção, tipificando quanto possível as circunstâncias que os podem legitimar; b) as características de um e outro dos estados de excepção, impedindo incertezas e indefinições: quanto à suspensão de exercício de direitos; quanto ao uso das Forças Armadas e a sua articulação com as Forças de Segurança; quanto à sujeição a foro militar de certos delitos.

É considerada ainda na necessidade de precisar: a) os limites mínimos, à suspensão de exercício de direitos, garantindo um núcleo intangível bem como o princípio da não discriminação; b) os princípios tendentes a garantir a mínima concessão possível dos direitos dos cidadãos e o mais pronto restabelecimento do seu pleno exercício; c) as garantias do normal funcionamento dos órgãos de soberania; d) as garantias de eficaz fiscalização da conduta das entidades envolvidas na declaração e execução dos estados de excepção (garantias quanto ao modo

do exercício de competências, meio de registo e prova, facilidades de acesso ao Provedor de Justiça e aos Tribunais, etc.); e) as especificidades no tocante às regiões autónomas; f) o regime aplicável aos estrangeiros, apátridas e refugiados; g) o próprio processo de declaração, renovação e cessação (que deve permitir a todos os órgãos de soberania — especialmente à AR — o pleno exercício das suas competências).

E a declaração de voto refere ao terminar:

Ao viabilizar a sua aprovação (das diferentes iniciativas legislativas) o PCP não poderia corresponsabilizar-se, no entanto, integralmente pelo seu conteúdo. Absteve-se, pois, com plena disponibilidade, porém, para contribuir para os aperfeiçoamentos que permitam à AR a aprovação de uma Lei sobre os estados de excepção expurgada dos deméritos que unanimemente foram reconhecidos aos projectos e à proposta de lei agora votados.

Subscrevem a referida declaração de voto o líder parlamentar do PCP, Carlos Brito e o deputado José Magalhães.

Projecto sobre segurança a bordo nas embarcações de pesca

No passado dia 11, foi discutido em plenário um projecto de lei do PCP sobre segurança a bordo das embarcações de pesca. Sobre o assunto interveio o deputado comunista Carlos Manafala, que declarou:

O nosso projecto de lei visa a criação e gradual expansão de um Centro de Buscas e Socorros a Náufragos, com carácter descentralizado e equipamento adequado, com competência de prevenção, de consulta, de apoio e de fiscalização.

Propomos igualmente a insti-

tuição de Conselhos de Segurança em cada capitania que, para além de órgãos de fiscalização e consulta poderão e deverão ter ainda um papel pedagógico altamente importante, não só na informação e esclarecimento da população pescadora, como também como órgão moralizador e coordenador de eventuais acções que visem a prevenção de acidentes suprimindo em parte o analfabetismo existente no sector e a falta de formação profissional.

Este projecto de lei prevê ainda regras básicas sobre os meios de salvação mínimos ne-

cessários às embarcações de pesca, tendo em atenção as respectivas características e as dificuldades que imperam neste campo.

Estas medidas seriam porém insuficientes sem a garantia de um efectivo apoio à superação das carências existentes, especialmente nas pequenas embarcações, através de instrumentos fiscais e de crédito adequados.

O projecto aponta assim para isenções fiscais que alterem a absurda tributação dos meios de salvamento como artigos de luxo.

E acrescentou ainda o deputado Carlos Manafala:

Propomos, finalmente, medidas tendentes a reforçar os meios de comunicação e os meios de salvamento, com especial destaque para os meios aéreos, necessidade reivindicada pelos pescadores com bastante premência, bem como medidas de divulgação e informação básicas em matéria de primeiros socorros e o incremento de acções de fiscalização que garantam o cumprimento das disposições legais. O projecto baixou à Comissão.

Aprovado pedido de inquérito à CP

Na sessão plenária do passado dia 12 foi discutido o pedido de um inquérito parlamentar, pelo CDS, sobre a Companhia Portuguesa dos Caminhos-de-Ferro — CP.

Por parte da bancada comunista interveio o deputado Luís Roque, que começou por afirmar:

No debate que hoje se trava está em causa, em primeiro lugar, a política imposta por sucessivos governos (dos quais o CDS também fez parte) do sector do transporte ferroviário.

Depois de referir os inúmeros acidentes verificados acrescentou:

Fruto da descapitalização e da falta de investimentos a CP é hoje uma empresa com tecnologia obsoleta, um parque de material circulante com idade superior à vida económica útil e com infra-estruturas fixas num estado de conservação degradante, senão vejamos:

- apenas 14 por cento da via larga tem via dupla;
- metade do material de passageiros já ultrapassou a idade média de utilização económica;
- 20 por cento dos vagões fechados de mercadorias tem mais de 50 anos e 60 por cento dos abertos tem mais de 50 anos;
- 44 por cento do parque pratica velocidades máximas inferiores a 90 km/hora;
- ausência de infra-estruturas para transporte moderno. A CP não dispõe de contentores;
- 73 por cento das locomotivas eléctricas têm mais de 20 anos;
- 6 por cento das locomotivas «diesel» têm mais de 20 anos;
- a via mantém o traçado de origem;
- 80 por cento das estações mantêm os sistemas de sinalização do princípio do século que está a findar;
- em 90 por cento da extensão da rede o sistema de telecomunicações é obsoleto.

E mais adiante:

As responsabilidades não assumidas pelo Estado, adiadas de ano para ano (e isto há dezenas de anos) arrastam a CP para a destruição e para a sua irrecuperabilidade e inviabilidade como empresa de transporte de utilidade pública.

A situação financeira da CP é de permanente ruptura de tesouraria e incapaz de fazer face aos encargos da exploração corrente, como o pagamento de combustíveis, energia, reposição de stocks e salários.

Salientando que no fundo é a política de deixar de degradar até à ruína para depois encerrar, o deputado Luís Roque acrescentou:

No sector laboral o problema afigura-se-nos ainda mais grave.

O Conselho de Gerência da CP após ter pago algumas dezenas de milhares de contos a uma empresa espanhola da especialidade, para um estudo sobre o regulamento de carreiras, introduziu desequilíbrios escalonares graves no enquadramento profissional fazendo tábua rasa das recomendações desse estudo e originando conflitos que vieram a despoletar uma longa greve.

Esse mesmo Conselho de Gerência aumentou-se 19,3 por cento e ofereceu como contrapartida aos trabalhadores 16,4 por cento, o que é socialmente injusto e tentou responsabilizar os trabalhadores perante a população pelas consequências da greve, tripudiando a verdade.

E a terminar:

Entendemos que não é com inquéritos que se resolve um problema tão grave como este, mas sim com uma nova política de transportes, virada para os interesses da população e dos trabalhadores.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentará neste âmbito um conjunto de iniciativas legislativas, quanto à segurança ferroviária, à defesa dos interesses públicos e das populações.

O pedido de inquérito foi aprovado por unanimidade.

Trabalhadores

Nova investida do tecto salarial

PGP faz finca-pé nos 5 por cento

LISBOA SEM GÁS

● Outras lutas

O Governo ensaia novamente posições irredutíveis no que respeita aos aumentos salariais. Já se viu no que elas deram quanto aos transportes. Como provavelmente irá acontecer na Petroquímica e Gás de Portugal (PGP) as greves na Carris, no Metro, na CP, nos camiões TIR, prolongadas pela intransigência do Governo e dos conselhos de gerência, derrotaram as tentativas de imposição de tectos salariais. Tanto as declarações até agora produzidas pelas associações sindicais como pela administração referem-se a uma diferença de 5 por cento nas propostas de aumento global dos salários na PGP. Até anteontem ao meio-dia, depois da primeira reunião posterior ao início da greve, o conflito mantinha-se com as mesmas razões que determinaram o despoletar da paralisação que corta por completo o fornecimento de gás à cidade de Lisboa. A greve pode prolongar-se, nesta fase, até ao próximo domingo, se aquela diferença de 5 por cento não for anulada pelas negociações. Nelas insistem as associações sindicais de todas as correntes representadas na PGP, que emprega aproximadamente 700 trabalhadores. Sem incidentes nos primeiros dois dias, a greve tem suscitado forte adesão.

Desde que as pessoas que utilizam o gás da companhia não tentem fazê-lo enquanto durar a greve estará afastado qualquer perigo de acidente.

De outro modo ele pode surgir se nos lembrarmos que a adesão registada nas primeiras 48 horas atingiu os 90 por cento entre os trabalhadores da produção e os 65 por cento no pessoal administrativo.

A greve foi convocada legalmente, com prévio conhecimento dos ministérios e do conselho de gerência, pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal, pela Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas e pelo Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual.

Como aqui se referiu em números anteriores do «Avante!», os trabalhadores da PGP e as suas organizações representativas viram-se obrigadas a recorrer à greve devido ao «impasse nas negociações do AE» (acordo de empresa) que derivou «exclusivamente da falta de diálogo» do conselho de gerência e dos Ministérios que a tutelam: o Trabalho e a Indústria.

A administração da PGP argumenta (inclusive logo na sua primeira intervenção televisiva no domingo passado) que os salários médios atingem actualmente na empresa os 72 contos mensais. Os sindicatos afirmam unanimemente que essa média é falsa, pois se refere aos gastos totais com o pessoal e inclui, por exemplo, as despesas com gasolina para os carros do pessoal superior. Segundo José Bento, dirigente da Federação dos Quí-

micos, a média dos salários mensais é de 45 contos.

A greve prosseguia na terça-feira à tarde, depois da reunião entre o conselho de gerência e os sindicatos.

Anteontem também, tinha início uma **jornada de luta contra o desmantelamento do sector empresarial do Estado**, com uma manifestação no Rossio. Com o apoio das uniões sindicais de Lisboa e de Setúbal e a coordenadora do sector, os trabalhadores protestam especialmente contra as situações criadas na Companhia Nacional de Petroquímica, na EDP, Quimigal e Parry & Son. Protestam também contra o aumento dos despedimentos, do desemprego, do trabalho precário e da instabilidade do emprego.

Outras lutas desenvolvem-se em empresas e sectores.

Etapas com êxito na caravana dos vidreiros

Apesar de «todas as pressões em sentido contrário efectuadas pelo Governo português», conforme declarou no dia 12 na cidade francesa de Le Puy, o dirigente sindical João Ferreira, a caravana dos vidreiros-ciclistas, que saiu em 28 de Maio da Marinha Grande rumo a Genebra, na Suíça, seria recebida na passada segunda-feira, 16, por um representante do director-geral da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A caravana, que deu uma conferência de imprensa em Le Puy, recebeu provas de solidariedade dos jornalistas para com a luta dos trabalhadores com salários em atraso. Por seu turno, a CGT francesa, através do seu secretário nacional, Joannes Galand, apoiou publicamente a luta dos trabalhadores

vidreiros que, como se sabe, enfrentam a tentativa governamental de encerrar as empresas vidreiras daquela localidade duramente atingida pelos salários em atraso e pelo desemprego. A caravana ciclista tem percorrido sem percalços as etapas programadas (3200 quilómetros no total) contando com a solidariedade activa dos sindicatos nos países por onde passou e, inclusivamente, na Alemanha Federal, onde o sindicato vidreiro da RFA preparou uma recepção junto à fronteira da França com a Suíça, termo da caravana-forma-de-luta dos vidreiros da Marinha Grande.

Continua a morte nas minas

Segunda vítima mortal no período de um mês por declarada insegurança do trabalho nas Minas da Panasqueira, Ernesto Simões Tomás, serralheiro mecânico, de 30 anos, casado, pais de dois filhos de um e três anos de idade, foi atingido mortalmente pelo balde da pá carregadora, que reparava ao princípio da tarde do passado dia 8. Apesar de conduzido de helicóptero para o Hospital da Universidade de Coimbra, não foi possível salvar a vida do malgrado operário vitimado por aquilo que os sindicatos consideram a irresponsabilidade das entidades oficiais, nomeadamente a Inspeção do Trabalho e a Direcção-Geral de Geologia e Minas». Estes órgãos do Governo não obrigam as entidades patronais a aplicar as medidas de higiene e segurança indispensáveis nas explorações mineiras. Recorde-se que o respectivo regulamento foi publicado há mais de ano e meio, mas continua por aplicar em todas as minas do País. A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, ao apresentar condolências à família da vítima, «alerta mais uma vez a opinião pública e os órgãos do Poder para a multiplicação destes acidentes mortais. A FSMMP «exige que sejam tomadas as medidas necessárias e obrigatórias para que a vida dos trabalhadores seja respeitada e, que de uma vez para sempre, o Ministério do Trabalho obrigue as entidades patronais a aplicar o «regulamento» de higiene e segurança nos estabelecimentos mineiros do País.

Degradação acelerada

«Crescente e profunda degradação social da população» portuguesa, devido a «um novo surto do aumento do desemprego»,

aos salários em atraso — «fenómeno que não pára de crescer» — ao aumento das rendas de casa e às tentativas para fazer aprovar um «pacote laboral», é como a Comissão Executiva da CGTP resume a sua análise da situação político-social que saiu da sua primeira reunião após o V Congresso. Quanto aos projectos legislativos deste Governo, no que respeita ao trabalho, a CGTP-IN considera que «seria um erro de consequências ir-

reparáveis, ao nível da própria correlação de forças políticas no País, se os partidos democráticos da oposição deixassem passar na Assembleia da República a autorização legislativa do Governo, ou criassem condições políticas que permitissem ao Governo transformar o pedido de autorização legislativa em propostas de lei». A Comissão Executiva da CGTP, que protesta contra «despudorada utilização que o

Governo está a fazer» da comunicação social estatizada, «transformando-a em instrumento dócil da sua propaganda e escamoteando a realidade social que se vive no País», tomou uma série de medidas para concretizar reivindicações aprovadas pela Central, desenvolvendo a luta dos trabalhadores, «designadamente as acções de massas», para «travar e inviabilizar os projectos antipopulares do Governo Cavaco Silva».



Durante uma paralisação em Janeiro de 1979

Sorefame Ambições e compromissos custaram milhões de contos

Por ocasião de uma das recentes acções de luta dos trabalhadores da Sorefame, a FSMMP (Federação sindical representativa do sector da metalurgia, metalomecânica e minas) divulgou alguns dados concisos sobre esta empresa pertencente ao sector empresarial do Estado. Aquela organização sindical, que defende a viabilização da Sorefame com os seus postos de trabalho, acusa os gestores que por lá passaram ultimamente assim como os ministros de outros tantos governos de terem investido «em dez anos cerca de quatro milhões e meio de contos, apenas para satisfazer ambições de uns e compromissos de outros». Reconhecendo que «a maior empresa estatal da metalomecânica pesada» está «a atravessar «uma grave situação eco-

nómica, financeira e social», a FSMMP acusa governos e administradores de terem actuado contra a «ocupação da capacidade produtiva da empresa» e de terem deixado que os encargos financeiros (juros, nomeadamente) ultrapassassem os oito milhões de contos nos últimos dez anos. No mesmo período, revela ainda a federação dos metalúrgicos, os prejuízos acumulados atingiram «cerca de nove milhões de contos». Recorde-se que o acordo da empresa não é revisto há mais de 18 meses. Significa isto que os salários contratuais não subiram, nesse período, um tostão. Segundo a federação sindical, o Governo pretende, através do Instituto de Investimentos e Participações do Estado (IPE), «reordenar» o sector. Mas esse «reordenamento» consistiria para

a Sorefame, antes de tudo, na declaração da empresa em «situação económica difícil», formulação oficial que esconde um objectivo inconfessado: «ceder a interesses de grandes capitalistas nacionais e aos monopolistas da CEE», retirando à Sorefame a fábrica de equipamentos da Amora (Seixal), desmantelando o sector de fabricação de material ferroviário e o de material hidroeléctrico. Os trabalhadores e as suas organizações representativas, dentro e fora da empresa, têm resistido por todos os meios à ofensiva do Governo e do grande capital. A Sorefame continua inteira.

Fortalecendo a unidade, os seus trabalhadores conseguirão salvar a empresa, os postos de trabalho e os salários — direitos de que não estão dispostos a abdicar.

Nacional

Nota da Comissão Distrital de Aveiro

O incêndio no Concelho de Águeda

Sobre o trágico incêndio registado no último fim-de-semana no concelho de Águeda, recebemos o seguinte comunicado que reproduzimos na íntegra, da Comissão Distrital de Aveiro do PCP.

1. A Comissão Distrital de Aveiro do Partido Comunista Português tomou conhecimento das grandes proporções e enormes consequências do incêndio que deflagrou próximo de Águeda, na noite de 13 para 14 de Junho, e que varreu completamente vastas áreas florestais do concelho de Águeda e que atingiu também, nosso distrito zonas dos concelhos de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga. Este incêndio causou prejuízos incalculáveis às populações locais, diversos feridos e a morte de pelo menos 15 pessoas, de entre as quais sobressaem 12 bombeiros voluntários das corporações de Águeda e de Anadia.
2. A CDA do PCP manifesta o seu profundo pesar pela perda de vidas humanas, em particular as dos abnegados bombeiros que continuam sendo os heróis e as vítimas de uma tragédia que ano após ano se repete apesar de todas as declarações de intenção das entidades responsáveis. As famílias enlutadas expressamos a nossa solidariedade, naturalmente extensiva aos feridos e seus familiares, enquanto sublinhamos a exigência popular de um rápido e significativo apoio material e moral às famílias dos mortos e dos feridos.
3. O grande incêndio da região de Águeda, para além de mortos e feridos, provocou enormes prejuízos materiais com a destruição da floresta, de casas de habitação, de culturas agrícolas, de efectivos pecuários, etc., deixando sem recurso centenas de habitantes das zonas sinistradas pelo que se tornam necessárias medidas governamentais de extrema urgência que permitam resolver os problemas imediatos de quem ficou sem nada e, posteriormente, o relançamento da actividade produtiva. São

igualmente necessárias medidas especiais para repor o material perdido pelas corporações de bombeiros e de apoio às autarquias para reposição das infra-estruturas e equipamentos destruídos.

4. As chamas que varreram esta zona do nosso distrito iluminaram dramaticamente a diferença que existe entre a torrente de declarações públicas governamentais, procurando dar uma imagem de capacidade e eficácia, e a realidade do dia-a-dia do nosso povo.

De nada serviu de facto a tragédia de Armamar, há menos de um ano, pois a floresta portuguesa continua no mesmo estado sem quaisquer medidas sérias de prevenção; as corporações de bombeiros continuam mal equipadas e com reduzido apoio financeiro; os verdadeiros responsáveis pelos incêndios criminosos continuam impunes e os planos de protecção da floresta não passam de planos. É mesmo com profunda indignação e repulsa que todos reagem à notícia da vinda de Espanha para Portugal de aviões de combate ao incêndio enquanto os aviões portugueses estão parados e inoperacionais, só porque alguém, em qualquer gabinete, tinha «decidido» que antes de 20 de Junho não haveria grandes incêndios florestais.

A punição dos criminosos é absolutamente necessária, mas tendo consciência de que não é criminoso apenas aquele que acende o fósforo mas também quem lucra com o incêndio que manda atear, e ainda quem por inércia, incúria e incapacidade não toma as medidas que contribuam para minorar este flagelo.

5. A CDA do PCP espera que da tragédia que enlutou o distrito e o país resulte pelo menos o movimento necessário para colocar o Governo perante as suas responsabilidades de forma a conseguir alterar a situação actual, preservando uma das grandes riquezas nacionais e os esforços e as vidas dos bombeiros e das populações das zonas florestais.

Do nosso lado tudo faremos neste sentido.

PCP

Coimbra

Reunião do Sector Cerâmico

Em reunião realizada recentemente o Sector Cerâmico de Coimbra do PCP analisou a situação dos trabalhadores do ramo.

Considera aquele organismo do PCP que, em consequência da política do governo de Cavaco Silva, a situação naquele sector é marcada pela «instabilidade permanente no emprego, com salários pagos fora de horas, atropelo de leis laborais, liquidando regalias sociais e repressão». A «luta persistente e corajosa dos trabalhadores» tem, aliás, impedido o agravamento ainda maior da situação.

Como causas para este estado de coisas, o sector cerâmico de Coimbra do PCP aponta, a «má gestão de forma absentista», ou seja, «sem investimentos e procura de novos mercados na altura própria» e, por outro lado,

a falta de créditos bonificados para o investimento. Aquele organismo do PCP de Coimbra denuncia ainda a actuação «bastante lenta» e por vezes injusta do Ministério do Trabalho nos processos relativos aos trabalhadores.

Em concreto, o comunicado de conclusões da reunião dá conhecimento da situação nas empresas Estaco, Argus, Cesol e Mondego, cujas administrações devem dezenas de milhares de contos aos trabalhadores, em retroactivos e atrasos no pagamento de salários.

A situação na Sociedade de Porcelanas e «Poceram», com o atropelo de regalias sociais acompanhado por uma forte repressão por parte da entidade patronal, é igualmente denunciada pelo Sector de Cerâmica de Coimbra do PCP.

Camaradas Falecidos

Orlando de Matos

Natural de Lisboa, faleceu com 61 anos o nosso camarada Orlando Óscar Simões de Matos, funcionário superior da Companhia Nacional de Navegação, lutador antifascista desde os seus tempos de juventude. O funeral de Orlando de Matos realizou-se na igreja dos Anjos para o cemitério do Alto de S. João, em Lisboa.

Abílio Francisco Penedo

Com 82 anos, faleceu em Lisboa o militante comunista Abílio

Francisco Penedo, natural da freguesia de Santos-o-Velho. Operário da construção civil reformado, o camarada pertencia ao núcleo do Partido do Bairro da Liberdade, na freguesia de Campolide

**

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta as suas sentidas condolências.

Barreiro tem passagem desnivelada

A população do Barreiro assinalou com foguetes e música, no passado dia 12, a inauguração da passagem desnivelada da Rua Miguel Bombarda, nesta cidade.

Foi o concretizar de uma aspiração velha de 125 anos, tantos

quantos têm a passagem de nível da CP.

Na ocasião, Helder Madeira, o presidente da edilidade barreirense, salientou que a inauguração da passagem não se fez no feriado municipal, dia 28, porque, «tendo havido atrasos consideráveis durante a obra e podendo a

partir de hoje haver circulação de pessoas e veículos, não se justificava protelar por mais tempo a inauguração e abertura deste importante melhoramento».

Por isso, porque «transtorno já chega» e porque «os interesses da população estão em primeiro lugar» nesta Câmara gerida pela Aliança Povo Unido, a passagem desnivelada já está a funcionar para gáudio das 100 mil pessoas que vivem no Barreiro.

Mas não são só os que habitam nesta cidade que vêm a sua vida melhorada com a conclusão desta importante obra camarária,

uma vez que «o município possui transportes colectivos com uma frota de 80 autocarros urbanos, transportando anualmente cerca de 25 milhões de passageiros».

Por isso, «podemos dizer que praticamente toda a gente circula pela Rua Miguel Bombarda com a obrigatoriedade de atravessar a passagem de nível.

E, se tivermos em conta que nos últimos anos a rua era interrompida 150 vezes por dia em períodos nunca inferiores a três minutos — o que perfaz um total de sete horas e meia diárias —, podemos ver da importância da realização de tal obra.

Ballet soviético em Portugal

O Conjunto de Ballet de Moscovo desloca-se a Portugal, de 26 de Junho a 7 de Julho para actuar em diversas localidades do País.

O conjunto, que é dirigido pelo primeiro bailarino do teatro Bolchoi e artista do povo da URSS, V. Gordaiev, tem no seu repertório coreografias clássicas e contemporâneas.

Em Portugal, vai actuar já no dia 27 em Évora, no Teatro Garcia Resende; a 28 na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, no Barreiro; a 29 em Lisboa, no Teatro Municipal de São Luís e no dia 30 em Coimbra, no Teatro Gil Vicente.

Já em Julho, no dia 2, a representação será no Porto, no Teatro Rivoli; dia 3 em Aveiro,

no Teatro Aveirense; dia 5 em Portimão, no Anfiteatro Municipal e, finalmente, dia 6 apresentar-se-à em Setúbal no Teatro Luís-a Tody.

Os espectáculos, que se iniciam todos às 21 e 30, são constituídos por bailados clássicos e coreografias modernas.

A Associação Portugal-URSS, que colabora na vinda do Conjunto de Ballet de Moscovo, afirma, na nota de apresentação, que, «apesar da sua recente formação, o conjunto, integrando 20 bailarinos, é já famoso em todo o mundo, tendo sido premiado internacionalmente. Em 1985 actuou com enorme sucesso em Paris e outras cidades francesas».

Juventude

Minho Acampamento da JCP

Na região do Minho, o acampamento de Verão da JCP decorrerá na quinzena compreendida entre 2 e 17 de Agosto, no Monte de Santo António, em Afife, Viana do Castelo.

Os jovens interessados em participar nesta iniciativa da JCP devem contactar, para inscrições e informações, os Centros de Trabalho do Partido Comunista Português nos distritos de Braga e Viana.



Festival da canção juvenil

É já no dia 30 de Junho que terminam as inscrições para o processo de apuramento regional no distrito de Lisboa do 1.º Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» aberto à participação de jovens até aos 30 anos.

Tal processo é constituído por espectáculos, um para os jovens do concelho propriamente dito, a realizar no dia 11 de Julho, outro, no mesmo dia, para os jovens músicos dos concelhos de Loures, Vila Franca e concelhos do Norte e, finalmente, no dia 12 na Amadora para os concorrentes daquele concelho mais Oeiras, Cascais e Sintra.

Na próxima semana 4 páginas sobre a festa!

festa do **Avante!**

Internacional

Uma via digna para a Humanidade

Propostas de Paz da URSS

«Tchernobyl faz recordar, uma vez mais, que o Homem pôs em acção forças verdadeiramente fantásticas nas quais se deve colocar freios seguros». São palavras de alerta do secretário-geral do PÇUS, Gorbachov, na fábrica de máquinas ferramentas de CSCPEL, na Hungria. Palavras que se prendem, e acompanham, um novo conjunto de propostas da União Soviética e da comunidade socialista, nomeadamente do Tratado de Varsóvia, pelo desanuviamento e o desarmamento. Trata-se, concretamente, da **necessidade de baixar o nível de armamento no «lugar mais explosivo do planeta» — a Europa.**

Nas conversações soviético-norte-americanas de Genebra foi avançado um projecto com o objectivo de libertar a Europa dos mísseis de médio alcance, soviéticos e norte-americanos. Mas não só a URSS e os EUA têm armas nucleares na Europa. Até a data o **armamento nuclear da Grã-Bretanha e da França** não constitui objecto de quaisquer conversações. Pelo que a URSS avança com uma posição definida em relação a esta realidade: «O principal é que este potencial não aumente se a URSS e os EUA liquidarem os seus mísseis de médio raio de acção. Estamos dispostos a ir ainda mais longe e já propusemos a Londres: **se acabar com as armas nucleares, a URSS reduzirá a quantidade equivalente dos seus meios nucleares.**»

Tendo em conta a impossibilidade de resolver de imediato este problema, Gorbachov propõe **«chegar a um acordo sobre a redução recíproca, gradual e equivalente dos potenciais nucleares de acordo com os princípios de segurança equitativa e sob um controlo seguro.** A União Soviética está disponível para entabular tais conversações com a Grã-Bretanha e a França.»

Ainda no âmbito da Europa, coloca-se com premência crescente a questão das **armas não-nucleares.** Mais ainda quando são divulgados planos norte-americanos de equipar com ogivas nucleares armamento convencional. Neste sentido os países do **Tratado de Varsóvia** avançam com um pormenorizado programa para a redução substancial de armamento convencio-

nal em todo o continente europeu, «do Atlântico aos Urais».

A «Paz das estrelas»

Uma outra questão particularmente candente: impedir a militarização do Cosmos. Batalha em que ressalta de forma muito nítida a interligação entre a luta contra as ameaças de guerra e a luta pelo aprofundamento da cooperação internacional.

E assim a URSS apresenta na ONU mais uma proposta. «A sua essência é simples: transformar o Espaço em arena de «paz nas estrelas» e não da «guerra das estrelas». Ou seja: **«arrancar para o caminho da investigação e exploração do Universo em prol das necessidades terrestres comuns.»**

Em carta ao secretário-geral das Nações Unidas, o primeiro-ministro soviético Nikolai Rijkov, expõe em linhas gerais a proposta soviética para a «paz das estrelas». O objectivo é — até ao ano 2000 — lançar as bases materiais, político-jurídicas e organizativas para a exploração conjunta e pacífica do Espaço.

Numa primeira etapa, organizativa, estudar-se-iam, durante cinco anos, as necessidades dos Estados e povos na utilização dos equipamentos cósmicos,

atendendo às suas perspectivas de desenvolvimento, de forma a poder convocar-se, até 1990 o mais tardar, uma conferência internacional ou sessão especial da Assembleia Geral da ONU para institucionalizar uma organização cósmica internacional.

Na segunda etapa — de preparação material —, abrangendo a primeira metade dos anos 90, elaborar-se-iam e criar-se-iam equipamentos cósmicos segundo projectos coordenados. A actividade da organização cósmica internacional seria nessa fase fundamentalmente de coordenação dos planos nacionais da exploração do espaço, do cumprimento de programas internacionais especializados e outras tarefas similares.

Finalmente a terceira parte — da concretização — incluiria até ao ano 2000 o lançamento de aparelhos cósmicos, o cumprimento de programas especializados em regime de autofinanciamento, a **criação de condições propícias à transformação, logo no início do terceiro milénio, da civilização terrestre em interplanetária.**

Projectos grandiosos — e executáveis. Que impõem uma condição única para se afirmarem: Paz. Paz que na era nuclear é o sinónimo exclusivo de segurança. Uma interligação de factos que mais uma vez testemunha do carácter de necessidade da criação de uma nova mentalidade nas relações internacionais.

«Nós, investigadores, especialistas que estudam as leis de desenvolvimento da Natureza e da sociedade, compreendemos que a monstruosa força destrutiva das armas modernas exclui qualquer protecção, mesmo com a mais poderosa defesa e que é **impossível ganhar, não só a guerra nuclear, mas também a corrida aos armamentos.** A garantia da segurança internacional é uma tarefa que se coloca a toda a Humanidade, e só pode ser resolvida pelos **esforços conjugados de todos.**»

Palavras inseridas na mensagem aos cientistas de todo o mundo, há dias adoptada em Moscovo pela segunda Conferência internacional de investigadores sobre os problemas da paz e da prevenção de uma guerra nuclear.

Uma síntese do que é a nova mentalidade exigida nas relações internacionais.

Mensagem em que simultaneamente se apontam as perspectivas de desenvolvimento verdadeiramente humanas — o único caminho possível.

«O desarmamento real e uma paz sólida abrirão vastos horizontes para unir os esforços dos Estados e dos povos em nome da construção. **É possível e necessário promover, por todas as formas possíveis, a cooperação internacional em todas as esferas de actividade construtiva,** do estudo do Espaço à conquista das profundidades do Oceano mundial, da protecção do meio ambiente à utilização da energia atómica com fins pacíficos, da liquidação da fome à supressão das doenças.

«No limiar do terceiro milénio, seria uma via digna da Humanidade.»



Em vésperas da Marcha da Paz

Em vésperas da Marcha da Paz, que vamos realizar em Lisboa neste próximo sábado, não há nada mais importante de realçar do que a própria importância do movimento da Paz.

Isso mesmo é constantemente sublinhado por todos os que se batem pela Paz. Estados socialistas e progressistas, movimentos e organizações internacionais como os Não-alinhados, o grupo dos sete ou a própria ONU, para citarmos apenas alguns exemplos. Reuniões e organizações representando os mais diversos — e empenhados — sectores de actividade. Naturalmente os sindicatos. E também os cientistas, os médicos, os intelectuais, mulheres e jovens.

No nosso país, de par de iniciativas de maior envergadura, vai-se tornando coisa corrente, em reuniões sindicais ou municipais, das mulheres ou da juventude, a aprovação de moções alusivas à paz, à necessidade de lutar pelo desarmamento, e mais ainda, referências à inextricável ligação entre paz e desenvolvimento, paz e progresso, democracia, melhoria das condições sociais (hoje em dramático processo de desagregação).

Mas não apenas as forças progressistas reconhecem e salientam a importância, as potencialidades e perspectivas do movimento da paz.

É do próprio imperialismo, das forças mais agressivas e militaristas, que embora por vias ínvias, muitas vezes a da pura e simples provocação, nos vêm sintomas claros do reconhecimento da força do movimento da paz.

Naturalmente quando a repressão se abate sobre as manifestações, ou visa, como alvo, e de par de sindicalistas, comunistas e outros militantes progressistas, exactamente os activistas da paz.

Mas também quando os verdadeiros desafios, provocações abertas aos povos, que por todo o mundo anseiam por paz, vêm acompanhados de «justificações», absurdas embora, e de hipócritas declarações de amor à paz. Isso foi verdade no período que medeou a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. Como na Cimeira de Tóquio, em que decisões e declarações claramente belicistas são acompanhadas de uma «pacífica» declaração política. Para citarmos apenas estes exemplos.

E ressalta com particular nitidez nas espantosas afirmações que acompanham a declaração da presidência norte-americana de renúncia ao tratado «Salt-2».

Aqui os esforços de manipulação da opinião pública atingem as raias do absurdo.

Edward Rowny, um dos conselheiros do presidente Reagan, atreve-se a afirmar que a decisão norte-americana terá «um efeito positivo e vivificante» sobre as negociações com URSS...

E o secretário de Estado George Sultz, enquanto afirma que os EUA, este ano, só ultrapassarão «ligeiramente» os limites impostos pelo tratado; vai garantindo: «O essencial é reduzir (os armamentos nucleares) e finalmente desembaraçar-se deles!»

É de facto bem difícil defender a corrida aos armamentos! E a manipulação, a calúnia, a falsificação dos factos — prática quotidiana também em órgãos de informação portugueses — são, entre outras, armas importantes, destinadas nomeadamente a tentar convencer da «igual responsabilidade», a dividir, a orientar num sentido anticomunista.

Armas que por outro lado são indício da importância das forças da paz, do temor pelo peso que pode vir a assumir o movimento — unido — contra a corrida aos armamentos.

Um peso e uma dimensão que está nas nossas mãos conquistar.



Tratado de Varsóvia Menos armas na Europa

Um «Programa de redução das Forças Armadas e dos Armamentos convencionais na Europa», é um dos importantes resultados da Conferência do Comité Político consultivo da Organização do Tratado de Varsóvia, que se realizou nestes dias em Budapeste. O programa dirige-se aos Estados membros da NATO e a todos os países europeus e engloba uma proposta de redução de armas convencionais e dos efectivos militares de todo o continente europeu.

De acordo com esta proposta, numa primeira fase seria efectuada «uma redução de 100 a 150 mil efectivos militares das tropas pertencentes às alianças político-militares adversárias».

Numa segunda fase, e no caso de «haver uma vontade idêntica da parte dos países da NATO», o Tratado de Varsóvia avança com «outras reduções consideráveis», de forma a que «as tropas terrestres e das forças aéreas de ataque das duas alianças militares europeias seriam, no início dos anos 90, reduzidos de cerca de 25 por cento em relação ao seu nível actual».

Estas propostas concretas de redução de forças e armamento convencional na Europa deveria ser debatida num «forum especial», com a participação de todos os Estados europeus, dos Estados Unidos e do Canadá, ou na segunda fase da Conferência sobre medidas de reforço da confiança e da segurança e sobre o desarmamento na Europa.

Quanto aos **meios assim libertados**, a proposta do Tratado de Varsóvia é bem explícita: não devem ser aproveitados para fins militares, mas **canalizados exclusivamente para as necessi-**

dades económicas e sociais.

As propostas concretas para a limitação de armamento na Europa, inserem-se num objectivo central: **a criação de um sistema global de segurança internacional que abrange não só o sector militar e político como o económico e humanitário.**

Para alcançar este objectivo o Tratado de Varsóvia propõe à NATO:

- O fim de todos os testes nucleares para impedir o ensaio de novos tipos de armas nucleares.
- A conclusão com êxito das negociações com vista à eliminação dos mísseis de médio alcance estacionados na Europa, à redução do armamento estratégico e ao impedimento da militarização.
- A proibição de todas as armas químicas.
- Uma significativa redução das Forças Armadas e do armamento.
- A dissolução das bases militares e a retirada das respectivas tropas de território estrangeiro.

Os participantes da Cimeira declararam-se ainda a favor do prosseguimento das negociações em curso sobre desarmamento e desanuviamento e renovam a sua proposta aos Estados da NATO para a conclusão de um tratado

sobre a **não-utilização da força** nas relações internacionais.

Os Estados membros do Tratado de Varsóvia reafirmaram a sua posição em relação à **dissolução simultânea do Tratado de Varsóvia e da NATO.** São de opinião que o diálogo político entre Estados com sistemas sociais diferentes deve ser prosseguido e aprofundado e que deverá ser o mais concreto e com os mais amplos resultados possíveis.

Os participantes na reunião de Budapeste condenam a ingerência das forças imperialistas nos assuntos internos dos Estados soberanos, a campanha difamatória contra os países socialistas e outros países, a política de imposição pela força e os actos de agressão.

São traços gerais, uma simples síntese, do que resultou da cimeira do Tratado de Varsóvia. Mas mesmo neste quadro forçosamente limitado, salta à vista a opção pela paz, e persistência — concreta, realista — na sua conquista. Sobretudo sobressai o total contraste com os resultados — mesmo oficiais — que nos vêm das cimeiras da NATO.

Este um aspecto fundamental, porque permite ver causas e responsabilidades. Balisar e orientar a luta pela paz rumo aos verdadeiros alvos.

Mas também demonstra ao vivo quem defende o futuro. Porque não há diferentes vias para ele. Não há — neste domínio — possibilidades alternativas. Há apenas uma via, de sentido único: **a Paz.**

Saudação ao PC de Guadalupe

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista de Guadalupe, por ocasião da festa de «L'Eteincelle», a seguinte saudação:

Queridos camaradas, por ocasião da festa de «L'Eteincelle» órgão central do Partido Comunista de Guadalupe, saudamos fraternalmente os comunistas e o povo de Guadalupe, desejando os melhores êxitos na sua luta pela defesa dos interesses das massas trabalhadoras, contra a exploração e a opressão colonial, pelo direito do povo de Guadalupe à autodeterminação. Desejamos que o acesso do povo de Guadalupe à autonomia democrática e popular, etapa na via da independência a caminho do socialismo tal como foi aprovado no 8.º Congresso do vosso Partido, seja a breve prazo uma realidade.

Com as nossas saudações fraternais, o Comité Central do Partido Comunista Português.

Internacional

Africa do Sul

A paz podre do apartheid

As imagens que chegaram na passada segunda-feira da África do Sul, dia do 10.º aniversário do levantamento do Soweto, com a chancela oficial do regime de *apartheid*, tiveram o mérito de revelar à sociedade o ideal de paz podre ansiado por Pretória.

Decretado o estado de emergência para evitar a realização de manifestações a assinalar

aquela data de luta; presas milhares de pessoas; imposta a total censura aos órgãos de informação; cercados os bairros negros por milhares de membros das forças repressivas, o governo de Botha conseguiu a «proeza» de conseguir o «mais calmo» dia vivido na África do Sul nos últimos tempos. Não conseguiu, no entanto, evitar a greve

geral que paralisou o país — os dados oficiais reconhecem que a adesão é de cerca de 90% — nem o silêncio de morte que se abateu sobre ele, qual prenúncio da tempestade que se avizinha.

É a paz podre dos cemitérios. O silêncio do cano das metralhadoras. A tensão levada ao rubro. A fazer reecer, como se afirmou na Conferência das Nações

Unidas sobre as sanções contra o regime do *apartheid* na África do Sul a decorrer em Paris, o banho de sangue que muitos consideram já inevitável, se a comunidade internacional não tomar medidas efectivas para o evitar. Os representantes de cerca de 130 Estados e organizações internacionais e nacionais reunidos em Paris para par-

ticipar na iniciativa conjunta da ONU, Organização de Unidade Africana e Movimento dos Não-Alinhados, não deixarão certamente de acentuar esse perigo e de exigir as sanções pedidas pelos nacionalistas sul-africanos, a que se opõem as potências ocidentais e o seus seguidores mais servis, como é o caso do Governo português.

Soweto, a semente que germinou

Se meia dúzia de linhas é quanto basta para contar a história do levantamento do Soweto, em 16 de Junho de 1976, o mesmo não se pode dizer da história de um povo que nos finais do nosso século continua a lutar pelo direito à dignidade humana, através do sacrifício diário da vida dos seus melhores filhos.

Mas essa história, que um dia será feita e ensinada como um período negro da grande História da Humanidade, não deixará sem dúvida de assinalar Soweto como um marco importante da luta do povo sul-africano contra o racismo, o *apartheid*, a opressão e a exploração.

Há uma década, milhares de jovens desempregados e estudantes protestaram no Soweto, o maior *ghetto* dos arredores de Joanesburgo, contra o odioso regime de *apartheid*. O levantamento popular foi barbaramente reprimido pelas forças racistas, que provocaram um autêntico banho de sangue, deixando no terreno um número ainda hoje indeterminado de mortos. Os cálculos mais modestos (oficiais) falam de mais de seiscentos, os

mais realistas em mais de dois mil.

Seja como for, um bárbaro crime que vitimou na sua imensa maioria jovens e crianças, mártires de uma batalha que ninguém se atreve hoje a classificar de inútil.

Porque o aspecto relevante do levantamento do Soweto reside no facto de ter sido a semente lançada à terra que frutificou, apontando o caminho para a vitória sobre o *apartheid*.

Hoje, os Sowetos multiplicam-se como cogumelos na África do Sul, na afirmação clara de um povo que decidiu dizer basta, que recusa continuar a viver com as grilhetas do racismo, para quem o desafio à morte se transformou num caminho para a vida.

Como se afirma num documento divulgado pelo Movimento Português Contra o *Apartheid* (MPCA), em homenagem aos mártires de há dez anos e à luta heróica que o povo sul-africano desenvolve contra o regime do *apartheid*, o movimento popular na África do Sul, sob a direcção do seu legítimo e incontestado movimento de libertação nacional, o Congresso Nacional Africano, alargou-se numa poderosa rede de or-

ganizações semi-legais, da Frente Democrática Unida (UDF) ao Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), em organizações de mulheres e jovens, nas Igrejas, prosseguindo com novo ímpeto a acção dos trabalhadores em todos os sectores produtivos, ao mesmo tempo que órgãos democráticos embrionários são constituídos em populosas áreas urbanas do país.

Paralelamente, recorda o

MPCA, desenvolve-se a luta armada, tendente a tornar cada vez mais difícil ao regime racista governar o país. Por outras palavras, sob a direcção do ANC, o movimento popular avança decididamente em direcção ao objectivo capital do derrubamento e desmantelamento do *apartheid* e da instauração de um estado democrático e unitário, assente no princípio «um homem, um voto», verdadeiramente independente e ao serviço de todo o povo sul-africano.

Um objectivo para o qual será da máxima importância a solidariedade internacional que terá a sua expressão em Portugal em duas grandes sessões públicas convocadas pelo MPCA para os dias 26 e 27 deste mês. As sessões, em que participarão convidados estrangeiros, estão marcadas para Lisboa e Setúbal e destinam-se também a assinalar o dia da Carta da Liberdade da África do Sul, aprovada em 1955 pelo Congresso do Povo.

Saudação ao ANC

O Comité Central do PCP enviou à direcção do Congresso Nacional Africano (ANC), a seguinte saudação:
Por ocasião do 10.º aniversário do Soweto manifestamos a solidariedade activa do PCP à luta heróica do povo sul-africano dirigida pelo ANC para a liquidação do criminoso regime do *apartheid*.

Um governo de cócoras

A Constituição Portuguesa consagra, no seu artigo 7.º, as relações internacionais com base no respeito pelos direitos do homem, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

O mesmo artigo da Lei fundamental do país preconiza ainda a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão (...), ao mesmo tempo que reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão (...).

Se o respeito pela lei compete

a todos os cidadãos, com maioria de razões deve ser acatada pelos órgãos de soberania.

Mas a verdade é que tal não sucede. Como vem sendo público e notório na actuação do actual governo de Cavaco Silva, nos mais variados domínios, e em particular no que às relações internacionais diz respeito.

As posições assumidas em relação à África do Sul, quer no tocante à sua política de terrorismo de Estado para com outros países da África Austral, quer à sua política interna de opressão, racista e de *apartheid*, são disso exemplo.

A África do Sul invade Angola? Ataca outros Estados? Reprime a população? O governo de Cavaco Silva «lamenta», manifesta a sua «preocupação», afirma seguir «com atenção os acontecimentos» e vai escamoteando a atribuição de responsabilidades com declarações do género «é com apreensão que olhamos para todos e quaisquer indícios que favoreçam o agravamento na região», como se houvesse outros responsáveis que não os defensores do *apartheid*.

Posições oficiais têm mesmo sido tomadas sem uma única referência à África do Sul, uma palavra de crítica, numa cumplicidade evidente que só desabona Portugal.

Não contente com isso, o Primeiro-Ministro ainda se dá ao luxo de perorar em cursos ditos de defesa nacional a favor da colaboração com o regime de Pretória, pronunciando-se contra o isolamento do *apartheid*, pretendendo fazer crer que isso

contribuiria para «agudizar as tensões entre grupos e aumentar o sofrimento da população».

Idêntica posição é defendida pelos responsáveis governamentais nos foruns internacionais. Portugal é dos poucos países que na ONU se pronunciam contra a aplicação de sanções económicas a Pretória; votou contra a realização da Conferência mundial a decorrer em Paris para debate do mesmo assunto; alinha no âmbito da CEE com as posições da Grã-Bretanha e da RFA para evitar o isolamento da África do Sul, como sucedeu ainda esta semana.

Como se tudo isto não bastasse, o governo deixa passar em claro afirmações públicas como as proferidas por Nuno Abecasis, presidente da Câmara de Lisboa, que se deslocou à África do Sul a convite dos racistas, onde chegou ao cúmulo de contestar o resultado do inquérito levado a cabo pelo grupo de personalidades da Comunidade Britânica sobre a situação interna do país, pela simples razão de que o mesmo reconhecia o crime do *apartheid*. Para Abecasis — e sem dúvida para o Governo de Cavaco Silva — as autoridades racistas necessitam é de «compreensão», não de críticas!

E o mesmo se pode dizer em relação à imprensa de direita em Portugal, que em oposição aos princípios consagrados na Constituição continua a defender impune os ideais do fascismo, do colonialismo e do racismo. Como por exemplo «O Seculo», na sua edição de 30 de Maio, que reduz o segregacionismo afrikander e expediente informativo, com frases do tipo **se rebenta a central de Chernobyl o noticiário dos pretos da RAS deixa de ter importância**, para chegar à conclusão de que **os negros da África do Sul usufruem do mais alto nível de vida moral e material de todos os povos de cor do continente** e que a violência no país não passa de uma questão tribal, que levaria ao caos se os «brancos abandonassem agora aos negros o governo do seu país».

Para já não falar no «Dia», ou na RTP, entre outros, sempre prontos a dar voz aos que em nome dos direitos humanos procuram abafar a força da razão com a razão da força.

Não é um expediente novo. As suas raízes assentam nos interesses do imperialismo, em particular norte-americano, perante os quais o governo português gosta de estar de cócoras.

«Na Cidade Universitária, os estudantes estão em luta. Lutam conta a equipa de funcionários de nomeação ministerial, que gere a Cantina onde não se pode comer, e as instalações de convívio, onde não se pode conviver; lutam contra um reitor a quem se dirigiram repetidas vezes e que não atende as suas reivindicações; lutam contra a política antiestudantil do Ministério da Educação Nacional, que pretende asfixiar as Associações de Estudantes e impedir a intervenção dos estudantes eleitos na gestão dos serviços estudantis.»

(«Greves, Concentrações e Protestos dos Estudantes» — «Avante!», VI Série, n.º 392, Junho de 1968)

«Ao mesmo tempo que continua em Genebra a conferência pelo desarmamento e pela proibição das armas nucleares, ao mesmo tempo que por todo o mundo se levantam as vozes dos cientistas, dos partidários da Paz, dos povos, contra a realização das experiências atómicas americanas na atmosfera, ao mesmo tempo que isto sucede, os americanos decidem agora fazer explosões nucleares no cosmos, a grandes altitudes.»

«A primeira tentativa malograda. O foguetão que transportava o engenho nuclear a muitos quilómetros de altura teve de ser destruído.»

«A explosão nuclear no cosmos causará profundas perturbações nas condições climáticas e nas telecomunicações, atrasará o conhecimento do cosmos pelo homem visto que torna muito perigosas as viagens dos cosmonautas e, em virtude do aumento da radioactividade atmosférica, trará prejuízos graves à humanidade.»

«Todo o nosso planeta fica sujeito às consequências da contaminação radioactiva. Está estudado e provado que esta contaminação provoca não só doenças incuráveis como transformará em pequenos monstros dezenas ou centenas de milhares das crianças que nascerem e causará a morte de milhões de seres inocentes.»

(«As experiências atómicas americanas» — «Avante!», VI Série, n.º 318, Junho de 1962)

«A conjuntura económica portuguesa é, neste momento, em grande parte dominada pelas preocupações resultantes da prevista associação de Portugal ao Mercado Comum.»

«O Mercado Comum é uma associação dominada pelos interesses das grandes potências e dos grandes monopólios internacionais, assente na exploração dos trabalhadores dos países menos desenvolvidos. (...) O comércio livre, que os grandes países imperialistas pretendem impor aos países mais atrasados, é acompanhado por medidas proteccionistas discriminatórias contra os artigos chamados «sensíveis». Artigos portugueses, de larga exportação (têxteis, conservas, confeccções, calçado, e, em geral, os produtos agrícolas e alimentares) correm o risco de verem erguer-se barreiras aduaneiras pelos países do Mercado Comum. (...)»

«Na busca de uma capacidade competitiva, os monopólios agravam todas as formas de exploração dos trabalhadores, apressam o processo de acumulação, de integração vertical e horizontal, de centralização de capitais e de liquidação das pequenas e médias empresas.»

«A par do esclarecimento de natureza do Mercado Comum e da política fascista, é necessário insistir em que, para Portugal, há uma alternativa: a liquidação do poder dos monopólios, a libertação do imperialismo estrangeiro, o fim da guerra colonial e do colonialismo, uma política independente, e estabelecimento de relações de amizade e cooperação com todos os países, designadamente com os países socialistas.»

(«Tarefas Fundamentais da Situação Política Actual» — «Avante!», VI Série, n.º 442 (especial), Junho de 1972)

A maioria da vereação da Câmara de Lisboa não perfilha os sentimentos de Abecasis para com o *apartheid*, como se verificou com a aprovação de uma proposta da APU (com os votos do PS) que condena o regime sul-africano e junta a sua voz à da comunidade internacional na exigência do levantamento do estado de emergência, do fim da repressão e da cessação das invasões dos países vizinhos.

Também o grupo parlamentar do PCP apresentou na AR um protesto pelo último ataque a Angola, condenando todas as posições contra ou de abstenção à aplicação de sanções contra o governo de Pretória propostas pela ONU.

Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 651

19 de Junho de 1986

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 19

• ÉVORA

Durante a festa popular organizada pela Comissão Concelhia de Évora na Freguesia da Boa-Fé — que decorrerá hoje e amanhã, com jogos tradicionais, música popular, etc. — uma intervenção sobre a actual situação política e as conclusões da reunião do CC.

• AGUALVA-CACÉM

Plenário de militantes para discussão das conclusões da reunião do CC. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

• PORTO

Televisão privada — para quê? — debate em que participam os camaradas Joaquim Pina Moura, do CC, Jorge Lemos, deputado, e Jorge Campos, jornalista da RTP e membro da Direcção do Sector Intelectual do Porto. Às 21.30, na Cooperativa dos Pedreiros.



Marcha da Paz

Lisboa — sábado, 14.00
Saldanha/Rossio

Sexta 20

• LAGOS

Debate sobre Regionalização, com base no projecto sobre esta matéria apresentado recentemente pelo PCP na AR. Participação do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política e deputado pelo Algarve. Às 21.30, no Salão dos Artistas.

• ÉVORA

A Comissão Distrital de Évora do PCP está presente na Feira de S. João — de hoje até dia 30 — com um Pavilhão político-cultural onde haverá uma mostra de cartazes sob o lema «PCP, partido dos trabalhadores, partido do futuro», secção de vídeo e informática («PCP — o partido da juventude»), uma exposição

— venda de livro e disco, cinema, animação cultural.

• LISBOA

Tem início, no Salão da Biblioteca Nacional, a série de «Debates com o PCP» promovidos pelo Sector Intelectual de Lisboa. Neste primeiro debate — como os seguintes, com início às 21.30 — o tema é **Europa e Portugal, o velho e o novo na democracia.** (ver destaque nesta página)

Sábado 21

• S. JOÃO DA MADEIRA

II Assembleia da Organização Concelhia de S. João da Madeira. A partir das 9.30, em instalações do Ciclo Preparatório, com a participação dos camaradas Jaime Serra, membro da Comissão Política e Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política. Intervenção de Jaime Serra na sessão final (às 17 horas), aberta à população.

AIP-Ano Internacional da Paz. Do Saldanha ao Rossio, a partir das 14.00.

Domingo 22

• FARO

Plenário da Direcção Regional do Algarve para discussão da situação política e da situação social na região. A partir das 10 horas.

• MONTEMOR-O-VELHO

Seminário sobre o Desenvolvimento do Baixo Mondego promovido pelo PCP e aberto a todos os interessados no desenvolvimento da região. A partir das 9.30, com encerramento previsto para as 19.00, no Teatro Esther de Carvalho.

• QUELUZ

A organização concelhia promove uma jornada de trabalho voluntário na Festa do Avante!

Debates com o PCP promovidos pelo Sector Intelectual de Lisboa

Salão da Biblioteca Nacional — 21.30

Dia 20

Europa e Portugal, o velho e o novo na democracia

Com Barros Moura, Ilda Figueiredo, José Magalhães, José Barata Moura.

Dia 24

Independência dos Intelectuais, realidades e mitos

Com Aboim Inglês, Gisela da Conceição, António Borges Coelho, Manuel Augusto Araújo.

Dia 26

TV privada, para quê?

Com António Abreu, Jorge Lemos, Artur Ramos, Marques Pinto, José Goulão

Dia 1 de Julho

Cultura emancipadora e cultura de alienação

Com Aurélio Santos, Manuel Gusmão, Urbano Tavares Rodrigues, Mário Vieira de Carvalho.



Assembleias de Organizações do PCP

II Assembleia Concelhia de S. João da Madeira
Com Jaime Serra e Vidal Pinto
Ciclo Preparatório de S.J. Madeira
sábado, 9.30

II Assembleia da Freguesia de Mouriscas
Com Raimundo Cabral
Escola Preparatória de Mouriscas
domingo, 10.00

II Assembleia da Célula da CDL
Com Aboim Inglês
CT Vitória/Lisboa — domingo, 9.30

I Assembleia do P.I.A./Raposos
Com José Pedro Soares
Sala dos Tempos Livres/Raposos
domingo, 9.30

• ALJEZUR

Visita ao concelho pelos deputados do PCP Carlos Brito e Margarida Tengarrinha. No quadro da visita, que privilegiará os contactos com agricultores, os dois camaradas têm, às 17 horas, um encontro com a direcção da Cooperativa Agrícola de Lagos.

• LISBOA

Marcha da Paz, promovida pela Comissão Portuguesa do

• LISBOA

II Assembleia da Célula da CDL — Central Distribuidora Livreira. No Centro de Trabalho Vitória, a partir das 9.30, com a participação do camarada Aboim Inglês, do CC.

• PORTO

No âmbito da «Porto em Festa», comício com o camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Às 16.30, no Palácio de Cristal.

No local, às 11.00, Encontro de difusores da imprensa do Partido, que se reunirão depois para um almoço de confraternização.

• MOURISCAS

II Assembleia da Organização da Freguesia de Mouriscas. Em instalações da Escola Preparatória, a partir das 10 horas, com a participação do camarada Raimundo Cabral, da Comissão Política.

• ALMADA

I Assembleia da Organização do P.I.A./Raposos. A partir das 9.30, na sala dos Tempos Livres do Raposo, com a participação do camarada José Pedro Soares, do CC.

• LISBOA

Encontro de Quadros da 1.ª Zona da Organização Local de Lisboa. A partir das 10 horas, na Voz do Operário.



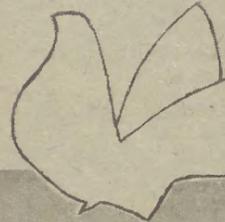
FURRER, JUNG — Sulça — in «Catálogo da 1.ª Bienal Internacional da Caricatura» de Gabrovo, 1973

Festas do PCP

FESTA DA AMIZADE

4,5e6/JULHO 86
LARANJEIRO

EM UNIDADE
POR ABRIL
E PELA PAZ!



FESTA AMIGA
4,5,6 JULHO-86

PAULO CARVALHO
MARIA GUINOT
FERRO & FOGO
GOMES SANTOS

E AINDA
GRUPOS CORAIS
RANCHOS FOLCLO.
MÚS. POP. PORTUGUESA
E MUITOS OUTROS...

FESTA DA ESPIGA VERMELHA	PROGRAMA:
	• Desporto
	• Jogos Populares
	• Folclore
	• Bailes
	• Cinema
	• Música Popular Portuguesa
	• Teatro
	e outras surpresas !!!

COUÇO
5 e 6
de
Julho/86

ORG. COMISSÃO DE FREGUESIA
DO COUÇO DO PCP

Em SINES no CASTELO BAILES POPULARES

Sto. ANTONIO
QUINTA - 12 JUNHO
SEXTA - 13 JUNHO
SÁBADO - 14 JUNHO

S. PEDRO
SEXTA - 27 JUNHO
SÁBADO - 28 JUNHO

S. JOAO
DOMINGO - 22 JUNHO
SEGUNDA - 23 JUNHO
TERÇA - 24 JUNHO

OS BAILES TÊM INÍCIO ÀS 21.30 horas E SERÃO ABRILHANTADOS PELOS ORGANISTAS e ACORDEONISTAS

FÁTIMA FERREIRINHA
LEONEL TRINDADE e seu filho **SÉRGIO LUIS**
COM AS SUAS MODERNAS APARELHAGENS ELECTRÓNICAS

TV

O Programa

Quinta 19

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Videopólis
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.45 — Festival de Cinema de Santarém
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telegiornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Telenovela «Corpo a Corpo»
- 21.25 — Europa
- 22.00 — Série «Hill Street»
- 22.50 — 24 Horas
- 23.15 — México/86

RTP2

- 16.30 — Europa TV — Às 19.30, por Eugen Jochem, concerto para violino de Mozart
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Conheça Melhor



- 20.30 — Série «O Sonho de Marie Aubarede» (último episódio)
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Da Música
- 22.25 — Últimas Notícias
- 22.30 — Telenovela «Vereda Tropical»

Sexta 20

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Gente Singular
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Romancelo
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telegiornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Telenovela «Corpo a Corpo»
- 21.30 — Série «Alô, Alô»
- 22.00 — Mãtria, de Natália Correia
- 23.15 — 24 Horas
- 23.40 — México/86

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.05 — Parque Natural de Montesinho
- 20.30 — Adágio
- 21.00 — Museu do Cinema
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Últimas Notícias
- 22.35 — Telenovela «Vereda Tropical»

Sábado 21

RTP1

- 11.30 — Sumário
- 11.35 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — Tempo dos Mais Novos «Jornalinho»
- 14.10 — Curso de Inglês «Follow Me»
- 14.40 — Sport Billy
- 15.05 — Revista de Touros
- 15.45 — Jovens Heróis de Shaolin
- 16.30 — Os Marretinhas
- 16.55 — O Novo Mundo Selvagem
- 17.25 — Série «Corpo Humano»
- 17.55 — Top Disco
- 18.55 — Campeonato do Mundo de Futebol — Quartos-de-Final

- 19.45 — Totoloto no intervalo do jogo
- 20.45 — México/86
- 21.00 — Telegiornal
- 21.50 — Série «Dinastia»
- 22.55 — Campeonato do Mundo de Futebol — Quartos-de-Final
- 23.45 — Últimas Notícias no intervalo do jogo

RTP2

- 16.30 — Troféu incluindo a transmissão directa do Concurso Hípico de Braga
- 18.30 — Desenhos Animados
- 18.55 — Falar de Macau
- 19.20 — Animação, programa de Vasco Granja
- 20.15 — Folclore
- 22.50 — Europa TV Cinema: «O Emissário de Richelieu», realizado por Victor Sjöström, o grande mestre sueco, na Grã-Bretanha (1937)
- 22.15 — A Rota da Seda

Domingo 22

RTP1

- 10.30 — Sumário
- 10.35 — Missa Dominical



Campeonato do Mundo

Quartos-de-final
Sábado, 21 — 19.00 e 23.00
Domingo, 22 — 19.00 e 23.00

Meias-finais
Quarta, 25 — 19.00 e 23.00 (transmissões directas)

- 11.30 — 70 Vezes 7
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — TV Rural
- 13.45 — Tempo dos Mais Novos Concurso Arco-Iris



- 15.10 — Sessão da Tarde «Os Vikings», real. Richard Fleischer (EUA/1958), interp. Kirk Douglas, Tony Curtis, Janet Leigh
- 17.10 — Clube Amigos Disney
- 18.35 — Como, Quem, Porquê?
- 18.55 — Campeonato do Mundo de Futebol Quartos-de-Final México/86
- 20.45 — México/86
- 21.00 — Telegiornal
- 21.30 — Colombo e os Portugueses
- 22.55 — Campeonato do Mundo de Futebol Quartos-de-Final
- 23.45 — Últimas Notícias no intervalo

RTP2

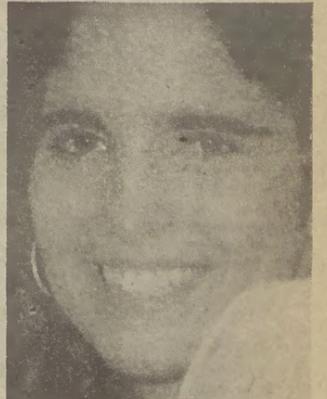
- 17.55 — Automobiliismo Grande Prémio dos Estados Unidos de Fórmula 1 (transmissão directa)
- 20.00 — Europa TV Count Down
- 21.00 — Teatro para Sempre «Hedda Gabler», de Ibsen, encenação de Peter Zadek, companhia do Teatro Bochum (RFA)

Segunda 23

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Portugal Romano
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Ferro Forjado na Arquitectura Portuguesa: (1.º episódio)
- 19.50 — O Livro Grande de Petete

- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Jazz para Todos
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telegiornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico



- 20.40 — Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.25 — Actual
- 22.25 — Série: «Estranhos Poderes» (último episódio)
- 22.55 — 24 Horas
- 23.10 — México/86.

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Videopólis
- 20.35 — Falar de Macau
- 21.00 — Cinema Português: «As Ilhas Encantadas», realização de Carlos Vilardebó com fotografia de Augusto Cabrita (1964)
- 22.40 — Notícias
- 22.45 — Telenovela: «Vereda Tropical».

Quarta 25

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Memória de um Povo
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 17.40 — Sumário



- 17.40 — Tempo dos Mais Novos
- 18.25 — País, País
- 18.55 — Campeonato do Mundo de Futebol: Meias-finais
- 20.45 — México/86
- 21.00 — Telegiornal
- 21.30 — Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 22.20 — Telemundo
- 22.55 — Campeonato do Mundo de Futebol: Meias-finais — Notícias no intervalo do jogo.

RTP2

- 16.30 — Europa TV: Das 19.00 às 20.00, «A Escola de Circo de Moscovo»
- 20.00 — Conheça Melhor
- 20.30 — A Aventura da Arte Moderna, realização de Carlos Vilardebó (4.º episódio)
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Foi Exitto na TV
- 22.25 — Notícias
- 22.30 — Telenovela: «Vereda Tropical».

RTP2

- 16.30 — Europa TV: Às 19.00 um programa com Amália Rodrigues
- 20.25 — Notícias
- 20.30 — Horizonte 2000: «A energia geotérmica»
- 21.00 — Zoom
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Espaço Jazz
- 22.25 — Últimas Notícias
- 22.30 — Telenovela: «Vereda Tropical».

Terça 24

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Conheça Melhor

Cinema A selecção

Exposições

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A África Minha	★★★★	★★★	★★★	★★★	★★★★
B O Ano do Dragão	★★★★	★★★	★★★	★★★★	★★
C O Casamento de Maria Braun	★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
D Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E O Fio do Suspeito	★★★	★★	★★	—	—
F Os Marginais	★★★★	★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★

A — Real. Sidney Pollack — Amoreiras/3 (15.15, 18.15, 21.15, 00.15). S. Jorge/2 (14.15, 17.30, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Michael Cimino — Alfa/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). Amoreiras/2 (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Fonte Nova 1 — (14.15, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 C — Real. Rainer W. Fassbinder — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 E — Real. Richard Marquand — Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Francis F. Coppola — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). Quarteto/4 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Martin Scorsese — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30). Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Alice Jorge, aguarela e desenho. Livraria Bertrand, Chiado. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00, Sáb./10.00 às 13.00.

António Inverno, pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11-A.

Arte Marroquina, «Expressões da Pintura Marroquina Contemporânea». Instituto Franco-Português, Av. Luis Bivar, 91.

Arte Marroquina, pintura, artesanato, etc. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00 (até 3/7).

Carlos Marques, fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 3.ª e 6.ª/17.00 às 21.00 (até 27/6).

Colectiva (artistas do Inst. Sup. de Artes Plásticas da Madeira) — «Dezassete Graus Oeste», pintura, escultura, gravura, computador, art. — Gal. Altamira, Av. Filipe Folgue, 48-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 23/6).

Colectiva de Artes Plásticas «Primeira Década» da Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª D. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/6).

Colectiva, tecelagem, pintura sobre tecido, Gal. Artebruta, R. do Século. Das 10.00 às 20.00 (até 19/6).

Costa Camelo, pintura, Espaço Alliance, R. Braamcamp, 13, 1.ª. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 20.00 (até 20/6).

Douril, pintura. Gal. Bertrand. De 2.ª a 6.ª/09.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./09.30 às 13.00.

Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnologia, Av. da

Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom/10 às 12.30 e 14 às 17.

«As Flores», Centro Artístico Infantil da Fund. Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até Junho).

Futebol-O Passado e o Presente. Fórum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. Das 12.00 às 23.00 (até 30/6).

Gente de Palco-II Acto-Desenho Teatral. Museu Nacional do Traje. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

«Gravura», gravura dos fundadores da Cooperativa: Alice Jorge, Dourado, José Júlio, Pomar, Rogério Ribeiro. Na sede da «Gravura», Trav. do Sequeiro, 4 (a S. Paulo).

Joana Rosa, jóias (metais pobres), Museu Nac. do Traje. Palácio Monteiro-Mor, ao Lumiar. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.

Joaquim Lourenço e Maria Soares, pintura, Atelier 15, R. Freitas Gazuil. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 30/6).

José Augusto Paz Duarte, pintura. Casa dos Tabuenses, R. dos Poiais de S. Bento. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 20.00 (até 30/6).

Leslie Martin, «Edifícios e Ideias 1933-86» — elementos da obra deste arquitecto (autor do edifício do CAM e de vários outros museus, auditórios, bibliotecas) e de arqui-



Hansi Staël

tectos que com ele trabalharam. Fundação Gulbenkian, Av. Berna (até 22/6).

Luis Noronha da Costa, pintura. Gal. R75, R. Castilho, 75-C. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 19.30 (até 30/6).

Margarida Cepeda, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 19.00 (até 20/6).

Mena Brito, pintura. Centro de Dança Av. João Crisóstomo, 5. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00 (até Agosto).

Nikias Skapinakis, pintura e desenho. Gal. 11, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. até às 13.00 (até 27/6).

Rui da Rosa, desenho e pintura. Atrium da Imprensa. Casa da Imprensa, R. da Horta Seca. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 30/6).

Tapeçarias de Portalegre, segundo cartões de pintores portugueses, Hotel Méridien, R. Castilho (até 31/8).

Zulmiro de Carvalho, escultura em ferro e ardósia. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 11. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 19.00.

Rogério Ribeiro, pintura, desenho, escultura 1984-86. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.30 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb./15.30 às 19.30. PORTO.

José Alves, desenho e gravura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

«Praças e Largos de Évora». Museu de Évora, Largo do Conde de Vila Flor. EVORA.

Cristina Ataíde, escultura. Das 10.00 às 22.00. Pousada do Castelo (até 19/6). PALMELA.

D. Pedro IV (Pedro I do Brasil) — Sua época (até 30/9). Palácio Nacional. QUELUS.

Alfredo Pais, pintura. Gal. Municipal de Artes Visuais — Casa de Bocage. De 3.ª a 6.ª/9.00 às 16.00 e 14.00 às 17.00, sáb. e dom./15.00 às 19.00 (até 29/6) SETUBAL.

Colectiva, cerâmica, pintura e tapeçaria. Gal. Cetária, Pousada de S. Filipe. Das 12.00 às 22.00. SETUBAL.

Faria Borda, escultura e cerâmica. Gal. de Exposições Temporárias do Museu de Setúbal — Convento de Jesus (até 29/6). SETUBAL.

Cruzeiro Selxas. Das 18.00 às 24.00, até 30/6, Casa das Artes. TAVIRA.

Francisco Relógio, 1957-1986. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 24/6). R. Miguel Bombarda, 15. TORRES VEDRAS.

Teatro O Cartaz

• LISBOA

A Barraca — R. Alexandre Herculano. De 3.ª a sáb./21.30/sáb. e dom./16.00. Calamity Jane, adapt. e encen. Hélder Costa, intérp. Maria do Céu Guerra.
 Caixa Económica Operária, R. Voz do Operário, 64, 5.ª, 6.ª e sáb./22.00. O Meu Corpo Não Tem As Mesmas Idéias Que Eu, de António Rodrigues. Encen. colectiva — Grupo Amador da CEO (até 14/6).
 CAM — Sala Polivalente, Fundação Gulbenkian. Frel Luis de Sousa, de Almeida Garrett, enc. Jorge Listopad. Dias/19.20 e 21/21.30, dias 22, 24 e 25/15.00.
 Nac. D. Maria II, Rossio. Mãe Coragem e os seus Filhos. De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. De Bertold Brecht, encen. Jpão Lourenço — Comp. Nac. de Teatro — Novo Grupo.
 Rex. R. da Palma/As 21.30, sáb. e dom./16.00. A Severa, de Júlio Dantas, encen. Herlander Peyroteo — Primeiro Acto — Clube de Teatro de Alégis.
 Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom., 16.00. Volpone, de Ben Jonson, adapt. e enc. de Norberto Barroca, pelo Novo Grupo.
 Teatro do Bairro Alto — Sala Manuela

Porto, Rua Raul Cascais, 1. Sáb. 16.00, dom. às 11.30. A Mulher que Matou os Pelxes, texto de Clarisse Lispector, adapt. e enc. de José Cadas.
 Teatro da Cantina Velha, Cidade Universitária, 5.ª, 6.ª e sáb./21.30. Josef K, adapt. de «O Processo de Kafka» — Grupo Cénico de Direito.
 Teatro Ibérico. R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17.00. Avariza, Luxúria e Morte n'Arena Ibérica, de Ramon del Valle-Inclán, encen. Blanco Gil.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Quinta, sexta e dom. às 18.30, sáb. 21.30. Viagem para a Felicidade, de Franz Xaver-Kroetz, enc. de Rogério de Carvalho.
 Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. Pouco Barulho, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.
 Variedades, Pa. Mayer. De 3.ª a Dom. /21.45, sáb./16.00. Um Coronel em Dois Actos, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO
 Tearto, R. Heroísmo, 86. 6.ª e sáb./22.00, dom./17.00. O Corcunda por Amor, de

Almeida Garrett, enc. Castro Guedes.
 TEP, R. do Pinheiro, 4. De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. A Birra do Morto, de Vicente Sanches, enc. Mário Viegas — sáb./21.45.
 Mário Gin-Tónico, textos Mário Henriques Leiria, adapt. e intérp. Mário Viegas.

• ALMADA

Academia Almadaense. R. Cap. Leitão, 64/5.ª e 6.ª/21.30, sáb. e dom./16.00. George Dandin, de Molière, enc. Joaquim Benite — Companhia de Teatro de Almada-Grupo de Campolide (até domingo).

• BRAGA

Casa Penhorista de Braga, R. D. Afonso Henriques, De 3.ª a dom./22.00. O Fim, de António Patrício, enc. Rui Madeira — Cena-Comp. de Teatro de Braga (até 23/6).

• LEIRIA

Tela, R. Afonso Lopes Vieira. De 3.ª a sáb./21.30. Comédia dos Anfítrões, de Luís de Camões, enc. J. Valentim Lemos.

• SETÚBAL

TAS-Teatro de Animação de Setúbal. Alves e Companhia. De Eça de Queiroz, adaptação e enc. Fernando Gomes.

Para crianças

• LISBOA

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. Sáb. e dom. às 16.30. A Rua dos Fantasmas,

de Javier Villafañe, enc. de Adolfo Gutkin, pelo Grupo Malzum.
 TIL, R. Leão de Oliveira, 1. sáb. dom. e feriados, às 16.00. No Reino da Fantasia, enc. de Agostinho Macedo.



Manuel da Fonseca

A vida e obra do escritor Manuel da Fonseca é motivo de uma exposição no Museu Municipal de Santiago do Cacém, a prosseguir até 15 de Agosto.

No período que decorrerá, vários colóquios contarão com a participação de vários escritores, entre eles o próprio Manuel da Fonseca, que, como se sabe, também oralmente é um dos nossos grandes contadores de histórias...

Ópera e Dança

Falstaff, a ópera em 3 actos de Giuseppe Verdi, vai à cena no Teatro Nacional de S. Carlos em duas únicas apresentações: hoje, quinta-feira, às 20.30, e domingo, 22, às 16.00. Encenação de Paolo Trevisi. Com a Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de S. Carlos sob direcção do maestro John Neshling, o Coro de S. Carlos com o maestro Gianni Beltrami, alunos da Escola da Companhia Nacional de Bailado e os cantores solistas Anthony Raffell, Bruno Pola, Helena Vieira, Fedora Barbieri, Rosa Laghezza, Elvira Ferreira, Mário Rodrigo, Francesco Signor, Carlos Guilherme, Fernando Serafim. Bilhetes: de 470\$00 a 1500\$00.

Música

Música clássica ao vivo: assinala-se mais alguns concertos a realizar no Algarve, integrados no X Festival Internacional de Música:

Hoje, às 21.30, recital de guitarra clássica por Turibio Santos, na Quinta do Lago em Loulé;

Amanhã, também às 20.30 o mesmo

São também em Lisboa os espectáculos de dança de que temos conhecimento, a realizar esta semana:

No Teatro Municipal de S. Luiz — hoje, amanhã, sábado e terça-feira, às 21.30, e no sábado também às 16.00 — a Companhia Nacional de Bailado apresenta um novo programa: Paqueta (Petipa/Minkus), Canções e Murmúrios de Morte (Norman Walker/George Crumb), Baile dos Cadetes (Lichine/J. Strauss).

No Grande Auditório Gulbenkian, hoje,

quinta-feira, às 21.30, e amanhã, às 18.30, espectáculos pela Companhia Nacional de Dança e Música da Coreia do Sul.

Música

Música clássica ao vivo: assinala-se mais alguns concertos a realizar no Algarve, integrados no X Festival Internacional de Música:

Hoje, às 21.30, recital de guitarra clássica por Turibio Santos, na Quinta do Lago em Loulé;

Amanhã, também às 20.30 o mesmo

festas do **Avante!**

as EPÉS já estão à venda!

de David Gausden que agora se inicia: sexta-feira, 18.45, no Estúdio 444, Ser ou não Ser (EUA/1942); terça, dia 24, às 18.30 na Sociedade Portuguesa de Autores, Os Olhos da Múmia (Alemanha/1918) e A Boneca (Alemanha/1919).

ABC Cine-Clube

Duas sessões esta semana, ambas do

instrumentista na Igreja de Santa Maria de Lagos;

Na terça-feira, 24, concerto pelo Grupo de Metais de Lisboa na Capela do Museu de Faro. As 21.30.

Outros espectáculos:

A Grande Noite do Fado, que está marcada para amanhã, sexta-feira, como habitualmente no Coliseu dos Recreios.

Janita Salomé participa no espectáculo de encerramento da Marcha da Paz. Na tarde de sábado, no Rossio.

No Hot Clube de Lisboa, o Quarteto

Tempo Fim de Semana



No sábado, nas regiões do Norte e Centro períodos de céu muito nublado e vento fraco ou moderado de oeste. Aguaceiros mais frequentes na região norte, onde poderão ocorrer trovoadas durante a tarde. No Sul, céu geralmente pouco nublado, vento fraco ou moderado de noroeste.

No domingo, período de céu muito nublado nas regiões Norte e Centro Nas regiões Sul, céu pouco nublado

2.º ACAMPAMENTO CONVÍVIO DA GÂMBIA

Daí mais força à liberdade!

SETÚBAL 5 e 6 de JULHO/86

GRUPO DE CAMPEIROS 'COMPANHIEIROS DE ABRIL'

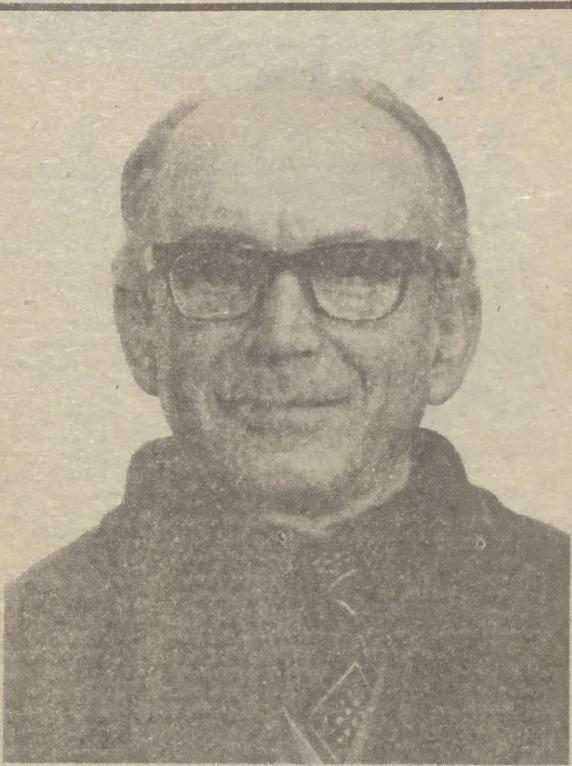
CONTRA PONTO

CONTRAPONTO É UM PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM VIDEO

Questões actuais da vida e da luta do povo português. Situação internacional e luta pela Paz

PARA INFORMAÇÃO E PEDIDOS: SIP DO PCP

Rua Soeiro Pereira Gomes, 1, 1699 Lisboa Codex Tel. 77 91 42



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por FERNANDO CORREIA



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

edições
Swanie!

Síntese semanal da IMPRENSA

México 86

«Luxuosos automóveis, peçados de insígnias oficiais, perante as quais se abriam todas as portas, começaram a chegar aos estacionamentos privados. Deles saíam, guardados por escoltas espectaculares, um desfile de personagens. Funcionários influentes, importantes magnatas, damas altivas, lindas jovens e esbeltos rapazes: todos vestidos desportivamente, tudo naturalmente importado, o que fazia do acontecimento um verdadeiro desfile de modas. Do outro lado, uma multidão de rostos marcados e macilentos, permaneciam para além das grades de protecção com um sorriso de esperança nos lábios, os olhos postos nas bilheteiras, onde, à medida que se aproximava o início da cerimónia, se vendiam os bilhetes a preços cada vez mais baratos. Como estão agora? 40 mil pesos (cerca de 10 contos). E agora? 35 mil pesos. O funcionário público de roupas modestas, ou o adepto fanático tirava da bolsa a carteira e contava as notas poupadas à custa de privações e sacrifícios, e murmurava para o companheiro a seu lado: "Dizem que, se esperarmos, daqui a pouco ainda está mais barato"..."

(Relato da cerimónia de abertura do Mundial de futebol feito pelo diário mexicano «El Pourvenir», segundo o «Expresso» de 13 de Junho)

Por detrás da fachada negócios e crise

● «Mas a verdade é que um Campeonato Mundial de Futebol há muito ultrapassou os limites das quatro linhas dos rectângulos dos jogos — com os interesses políticos e, sobretudo, os interesses económicos a prevalecerem cada vez mais. Por exemplo, a própria escolha do México, como organizador da principal prova da FIFA, ilustra flagrantemente os jogos de bastidores que dominam hoje estes acontecimentos desportivos.

Eram conhecidas à partida as graves carências e insuficiências de um país a braços com problemas de toda a ordem e não surpreendem, por isso, as queixas generalizadas dos jornalistas de todo o mundo enviados para cobrir este "Mundial". Uma crónica que deveria ter ido para Lisboa, via telex, foi parar à Argentina; outra, destinada à RFA, saiu no Canadá; os telexes, quando chegam ao seu destino, vão amputados de linhas e linhas, quando não mesmo de parágrafos inteiros; as ligações de rádio, além de caras, são problemáticas, enquanto as transmissões televisivas deixam muito a desejar e geram uma onda de protestos na Europa e nos EUA.

As acreditações também foram tema para muitas histórias; portugueses dados como enviados de jornais estrangeiros são vários. O jornalista do Expresso, por exemplo, "representa" oficialmente um órgão de informação estranhamente intitulado: "Edição de Publicações"...

Entretanto, se se tivesse querido evitar este caos previsível, tinha-se os Estados Unidos ou o Canadá como alternativa consensual. Não são países de tradição futebolística mas poderiam oferecer outra qualidade.

Porém — e aqui começam as muitas complicações de alto nível — Guilherme Cañedo, o presidente do Comité Organizador do "Mundial"/86, é grande amigo e compadre do presidente da

FIFA, o brasileiro João Havelange. Por sua vez, Cañedo ocupa o cargo de vice-presidente da Televisa, uma das mais fortes cadeias de televisão do mundo, que tem todos os direitos de transmissão dos jogos deste Campeonato. Finalmente: o "boss" da Televisa, Miguel Azcarraga, um dos homens mais ricos do México, dispõe de enorme influência política e económica.

Por sua vez, o governo mexicano aceitou a incumbência de organizar este "Mundial" de futebol por motivos obviamente políticos. Era uma oportunidade rara de se propagandear a imagem eficiente e dinâmica de um governo e de um partido, era a expectativa da entrada maciça de divisas, enfim, a possibilidade de um novo alento, numa economia em quase estado de coma. E então se a selecção mexicana se sagraisse campeã era ouro sobre azul.

Só que, por detrás desta fachada que é a máquina organizativa (ela própria com muitas brechas) está um país em crise profunda, facilmente detectada até por uma leitura mais atenta dos numerosos jornais que aqui se publicam.

De todos os títulos e notícias, dois são o verdadeiro símbolo da crise: a questão da dívida externa e o problema da Fundidora de Monterrey, a mais importante empresa da região.

Perante uma dívida externa de quase 100 milhões de dólares, vencendo juros de 13 milhões ao ano, os bancos credores exigem medidas imediatas que facilitem o relançamento económico do país. No último fim-de-semana, a banca privada internacional recusou-se mesmo a conceder mais créditos ao México, sem o aval do Fundo Monetário Internacional ou do Banco Mundial. A comunicação social fala por isso de asfixia financeira da economia nacional, generalizando-se os apelos à necessidade de se negociar uma moratória.

(...)

Só que, internamente, o ambiente não deixa de degradar-se. O peso, a moeda nacional, desvalorizou num mês 100 por cento e o "Mundial" não consegue iludir minimamente a situação económica do país — até porque a equipa mexicana está longe de cumprir a missão que lhe estava reservada (na verdade demasiado fraca para, pelo menos, poder ambicionar chegar à final no próximo dia 29...).

Oficialmente, a inflação, de Janeiro a Abril, foi de 25,2 por cento, mas nos meios económicos fala-se que nos finais de 1986 ela venha a atingir 95 por cento e mesmo 120 por cento. Entretanto, para fazerem face a esta crise, muitas empresas estão a reduzir a sua semana laboral enquanto cresce o desemprego para níveis assustadores.

Caso exemplar — e dramático — neste aspecto vive-se em Monterrey, a capital do estado de Nova Leon, que é a cidade sede do grupo F deste "Mundial". A maior empresa siderúrgica da região, fechou e directa ou indirectamente foram lançados no desemprego cerca de 50 mil trabalhadores.

(Carlos Matos, «Expresso», 13 Junho)

Mundo cão

● «"Tudo o que rodeia o futebol não se coaduna muito bem com a minha maneira de ser. As tensões, as pressões, os numerosos interesses em jogo, a falta de escrúpulos de muitas das personagens que se movimentam no meio, fazem do futebol 'um mundo cão', desabafa Rui Águas, o jovem ponta-de-lança do Benfica que se estreou aqui no México frente a Marrocos, no jogo que ditou a eliminação da equipa portuguesa.

Calmo, introvertido, marcando por isso a diferença perante a maneira de ser folgazona da maioria dos seus companheiros, Rui Águas considera que o futebol poderia ser diferente se a relação entre as pessoas "fosse mais humanizada".

"Digamos que não sou um apaixonado por aquilo que faço: quando em miúdo, a bola saltava na rua, o entusiasmo era maior..."

(Carlos Matos, «Expresso», 13 Junho)

Xadrez

LVI — 19 de Junho de 1986

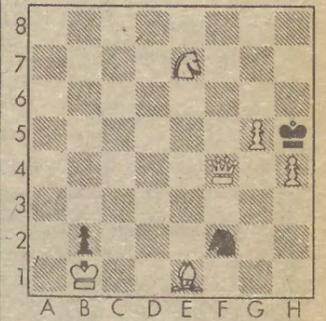
PROPOSIÇÃO N.º 56

Por H. d'O. Bernard

«Chess Amateur», 1919

Pr.: (3): Pb2-Cf2-Rh5

Br.: (6): Ps.g5, h4-Ce7-Bé1-Df4-Rb1



Mate em 2 lances

JOGO N.º 56

Match-treino Kasparov/Miles (5,5/0,5)

Basileia, 1986/3.ª partida

Br: Kasparov

Pr: Miles

1. d4,Cf6; 2. Cf3,g5; 3. d5,b5; 4. Bg, C64; 5. Bh4,Da5+; 6. Cbd2,Bb7; 7. a4,B:d5; 8. a:b5,Dc7; 9. Ta4,Db7; 10. c4,C:d2; 11. c:d5,C:f1; 12. Dd3,d6; 13. e4,Cd7; 14. D:f1,h6; 15. D62,g5; 16. Bg3, Bg7; 17. e5,0-0; 18. h4,D:d5; 19. h:g5,C:e5; 20. B:e5,d:e5; 21. g:h6,Bf6; 22. Th5,Rh8; 23. C:e5; 24. Ta3,db4+; 25. Rf1,Tad8; 26. Cg6; D:b2; 27. D:b2,B:b2; 28. T:a7,Tc8; 29. T:c7,g4; 30. R62,g3; 31. Rd3 e as Pr. abandonam.

SOLUÇÃO DO LVI

Chave: 1. Da4! Bloqueio!

1. ... C ad lib.; 2. Dd1 mate

1. ... Cg4; 2. D68 mate

A. de M.M.

Damas

LVI — 19 de Junho de 1986

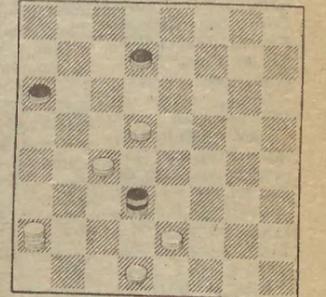
PROPOSIÇÃO N.º 56

Por Manuel Duarte — Lisboa

«Século Ilustrado», 8.X.1949

Pr.: (11)-24-27

Br.: 3-6-(8)-15-19



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 56

Campeonato Nacional — Apuramento Almada, 29.1.1983

Br.: José A. Pereira

Pr.: Fernando A. Bernardo

(3.º Jogo e último)

1. 10-4, 21-17; 2. 14-18, 22-13; 3. 9-18, 23-19; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 28-23; 6. 11-14, 23-20; 7. 7-11, 20-16; 8. 5-10, 27-23; 9. 18-21, 25-18; 10. 14-21, 23-20; 11. 21-25, 16-12; 12. 11-14, 20-11; 13. 6-15, 31-27; 14. 1-5, 27-23; 15. 14-19, 23-14; 16. 10-19, 30-27; 17. 5-10, 27-23; 18. 19-28, 32-23; 19. 10-14, 26-22; 20. 3-6, 12-8; 21. 6-10, 23-20; 22. 14-19, 20-11; 23. 19-26, 29-22; 24. 25-29=D, 22-18; 25. 29-22, 24-20; 26. 22-9, 11-7; 27. 4-11, 8-4=D; 28. 10-14, 4-7; 29. 9-22, 7-4; 30. 22-29, 4-7; 31. 11-15 e Empate.

GOLPE N.º 56

Por Henry Spayth/Buffalo, 1860

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-16, 20-15; 4. 11-20, 24-15; 5. 14-19, 18-14; 6. 1-5, 21-18; 7. 10-13? Perdentel J. Pr. G. (Br. 2-3-4-5-6-7-8-9-13-16-19 Pr. 14-15-18-25-26-27-28-29-30-31-32 J. Pr. G.)

SOLUÇÕES DO LVI

N.º 56 (M.D.): 3-7, 11+2 (Se: 11-4; 19-22, 27-18; 6-11) e 15-20 +/ Se: 11-20; 6-11 e 19-23 e 7-11+); 7-12, 2-20; 12-16+

Golpe 56 (H.S.): 7. ... 27-23; 8. 13-22, 14-11; 9. 7-14, 29-24; 10. 19-28, 26-1=D+

S. de M.M.



Uma
aventura

no estádio

editorial
CAMINHO

Suplemento

Avante!

Ano 56 – Série VII

N.º 651

19 de Junho de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Resolução Política

do Comité Central do PCP

A SITUAÇÃO ECONÓMICA

SOCIAL E POLÍTICA

E AS TAREFAS DO PARTIDO



I. A DESASTROSA POLÍTICA DE DIREITA E A URGÊNCIA DE UMA VIRAGEM

1. A recuperação capitalista — causa da crise
2. A situação económica e financeira
3. O Governo PSD continua a política de desastre dos últimos dez anos
4. Gravíssima situação social
5. A democracia ameaçada
6. A independência nacional comprometida
7. O logro da entrada na CEE

II. A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E A NOVA ARRUMAÇÃO DE FORÇAS

1. A política democrática e nacional de que Portugal precisa
2. Nova arrumação e correlação de forças favoráveis à democracia
3. Quatro experiências ou lições da situação portuguesa
4. Direcções erradas: alianças com a direita, partidos «charneira» e «alternância» no poder
5. Pela convergência e unidade democrática

III. O ESTADO, OS ÓRGÃOS DO PODER E O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES

1. As instituições democráticas e o seu regular funcionamento
2. Presidente da República
3. Governo
4. Assembleia da República
5. Tribunais
6. Regiões Autónomas
7. Poder Local
8. Forças Armadas
9. Administração Pública

IV. O REFORÇO DO PARTIDO E A LUTA POPULAR

1. Dois factores determinantes e inseparáveis
2. As organizações e movimentos unitários
3. Luta dos trabalhadores
4. Luta do campesinato
5. Luta dos intelectuais
6. Luta das mulheres
7. Luta da juventude
8. Luta dos pequenos e médios comerciantes e industriais
9. Luta dos reformados
10. Luta dos deficientes
11. Luta dos emigrantes
12. Lutas das populações
13. Movimento da Paz
14. O reforço do Partido



Nos dias 16 e 17 de Junho realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português que procedeu a uma análise aprofundada da situação nacional e aprovou uma resolução sobre «A situação económica, social e política e as tarefas do Partido».

O Comité Central examinou quatro ordens de questões: A desastrosa política de direita e a urgência de uma viragem; a alternativa democrática e a nova arrumação de forças; o Estado, os órgãos de Poder e o funcionamento das instituições; e o reforço do Partido e a luta popular.

Esta resolução que aborda todas as questões fundamentais da hora presente constitui um documento indispensável à compreensão da situação nacional, das perspectivas da sua evolução e das tarefas que se colocam para uma alternativa democrática à desastrosa política do Governo do PSD.

O Comité Central debruçou-se também sobre o agravamento da situação internacional e os perigos de guerra e aprovou um «Apelo do PCP à luta pela Paz».

I A DESASTROSA POLÍTICA DE DIREITA E A URGÊNCIA DE UMA VIRAGEM

1.

A recuperação capitalista — causa da crise

A situação nacional e os graves e continuados conflitos sociais e políticos nos últimos dez anos têm tido como força motora central a luta entre aqueles que querem destruir o regime democrático conquistado com a Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República e aqueles que o defendem e querem que prossiga.

A revolução criou e instaurou um regime caracterizado, não apenas por uma democracia política avançada (interdependência e complementaridade dos órgãos de soberania, Poder Local democrático, autonomia regional, liberdades e direitos dos cidadãos, princípio da proporcionalidade no sistema eleitoral) como também liquidação do capitalismo monopolista e em profundas reformas estruturais (nacionalizações, Reforma Agrária, direitos dos rendeiros, direitos dos povos sobre os baldios, controlo de gestão, etc.). O regime democrático conquistado com a revolução e consagrado na Constituição da República, assenta na complementaridade da democracia política, da democracia económica e da democracia social.

A evolução da situação económica e social do País comprovou inteiramente a tese do PCP apontando como causa fundamental da crise e do seu agravamento nos últimos dez anos a guerra movida por sucessivos governos contra as conquistas democráticas do povo português alcançadas com a Revolução de Abril.

Os acontecimentos comprovaram a tese do X Congresso do Partido segundo a qual sucessivos governos de direita, impotentes para assegurar a restauração monopolista, latifundista e imperialista no quadro da legalidade democrática e com medidas de efectiva recuperação económica, adoptaram, como linha de força fundamental da sua política e da sua actuação, a centralização forçada e ilícita nas mãos do grande capital, não só da mais-valia criada (para aumentar a qual se agrava a exploração dos trabalhadores), mas também dos capitais disponíveis, de empresas nacionalizadas, de bens, de recursos e participações do Estado, de terras e bens das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária.

Os acontecimentos comprovaram que a chamada política de «recuperação económica» de sucessivos governos de direita (com ou sem o PS), constituiu «uma cruzada de espoliações e de acumulação e centralização forçadas, com a transferência brutal para as mãos dos grandes capitalistas da propriedade de meios de produção e de capitais».

Com a ofensiva contra as nacionalizações e o sector público da economia e pela recuperação capitalista, os governos de direita (tanto com medidas directas como com a sua política de crédito e de preços) conseguiram espoliar o Estado e entregar ilegalmente aos grandes capitalistas importantes capitais e bens de empresas nacionalizadas, assim como muitas centenas de empresas participadas e intervencionadas.

Com a ofensiva contra a Reforma Agrária e pela recuperação latifundista, os governos de direita conseguiram espoliar às UCP's/Cooperativas e entregar ilegalmente aos grandes agrários mais de metade das terras expropriadas, além de centenas de milhares de cabeças de gado, máquinas, instalações, benfeitorias e frutos pendentes.

Com a política de recuperação capitalista, os governos de direita conseguiram espoliar o País e entregar ao estrangeiro riquezas e recursos indispensáveis ao desenvolvimento e à independência nacionais.

Aspecto central da ofensiva reaccionária foi o deliberado agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores, com vistas a permitir o aumento da mais-valia e a concentração de capitais.

Os pequenos e médios agricultores e rendeiros e os pequenos e médios comerciantes e industriais, sofreram também a ofensiva reaccionária dos governos de direita. A ruína, as falências, o encerramento de dezenas de milhares de explorações agrícolas e de empresas, marcam o caminho da política ao serviço do grande capital.

A cruzada de espoliações do processo contra-revolucionário tem sido em si mesma um processo de concessões e apropriações ilícitas, ilegalidades, irregularidades, decisões arbitrárias, escândalos financeiros, fraudes e roubos.

A corrupção ao mais alto nível do Estado (ministros, secretários e subsecretários, altos funcionários e gestores públicos) espalhou-se e espalha-se por repartições, pelo aparelho burocrático e generaliza-se com uma prática corrente do assalto às empresas, bens e recursos do Estado, das empresas nacionalizadas, das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária.

A apropriação ilegal directa de empresas, de bens, de capitais, o crédito de favor concedido para não ser pago («crédito malparado»), as grandes negociatas, a especulação financeira, o tráfico de divisas, as lutas pelos favores ao capital privado, deram lugar ao rápido enriquecimento de oportunistas sem escrúpulos.

Neste processo, a par da recuperação das fortunas dos grandes

senhores dos monopólios do tempo do fascismo e da acumulação de bens e capital nas mãos dos grandes capitalistas, surgiram e multiplicaram-se, nas clientelas dos partidos governantes, os «novos-ricos» da recuperação capitalista, que constituem já hoje uma classe parasitária, oposta a qualquer política democrática.

A ofensiva contra-revolucionária (com o processo de destruição dos sectores e empresas nacionalizadas e da Reforma Agrária, a guerra social aos trabalhadores, o completo desprezo e sacrifício dos pequenos e médios agricultores e rendeiros e dos pequenos e médios comerciantes e industriais) teve consequências desastrosas no plano económico, financeiro e social:

- desorganizou o processo produtivo nacional, contrariando a dinâmica produtiva e conduzindo à estagnação e mesmo à recessão da produção;
- conduziu sectores básicos fundamentais da economia portuguesa à degradação económica e financeira, à diminuição radical das actividades, ao estrangulamento financeiro, à paralisação, estagnação e retrocesso;
- conduziu ao encerramento ou prática inactividade de centenas de empresas com possibilidades de actividade útil e produtiva, ao abandono pelos agrários de centenas de milhares de hectares de terra que as UCP's cultivavam, ao desemprego de centenas de milhares de trabalhadores da indústria, transportes e serviços e de muitas dezenas de milhares de operários agrícolas;
- acentuou os desequilíbrios e estrangulamentos (regionais e sectoriais);
- provocou a multiplicação anárquica dos circuitos comerciais (com enorme expansão da «economia paralela»), que passaram a absorver parte considerável do valor produzido;
- conduziu Portugal à mais grave situação social alguma vez existente, com a utilização dos processos capitalistas tradicionais de exploração reforçados por processos novos e mais refinados;
- provocou o agravamento geral das condições de vida de todas as classes e camadas laboriosas, com relevo para a juventude, as mulheres e os estratos mais desfavorecidos da população;
- abriu caminho ao assalto pelo imperialismo de posições cada vez mais importantes na economia portuguesa, acentuando os laços de dependência.

A ofensiva de destruição das novas estruturas socioeconómicas criadas com a Revolução democrática foi e continua a ser acompanhada da ofensiva contra a democracia política, contra a democracia social, contra a democratização da cultura e contra a decidida afirmação da independência e da soberania nacionais.

A política de direita é uma política antipopular, antidemocrática e antinacional. É uma política de destruição e de miséria. É uma política que não serve o povo nem o País. Impõe-se uma viragem na política nacional. Impõe-se que seja consolidada a democracia e garantida a independência nacional. Impõe-se que Portugal retome o caminho de Abril.

Nas condições actuais, no quadro do regime democrático e da independência nacional, a recuperação económica e o desenvolvimento só são possíveis pondo definitivamente fim à ofensiva de destruição das estruturas socioeconómicas existentes e empreendendo uma nova dinâmica económica na base das formações existentes. O que Portugal necessita é de uma política económica e de um desenvolvimento económico, não para beneficiar uma oligarquia financeira à custa da miséria do povo e da independência nacional, mas para o bem do povo e do País.

2.

A situação económica e financeira

A evolução da situação económica e financeira dos últimos dez anos demonstra os efeitos desastrosos da política de recuperação capitalista.

A taxa de crescimento do PIB a partir de 1976 manifestou tendência a diminuir e passou a valores negativos em 1983 e 1984 (-0,3 e -1,7 respectivamente). O valor positivo (+2,5%) que acusa em 1985 situa-se ainda abaixo das taxas de 1976, 1977, 1979, 1980 e 1982 e não desmente as desastrosas consequências da política dos últimos dez anos.

A Formação Bruta de Capital Fixo, com tendência decrescente, acusa quebra acentuada em 1983 e, apesar da baixa recorde de 20% em 1984, acusa ainda nova quebra de 5% em 1985.

O défice orçamental não pára de crescer. Tendo sido de 19,5

milhões de contos em 1975 (5,7% do PIB) atingiu a cifra recorde de 470 milhões de contos em 1985 (11,1% do PIB).

O ritmo de agravamento da inflação, embora tendo abrandado em 1985 (19,3% depois de 4 anos em que ultrapassou largamente os 20%), situa-se ainda no nível mais elevado da Europa capitalista.

O saldo negativo da balança comercial continua a atingir altíssimos níveis (-335 milhões de contos em 1985), sendo de notar os défices da balança de produtos agrícolas e alimentares e da balança energética (respectivamente -93 milhões de contos e -269,8 milhões em 1984).

A situação da banca comercial e a quebra efectiva da sua rentabilidade é um clamoroso exemplo das consequências da política de restauração capitalista e, no concreto, da política visando a reprivatização da banca. As limitações administrativas ao crédito bancário, a relação entre as elevadíssimas taxas de juro dos vultosos depósitos e as taxas de juro do baixo volume de crédito concedido, a degradação da relação entre depósitos à ordem e a prazo, o volume do «crédito malparado», contam-se entre os principais factores que determinaram «margem de juros» fortemente negativa (-79,7 milhões de contos em 1984).

Embora a baixa das taxas de juro, há muito reclamada pelo PCP, mas só agora decidida pelo Governo, tenha efeito positivo para a rentabilidade bancária é medida insuficiente para determinar uma inversão definitiva da tendência.

As actividades produtivas continuam praticamente estagnadas e os casos de reanimação económica são limitados, ténues e devidos mais à favorável componente externa do que a medidas internas de política económica.

Os índices de aumento da produção industrial caíram progressivamente de 1976 a 1984 (-0,8), registam um índice positivo em 1985, mas voltam a registar um abrandamento no primeiro trimestre de 1986.

A produção de aço bruto desceu de 689 mil toneladas em 1984 para 665 mil toneladas em 1985 e a de cimento de 5,5 milhões para 5,0 milhões de toneladas, respectivamente. Agrava-se ainda mais a crise na Indústria naval (Lisnave, Setenave, Parry Son, SRN, etc.) e nas indústrias de montagem e metalomecânica (Sorefame, Equipmetal, Batista Russo, etc.).

Na construção civil verificou-se a degradação constante, atingindo em 1984 a quebra de 10%. As licenças concedidas para construções novas desceram de 49 mil em 1984 para 44 mil em 1985. Desceu consideravelmente o número de fogos concluídos.

As pequenas e médias empresas atravessam grandes dificuldades em consequência da política de direita ao serviço do grande capital.

Na indústria transformadora baixa a taxa de utilização da capacidade produtiva.

No comércio a retalho o volume de vendas desce de ano para ano, continuam a sentir-se dificuldades de acesso ao crédito, dificilmente se suportam os aumentos anuais de rendas de 17%, a introdução do IVA provoca acréscimo de despesas.

Nos anos de 1983/85 registaram-se 475 falências, sem contar as firmas em nome individual, e foram dissolvidas 2978 sociedades com um capital social total de 4 067 976 contos.

Na agricultura verificaram-se grandes baixas na área semeada de cereais relativamente à média do último decénio (-16% para o trigo, -17% para o centeio, -9% para a cevada e -8% para a aveia). Regista-se uma subida de produção de milho e arroz e uma quebra na produção do vinho e azeite.

Agravam-se todos os problemas tradicionais: dificuldades de escoamento, ausência de preços garantidos, esmagamento do preço na produção, crédito difícil e caro, aumento do preço dos factores de produção, falta de apoio técnico, e outros.

Nas pescas verifica-se o declínio do pescado desembarcado, o envelhecimento geral das frotas e perspectivas sombrias com os planos de destruição da pesca artesanal e apoio quase exclusivo ao arrasto, de redução da capacidade das frotas e de liquidação de 20 mil postos de trabalho.

Nos transportes continua a degradar-se a situação na Marinha Mercante e na CP — do que é significativa expressão a vaga de trágicos acidentes.

Os grandes projectos nacionais (Plano Siderúrgico, Alqueva, Metalurgia do Cobre, Beterraba Sacarina) estão abandonados ou paralisados.

O aumento vertiginoso da dívida externa constitui um resultado revelador e um índice incontestável das desastrosas consequências da política de direita. Era de 34,5 milhões de contos (1261 milhões de dólares) em 1975. Atingiu 2600 milhões de contos (16 545 milhões de dólares) em 1985. O aumento de 1984 para 1985 foi de 10,9%. Os juros anuais em 1985 subiram a 231 milhões de contos, ou seja, o correspondente a cerca de 23% das exportações portuguesas do mesmo ano.

Dada a irregularidade da evolução económica, tanto por factores internos como por factores externos, cada governo de direita tem chamado a si o mérito do melhoramento de tal ou tal situação secto-

rial, procurando fazer esquecer o resultado global e a evolução global da situação. Foi o que fez Mário Soares relativamente à situação cambial. É o que actualmente faz Cavaco Silva relativamente à inflação e à balança de transacções correntes, beneficiando dos vultosos fundos provenientes da baixa do preço internacional do petróleo, da desvalorização do dólar e de outros factores externos.

Aspectos fundamentais relativos aos dez últimos anos demonstram inequivocamente os efeitos destruidores e desastrosos da política de direita.

O processo de degradação económica, financeira e social, resultante das destruições causadas pela política de recuperação capitalista, ainda que irregular, é contínuo.

3.

O Governo PSD continua a política de desastre dos últimos dez anos

O Governo PSD/Cavaco Silva tenta intensificar e apressar a ofensiva contra o regime democrático.

O Governo insiste nas linhas e objectivos fundamentais da política económica e social dos últimos dez anos, designadamente a destruição das conquistas de Abril, o aumento da exploração dos trabalhadores, a recuperação capitalista.

Tal política é completamente incapaz de fazer o País sair da crise e de resolver os problemas nacionais no quadro do regime democrático e da independência nacional.

Medidas que em si se podem considerar positivas (baixa da taxa de juro) não podem anular as consequências desastrosas da ofensiva contra-revolucionária, nem podem inverter o sentido geral da evolução económica e social.

Com tal política o Governo impede o aproveitamento para a recuperação económica do País de factores externos favoráveis como a baixa do preço do petróleo e de outros produtos importados e a baixa da cotação do dólar e das taxas de juro internacionais.

Consciente da importância da banca na vida económica nacional (tanto como instrumento de uma política nacional e democrática quanto nacionalizada, como na restauração dos monopólios, se reprivatizada) o Governo desencadeou uma nova ofensiva (inconstitucional, ilegal e subversiva) contra a banca nacionalizada com o objectivo de apressar o processo da sua reprivatização.

São instrumentos e aspectos principais desta ofensiva:

- a promoção da criação de novos bancos privados e de novas facilidades preferenciais concedidas aos bancos privados recentemente formados;
- a concessão fraudulenta de capitais disponíveis da banca nacionalizada (sob a forma de empréstimos e outras) para a criação de bancos privados, por gestores dos primeiros que depois aparecem como gestores dos segundos (Banco Comércio Indústria e outros);
- a venda ao desbarato de participações dos bancos em empresas rentáveis através das bolsas de valores, estimulando subseqüentemente a especulação bolsista, que se traduz no índice 352,4 das cotações das acções em 1986 (Fevereiro) tomando como base 1983=100;
- a emissão de títulos de participação no capital social dos bancos nacionalizados, tendo sido emitidos três milhões de contos de títulos do BPA, seis milhões do BESCL e anunciadas emissões do BTA e do BPSM, — o que significa o princípio de entrega ao capital privado da banca nacionalizada;
- a disposição de encerramento ou fusões de bancos e da venda de balcões da banca nacionalizada e a cedência de serviços a empresas privadas.

Em relação às companhias seguradoras nacionalizadas o Governo prossegue uma política semelhante à seguida para com os bancos, de que são exemplos:

- a autorização para constituição de companhias e abertura de agências, atingindo gravemente os interesses das companhias nacionalizadas e pondo em perigo os postos de trabalho;
- a concessão de facilidades e benefícios fiscais para a formação e actividades a companhias privadas.

A obra de destruição sistemática e programada do sector empresarial do Estado conheceu novo impulso com o Governo PSD, utilizando como principais instrumentos:

- a extinção já decidida de empresas nacionalizadas (Companhia Nacional de Petroquímica (CNP), Empresa Pública de Parques Industriais (EPPI), Gabinete da Área de Sines (GAS), etc.);
- o desmembramento projectado da EDP, do Complexo Agro-Industrial do Cachão, da Quimigal (através da divisão em cinco empresas) e da venda de participações da Quimigal e da Fisipe (83,6%), na Lusofane (77%), na Sitenor (35%), depois de ter entregue a parte do Estado na Isopor (25%) à multinacional Dow Chemical, da EPAC (entregando o mercado de cereais às multinacionais) e da AGA (impedindo-a de intervir no mercado do Açúcar e do Acool);
- a entrega e a projectada entrega ao capital privado dos sectores mais rentáveis (TLP, CTT, RN, TAP, etc.);
- a venda e tentativa de venda de participações do Estado (FORE, Aníbal H. Abrantes, Supermercado Modelo, Mendes Godinho, etc.) a juntar às numerosas alienações totais e parciais realizadas em 1985 (OPCA, Lisnave, Portugal e Colónias, Sical, Marconi);
- a emissão anunciada de títulos de participação do capital privado no capital social (Tabaqueira, Portucel, EDP, Metropolitano, EPAL);
- a asfixia económica e financeira, através de variadas medidas, nomeadamente da sabotagem económica, da não dotação de capitais próprios, etc.;
- o não cumprimento de contratos-programa (cristalaria);
- a cobrança interna do IVA (EDP, Transportes, CTT e TLP), afectando a situação financeira das empresas;

- os créditos de favor, os incentivos e benefícios fiscais às empresas privadas em contraste com as dificuldades criadas às empresas nacionalizadas;
- a nova fixação de valores chamados «definitivos» das indemnizações, de 2 a 5 vezes superiores aos valores «provisórios», que já eram demasiado elevados;
- o desmantelamento dos organismos de coordenação económica e sua entrega ao capital privado (JNPP, JNF, JNV, IAPO, Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau).

Em relação à Reforma Agrária, o Governo, na continuidade dos governos anteriores, não só procura levar por diante a ofensiva de destruição, como avança com o propósito de fazer aprovar novas leis que significam a completa destruição da Reforma Agrária.

A ofensiva tem como aspectos fundamentais:

- o aprofundamento das ilegalidades e fraudes (roubo à UCP S. Brás do Regedouro — Évora, de 30 cabeças de gado bovino e 671 ovínos, gado já anteriormente pago pela UCP), distribuição de reservas por familiares o que leva à restauração completa de latifúndios anteriores (3105 ha à família Murteira Grave, do distrito de Évora), etc.;
- a atribuição aos agrários de áreas de reserva a título de exploração, quando as reservas dos mesmos já atingiram o limite máximo autorizado;
- a aceleração dos processos de penhoras e execuções fiscais (UCP Baiões, de Viana do Alentejo, 25 de Abril, de Casa Branca, Estrela Negra, de Sousel);
- a renovação dos Inquéritos-burla com vistas à promoção de leilões de terras e à declaração da inviabilidade das UCPs/Cooperativas;
- intensificação do roubo dos dinheiros da cortiça das UCPs/Cooperativas, agravado com a recusa do pagamento da percentagem de 25% destinado à limpeza e tratamento do montado nos prédios nacionalizados;
- a desintervenção de cooperativas Intervencionadas (Cooperativa Hortícola do Divor);
- as vendas ilegais ou fictícias pelos agrários de herdades onde estão instaladas UCPs/Cooperativas;
- a continuação da corrupção e recebimento e luvas pela concessão fraudulenta de reservas atingindo as mais altas esferas (assessores e adjuntos dos ministros).

As novas propostas de lei do Governo Cavaco Silva têm em vista, se fossem aprovadas, a completa liquidação da Reforma Agrária:

- a proposta de lei n.º 27/IV (que o PCP impugnou por inconstitucionalidade) visa desnacionalizar parcialmente prédios rústicos nacionalizados dos perímetros de rega;
- a nova proposta de lei contra a Reforma Agrária (alterações à Lei 77/77), que o PCP impugnará por inconstitucionalidade, contém os seguintes preceitos principais:
- permite reservas com áreas sem qualquer limite máximo;
- legitima as falsas doações;
- admite e multiplica a acumulação de majorações, de contituais, heranças indivisas e sociedades;
- concede aos agrários o direito de requererem o desconto de pretensas «benfeitorias» para o cálculo das pontuações e área de reservas;
- acaba com os direitos das UCPs aos frutos pendentes e a indemnizações por benfeitorias realizadas pelos trabalhadores;
- dá aos agrários o direito de se substituírem ao Estado no recebimento de verbas como rendas, contraprestações e valores da cortiça;
- permite que revertam para os agrários as herdades expropriadas ou nacionalizadas ainda na sua posse;
- admite que as UCPs não sejam ouvidas nos processos de demarcação de reservas.

Trata-se, como é evidente, de uma lei contra-revolucionária, inserida na cruzada de espoliações e de centralização forçada de capitais, de bens e de terras, com o objectivo de liquidar totalmente a Reforma Agrária e de restaurar o latifúndio.

Além das ofensivas contra a Reforma Agrária, mas ainda em relação à agricultura, o Governo prepara novos diplomas que visam destruir as reformas e medidas da Revolução de Abril favoráveis aos pequenos e médios agricultores e rendeiros:

- uma nova proposta de lei do arrendamento rural (n.º 25/10) que aumenta a dependência e a insegurança dos rendeiros e constitui um sério obstáculo ao desenvolvimento agrícola. Assim:
- o período de actualização da renda passa de 6 anos para 1;
- impede o rendeiro de reverter a sua exploração;
- reduz de 6 anos para 3 o período que o senhorio tem para explorar o prédio se denunciar o contrato de arrendamento com fundamento em querer explorar a terra por conta própria;
- obriga o rendeiro a propor acção de contestação para tentar obter a denúncia do contrato feita pelo senhorio;
- o exercício do direito de preferência na compra do prédio obriga a pagar o preço no prazo de 30 dias;
- a parceria agrícola mantém-se;
- extingue as Comissões Concelhias de Arrendamento Rural;
- um novo projecto de lei dos baldios, do PSD, (semelhante aos do CDS e PPM) que visa tirar os baldios aos povos, retirando a gestão aos compartes e entregando-a às autarquias, e por seu intermédio aos caciques locais, celulosos e multinacionais;
- uma nova lei da caça, já aprovada com o voto contra do PCP, visando a reconstituição das coutadas;
- propostas de lei já anunciadas sobre a reconversão e arranque da vinha e o emparcelamento rural (visando impulsionar a concentração capitalista da terra).

O objectivo estratégico do grande capital e do imperialismo (assim como do Governo e das forças políticas ao seu serviço) é liquidar as estruturas da organização económica portuguesa consagrada na Constituição e sobre as ruínas da economia portuguesa sacrificada e a miséria gerada pelo processo poder vir a promover o desenvolvimento económico para benefício do capitalismo monopolista restaurado.

Uma tal perspectiva tem de ser firmemente combatida:

- primeiro porque, nas condições concretas da sociedade portuguesa criadas pela Revolução de Abril, a política de restauração monopolista e latifundista a não ser detida continuará a ser factor

determinante de degradação, destruição e anarquia do sistema produtivo e de agravamento das condições de vida;

- segundo porque o povo e o País não estariam interessados numa política de desenvolvimento que tivesse como corolários:
- a exploração acrescida dos trabalhadores e das camadas laboriosas;
- a ruína das pequenas e médias explorações agrícolas e das pequenas e médias empresas;
- a centralização de capitais e do poder económico nas mãos de um pequeno núcleo de grandes capitalistas;
- a subversão e destruição das liberdades e da democracia política;
- e o agravamento da dependência externa com a entrega ao estrangeiro de recursos e sectores fundamentais.

A efectiva recuperação económica, o desenvolvimento económico, o melhoramento das condições de vida do povo, só podem ser alcançados no quadro de regime democrático instaurado com a Revolução de Abril.

4.

Gravíssima situação social

Assim como a Revolução de Abril provocou no imediato um considerável melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, 10 anos de política de direita e de governos de direita provocaram uma gravíssima situação social e um agravamento crescente das condições de vida do povo.

Uma constante da política de destruição das conquistas de Abril e de recuperação capitalista nos últimos 10 anos foi a baixa dos salários reais, os despedimentos, o desemprego, a liquidação de benefícios sociais e, nos últimos anos, os salários em atraso e a generalização dos contratos a prazo e de outras formas de trabalho precário.

Como resultado da política de recuperação capitalista dos governos de direita, os trabalhadores portugueses viram os seus problemas agravar-se de ano para ano e encontram-se presentemente na situação mais grave desde o 25 de Abril.

Com o Governo PSD de Cavaco Silva, ao contrário do prometido, a situação social e as condições de vida dos trabalhadores continuam a agravar-se ainda mais como consequência directa da política seguida.

Tomando como ponto de partida os salários contratuais a negociar este ano, ignorando a brutal degradação dos salários nos anos anteriores, fixando previamente taxas de inflação, o Governo tentou e tenta impor tectos salariais para impedir a actualização dos salários degradados. Entretanto, para aliviar a taxa de inflação para 1986, já a fechar o ano (25.11.85) o Governo procedeu ao aumento generalizado dos preços dos bens e serviços essenciais (combustíveis, luz, leite, pão) seguindo-se-lhe os transportes.

Assim, o aumento dos salários reais proclamado pelo Governo é uma demagógica mistificação.

O desemprego não cessa de crescer com a política de sistemática destruição do aparelho produtivo, a estagnação do investimento, a redução do mercado interno.

Segundo dados oficiais (INE), o número de desempregados no fim do 1.º trimestre deste ano (não considerando as situações de subemprego) era de 501 000 e a taxa de desemprego de 11,1% (a mais elevada de sempre).

As mulheres, representando 59,5% dos desempregados no fim do 1.º trimestre, continuam a ser as principais vítimas da redução do mercado de trabalho. O mesmo acontece com os jovens, pois são a grande maioria dos 37,7% dos desempregados à procura do primeiro emprego, desmentindo a grande campanha demagógica do Governo em relação aos jovens.

Se se concretizassem os planos de Cavaco Silva com a anunciada «reestruturação» do sector empresarial do Estado, o desmantelamento e entrega de empresas públicas ao capital privado e o aceleramento do processo de falências — milhares de outros trabalhadores seriam lançados no desemprego.

Os despedimentos são parte integrante da política do Governo Cavaco Silva, nomeadamente através de:

- encerramento de empresas, redução de postos de trabalho e despedimentos colectivos. Desde Novembro de 1985, segundo um levantamento muito incompleto em 9 distritos, foram encerradas ou estão em vias de o ser 87 empresas, algumas com centenas de trabalhadores (Parry & Son, SRN, Argilex, Mármoreos do Condado, Sado Internacional, Sundlete, Minas da Borralha, etc.). Outras — Centrel, Quimigal, SIF, Construtora Niassa, UTIC, Grupo Emino — num conjunto de 16 empresas, pretendem reduzir 6100 postos de trabalho. Prepararam-se despedimentos ou a redução do pessoal em muitas outras empresas, abrangendo milhares de trabalhadores. O Governo anunciou o encerramento da CNP e a intenção de desmembramento da EDP, da EPAC dos CTT e da Quimigal. Por falta de cumprimento do acordo para a viabilização das empresas cristalarias da Marinha Grande, 2500 trabalhadores estão ameaçados de desemprego;
- reforma antecipada a que recorreram muitas empresas (Comércio do Porto, Companhia Portuguesa do Cobre, Produtos Estrela, Portugal e Colónias, Luselite, Cimpor, JJ Gonçalves, Sopren, Covina, A Porto Leixões etc.) e que constitui uma forma encapotada de despedimentos;
- rescisão dos contratos de trabalho por «mútuo acordo» (Unital, Sic, Compal, Moali, Equimetal, Centrel, C. Santos, Sepsa, Grundig, Isidoro Oliveira, Covina, Sorefame, Electro-Cerâmica, Oliva, Ormis, Entrepósito Comercial e muitas outras), situação a que os trabalhadores são forçados pelos salários em atraso ou ameaça de despedimentos.

Os salários em atraso continuam a constituir uma das mais escandalosas marcas da política de recuperação capitalista.

Já com o Governo Cavaco Silva, a situação sofreu novo agravamento. Segundo dados da Inspeção Geral do Trabalho, em Dezembro



havia 120 127 trabalhadores com salários em atraso, ascendendo as dívidas a mais de 34 milhões de contos. O não pagamento de salários há mais de 6 meses representava 33%. Em Abril deste ano, para o conjunto de 7 distritos (Aveiro, Braga, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal) havia 751 empresas, abrangendo 88 467 trabalhadores em situação de salários em atraso.

O anúncio de redução do número de trabalhadores com salários em atraso esconde o encerramento de empresas, falências, rescisão e suspensão de contratos de trabalho, etc.

Os contratos a prazo continuam a alastrar como uma praga atingindo 350 000 contratados (35% dos trabalhadores têxteis e hotelaria, 40% na construção civil, 17% na metalurgia, 99% nos centros comerciais). Segundo o Inquérito ao Emprego do Ministério do Trabalho, as admissões de trabalhadores a prazo no último trimestre de 1985 representaram 74,4% de todas as admissões. Somente 11,9% dos trabalhadores foram admitidos como efectivos.

Entretanto, o conceito de contrato a prazo não traduz toda a extensão e diversidade do carácter precário do trabalho. Novas situações são criadas: tarefeiros e quadro de excedentes da Função Pública, instabilidade do vínculo de muitos professores, empregos abaixo da sua qualificação por parte de quadros técnicos e outros diplomados, trabalho domiciliário, trabalho à peça, aluguer de mão-de-obra através de empreiteiros e subempreiteiros, por vezes ao dia e até à hora (Petrogal 800 trabalhadores, Quimigal 500, Setenave 500, Siderurgia Nacional 315, Mompur 422, Soda Póvoa, Eugénio Severino, EDP, EPAL, CTT, Trefilária, Sorefame, Complexo de Sines, Cometna, Fábricas Triunfo, etc.).

O carácter precário do trabalho tornou-se uma forma da mais brutal exploração: baixos salários, repressão, ausência de segurança social.

A inspecção de trabalho não actua. O patronato goza da mais completa impunidade.

A liquidação de direitos e regalias sociais é um dos aspectos mais escandalosos da exploração dos trabalhadores:

- a liquidação de direitos e regalias como refeitórios, subsídios de refeição, direito de transporte, infantários, períodos de doença, 13.º mês, complemento de reforma, etc.;
- aumentos salariais condicionados à liquidação de direitos e regalias e recurso a portarias de extensão do Ministério do Trabalho para impor a todos os trabalhadores normas e salários lesivos acordados entre o patronato e os sindicatos amarelos da UGT;
- a organização do trabalho à margem das normas contratuais (polivalências, deslocamentos de trabalhadores, horas-extra, trabalho por turnos e aos fins-de-semana, feriados e férias);
- a proliferação do trabalho infantil, como uma das mais brutais formas de exploração.

O patronato encontra no Governo Cavaco Silva importante apoio e estímulo para esta ofensiva.

A lei das rendas representou para milhões de portugueses, particularmente para as camadas mais desfavorecidas, um súbito e incomportável agravamento das condições de vida:

- determinando o aumento brutal de todas as rendas, a correcção extraordinária de todas as rendas anteriores a 1980 acrescidas do aumento anual, o regime de renda livre, a faculdade de contratos de arrendamento a prazo e o possível novo ajustamento das rendas por virtude de obras de beneficiação — o Governo Cavaco Silva retirou o efectivo direito à habitação de centenas de milhar de portugueses;
- os subsídios de renda constituem uma descarada manobra demagógica a tentar esconder a gravidade dos aumentos. O número dos beneficiários é muito restrito e os subsídios são ridículos (um agregado familiar de 2 pessoas com uma renda fixada em 1 145\$00, por

exemplo, só receberá o subsídio — apenas 200\$00 — se o seu rendimento não for superior a 10 600\$00).

A reposição das taxas moderadoras no acesso às urgências dos hospitais e outros serviços de saúde, abolidas anteriormente pelo Tribunal Constitucional, é uma medida injusta que tenta, contra o princípio constitucional da gratuidade, limitar o acesso aos cuidados de saúde dos cidadãos que mais deles necessitam.

A reprivatização dos Centros Infantis e Centros de Educação Especial, constitui um grave prejuízo para as crianças que as frequentam e da garantia de emprego dos seus trabalhadores.

A degradação do sistema de ensino e a acentuação do seu carácter selectivo de classe e elitista são as características fundamentais da acção do Governo no domínio da educação. Os crescentes custos da frequência escolar, mesmo da escolaridade obrigatória e diminuição dos benefícios da acção social escolar, acompanhada de um aumento de trabalho infantil, levam um número crescente de crianças ao abandono escolar. Simultaneamente, o agravamento das condições sociais dos portugueses, a degradação das condições pedagógicas e de instalações acentuam o insucesso escolar, deixando milhares e milhares de jovens sem perspectivas e possibilidades de prosseguimento dos estudos e sem saída profissional.

A situação seria ainda mais agravada se o Governo Cavaco Silva conseguisse fazer aprovar na Assembleia da República o pacote laboral. A proposta de autorização legislativa sobre a liberalização dos despedimentos (17 «justificações» possíveis), contratos a prazo e trabalho temporário, retoma o pacote laboral tão reclamado pelo grande patronato e que os sucessivos governos tentaram impor.

A lei dos despedimentos, se for aprovada, criará novas pretensas «justas causas» para despedimentos não ligadas à culpabilidade do trabalhador (necessidade de extinção do posto de trabalho, inaptidão e inadaptação do trabalhador às novas tecnologias, etc.). Com tal lei o patronato recuperaria o poder discricionário para despedir como e quando entendesse. Todos os trabalhadores (como afirma o movimento sindical) ficariam na situação de contratados a prazo.

Anunciando ainda novas propostas de leis laborais («regulamentação da lei da greve» e «sobre férias, feriados e faltas»), o Governo confirma ser o inimigo declarado do povo trabalhador e um instrumento do grande capital.

Toda esta situação e todas estas medidas confirmam inteiramente a apreciação do PCP acerca da política de direita dos sucessivos governos nos últimos 10 anos que o Governo Cavaco Silva actualmente prossegue: **uma verdadeira guerra social contra os trabalhadores.** Só a luta poderá pôr-lhe fim.

5.

A democracia ameaçada

A ofensiva contra elementos fundamentais da democracia económica e social do regime instaurado com a Revolução e consagração na Constituição da República tem sido acompanhada por ofensivas contra a democracia política.

Incapazes de atingir o seu objectivo de liquidar as conquistas da Revolução de Abril no quadro democrático, o Governo actual, no seguimento da política dos governos anteriores, viola na sua actividade diária a legalidade constitucional.

A gravidade da ameaça que pesa sobre a democracia tem esclarecedora expressão no facto de o Governo proclamar (e agir em conformidade) que quer destruir elementos básicos do regime democrático.

O desrespeito e a violação constantes e ostensivos da Constituição e da legalidade democrática caracterizam todos os aspectos fundamentais da política do Governo PSD/Cavaco Silva.

O Governo e as forças reacçãoárias anunciam o propósito de proceder a uma revisão subversiva da Constituição, dado que a Lei Fundamental do País é um sério obstáculo político e jurídico a todo o processo contra-revolucionário.

O Poder Local democrático — parte constitutiva do sistema de Poder da democracia portuguesa — continua a sofrer constantes golpes desferidos pelo Governo.

O Orçamento do Estado para 1986 (apesar de alterado positivamente pela Assembleia da República pelo voto convergente dos partidos democráticos) não representa um acréscimo significativo de verbas em termos reais, nem compensa a política de asfixia financeira das autarquias, seguida nos anos anteriores.

Atribuindo às Comissões de Coordenação Regional competência que limitam a autonomia municipal e importantes competências dos órgãos autárquicos.

O sistema eleitoral, designadamente o princípio da proporcionalidade, é contestado pelas forças reacçãoárias, que preparam, por uma comissão já nomeada pelo Governo, uma lei eleitoral antidemocrática.

Ao mesmo tempo que pretende alterar e subverter as leis, os princípios e as estruturas básicas da democracia, o Governo toma medidas concretas que introduzem na orgânica do Estado e na situação política elementos e práticas frontalmente contrárias à democracia vigente.

O aparelho repressivo, reforçado e aperfeiçoado nos últimos anos tem claramente uma natureza antidemocrática e de classe: é criado, equipado e instruído em termos de servir o grande capital, a reacção e a sua política contra-revolucionária.

A missão que o Governo actual, no seguimento dos governos anteriores, atribui ao aparelho repressivo, não é assegurar a legalidade, a ordem democrática e a segurança dos cidadãos, mas, ao contrário, dar cobertura aos abusos e ilegalidades do Governo e dos grandes capitalistas e agrários, e servir de instrumento da política contra-revolucionária contra os trabalhadores e as classes e camadas laboriosas.

Assim:

- as forças especiais de repressão (GOE, Polícias de Intervenção) têm aumentado de efectivos e de meios e são educadas, treinadas e mentalizadas para a repressão dos trabalhadores e dos democratas;
- as forças de segurança, são instruídas, estimuladas e hierarquicamente protegidas no desrespeito dos direitos dos cidadãos e no uso desproporcionado da violência, que a reacção procura justificar com a «psicose terrorista» que ela própria espalha. O relatório divulgado pelo Provedor de Justiça é a este respeito concludente;
- os Serviços de Informação continuam a ser instalados e a sua actuação desenvolve-se sem controlo democrático adequado, pelo que é legítimo admitir (tal como com o reforço dos poderes do

Serviço de Estrangeiros) que se está formando uma nova polícia política.

A proposta de Lei de Segurança Interna (cuja admissibilidade foi impugnada pelo PCP) pretende instituir, em conjugação com a proposta de lei relativa ao Código de Processo Penal, métodos atentatórios do Estado democrático e dos direitos dos cidadãos;

- escutas telefónicas e interceptação de correspondência por decisão administrativa;
- revistas e buscas sem autorização judicial;
- facilitação de prisão efectiva por agentes da polícia;
- diminuição das garantias de defesa na instrução criminal e em todos os actos do processo.

Na legislação relativa ao estado de sítio e de emergência, o Governo pretende introduzir disposições que não ressalvem as liberdades e direitos dos cidadãos.

As liberdades, direitos e garantias dos cidadãos e, em particular, as liberdades, direitos e garantias dos trabalhadores, sofrem graves limitações, através de decisões, de medidas, de práticas e de situações de facto, que representam verdadeiros atentados ao regime democrático.

Na sua acção quotidiana o Governo desrespeita frontalmente os princípios constitucionais e os mais elementares direitos dos trabalhadores:

- nega de facto o direito à livre contratação;
- procura negar o direito à greve;
- recusa dar posse aos gestores eleitos pelos trabalhadores;
- priva as organizações sindicais do direito de antena na RDP;
- proíbe a organização operária nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas;
- proíbe o sindicalismo da PSP, ao contrário do que allás sucede nos países da CEE, cujo «modelo» as forças reaccionárias tanto gabam.

A liquidação das mais elementares liberdades e direitos dos trabalhadores nas empresas e a repressão patronal de tipo fascista vai-se generalizando por todo o País, com a protecção e o estímulo do Governo.

Em numerosas empresas:

- são proibidas as actividades sindicais e a formação de quaisquer organismos de defesa dos interesses dos trabalhadores;
- são perseguidos, discriminados, muitas vezes castigados e despedidos, quando não sujeitos a agressões e violências de corpos especiais de repressão, activistas sindicais, quadros do PCP e, de uma maneira geral, os trabalhadores que defendem os seus legítimos interesses e direitos;
- são instalados sistemas de controlo e impostos processos de «rationalização» que ofendem os mais elementares direitos de quem trabalha.

Os órgãos de comunicação social do Estado (nomeadamente a Televisão, a Rádio e jornais) são usurpados pelas forças da reacção e desviados dos seus fins constitucionais.

Assim, o Governo:

- instrumentaliza, partidariza e manipula os órgãos de comunicação social, tornando-os instrumento da sua política reaccionária, de desinformação e perversão da opinião pública;
- pretende levar por diante, em confronto directo com a Constituição, a permissão de televisões privadas e a concessão do 2.º canal ao capital privado;
- vende à extrema-direita fascizante os bens e o título do jornal «O Século», tenta entregar também ao capital privado o «Jornal de Notícias» e anuncia a venda do «Diário Popular», «Capital» e Rádio Comercial.

6.

A independência nacional comprometida

A política contra-revolucionária de recuperação capitalista e restauração monopolista tem-se traduzido também em concessões crescentes ao imperialismo pagando o apoio que por este lhe é dado. Com a política de direita dos últimos 10 anos, os laços de submissão ao estrangeiro atentatórios da independência e soberania nacionais estreitaram-se e continuam a estreitar-se em todos os aspectos da vida nacional.

Com o Governo Cavaco Silva agrava-se ainda mais a submissão de Portugal ao Imperialismo:

No plano económico agravam a dependência nacional:

- a ruínosa sujeição dos interesses nacionais aos interesses dos Estados Unidos e dos países da CEE e a abdicação do direito de Portugal aproveitar e desenvolver os seus recursos próprios em benefício do povo português;
- o agravamento constante da dívida externa que mais que duplicou nos últimos 6 anos e que leva como juros parte considerável da produção nacional;
- a abertura de 6 novos bancos estrangeiros, que obtêm elevados lucros e que criam instrumentos para assumir o controlo e tomar de assalto sectores-chave da economia portuguesa;
- a abertura já efectuada ou anunciada de seguradoras estrangeiras (American Life, Eagle Star Vida, etc.);
- a tomada de posições das multinacionais na economia portuguesa (a Tate Lyle nas refinarias de açúcar, a Nestlé na Tofa e Rajá, a Rodolfo Inc. e o Clube Mediterrâneo no turismo do Algarve, a Promodes, Euromarché e Delhaize em cadeias comerciais, Rio Tinto no cobre de Neves Corvo);
- o completo sacrifício da agricultura portuguesa aos interesses estrangeiros, de que são exemplos a legalização e a atribuição de benefício das vinhas do Douro plantadas ilegalmente pelas multinacionais e a promoção e autorização de importações lesivas da produção nacional (batatas, vinho, maçãs, carne, produtos lácteos).

No plano político e diplomático a submissão ao imperialismo, nomeadamente aos Estados Unidos, revela-se:

- no apoio e colaboração com as agressões e actividades agressivas do imperialismo (Angola, Moçambique, Líbia, África do Sul, Afeganistão, Próximo Oriente, Nicarágua, etc.);
- no alinhamento passivo e servil com as posições dos Estados Unidos e dos países da NATO nas instâncias internacionais;
- na participação activa, utilizando todos os meios de comunicação social do Estado, nas campanhas constantes contra a União Soviética e os países socialistas, prejudicando assim o natural e normal desenvolvimento das relações com esses países;
- o seguidismo das decisões de Portugal em matéria de política interna e externa cedendo às imposições ou ditames dos Estados Unidos, da CEE e da NATO;

a definição como «Inimigo externo» de Portugal a União Soviética e outros países socialistas e como «Inimigo interno» o PCP, com flagrante desprezo pela Constituição e as leis da República.

No plano militar, a submissão ao imperialismo revela-se também em vários aspectos e decisões da maior gravidade para o País:

- o alargamento das infra-estruturas da NATO (base das Lajes, base de Porto Santo, polígono de Sta. Margarida), construção do oleoduto POLNATO-Montijo, etc.;
- o acordo para instalação em Almodôvar de uma estação de rastreio de misséis e satélites (GEODSS) inserida na «guerra das estrelas», que o ministro da Defesa explicitamente diz apoiar;
- a atribuição à única grande unidade operacional do Exército (1.º BMT) como objectivo, não a defesa do território nacional, mas missões da NATO no estrangeiro;
- o fornecimento pelos Estados Unidos e outros países de material obsoleto (aviões) ou inadequado (fragatas) que não corresponde às exigências e prioridades da defesa nacional e é feito frequentemente com a vexatória invocação de ser ajuda externa quando se trata de efectivo pagamento de contrapartidas;
- a utilização do território, das águas, dos portos e do espaço aéreo de Portugal por forças armadas dos Estados Unidos, incluindo submarinos atómicos e forças em missões de agressão a outros países;
- a doutrina militar e a frequência sistemática de cursos nos Estados Unidos e outros países da NATO incutindo a estratégia agressiva do imperialismo;
- na discriminação política e ideológica de militares na carreira e através da «credenciação NATO».

No plano cultural, contrariando um interesse crescente pela cultura portuguesa, sacrifica-se a sua promoção, a identidade e os valores nacionais a uma ofensiva de verdadeira «colonização» cultural do nosso país. A cultura portuguesa é esquecida, secundarizada, submergida pelos subprodutos da «cultura» do imperialismo:

- Na RTP os serviços noticiosos e a informação têm como fontes principais as orientações e notícias falsas e tendenciosas do imperialismo, designadamente dos Estados Unidos e os programas instilam concepções, valores e padrões de vida do imperialismo através de uma quota dominante da produção norte-americana de filmes, séries, discos, documentários, assim como através da publicidade;
- No cinema, por virtude do domínio das distribuidoras pelo capital norte-americano, os filmes dos Estados Unidos invadem e quase monopolizam as salas de exibição;
- No teatro rareiam as peças de autores portugueses e o Teatro Nacional, desde 1978, apenas apresentou em estreia na sala principal 4 textos portugueses.
- Na literatura e actividades editoriais o mercado livreiro é invadido por editoras estrangeiras.
- Na indústria e no mercado discográfico as grandes empresas estrangeiras dominam cada vez mais, invadem a rádio, impedem a promoção da música nacional.

A luta em defesa e garantia da Independência nacional é inseparável da luta contra a continuação da política de direita e em defesa do regime democrático e das suas conquistas, por uma alternativa democrática à política actual e ao actual Governo.

7.

O logro da entrada na CEE

Os acontecimentos confirmaram e continuam a confirmar inteiramente a justa oposição do PCP à entrada de Portugal no Mercado Comum (CEE), apontando os resultados desastrosos para a economia e a independência nacionais.

De todos os partidos, o PCP foi o único que estudou em profundidade e objectivamente o problema, no plano nacional e sectorialmente, e previu e preveniu as nefastas consequências da integração.

Na base de uma análise exaustiva de toda a problemática da integração, o PCP advertiu insistentemente das consequências e dos perigos que adviriam para Portugal da entrada na CEE, nomeadamente:

- ruína de vastos sectores da economia nacional (indústria, agricultura, pescas, serviços) provocando a destruição de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas e de pequenas e médias empresas comerciais e industriais;
- impedimento do desenvolvimento nacional, traduzindo-se na recessão ou estagnação geral e na liquidação ou absorção de sectores básicos da economia portuguesa, assim como de sectores concorrentes com os países da CEE;
- imposição de um baixo nível de vida aos trabalhadores portugueses, como característica da organização económica e social de Portugal imposta pela CEE;
- tentativa, a pretexto da integração, de subversão do regime democrático português e das suas conquistas e de restauração do capitalismo monopolista;
- graves limitações à soberania e à independência nacional pelas normas de supranacionalidade acentuadas pelo «Acto Único».

A análise, previsões e prevenções do PCP confirmam-se e continuarão a confirmar-se à medida que forem entrando em vigor cláusulas

las ainda não aplicadas pelas moratórias estabelecidas para o período de transição.

As consequências inevitáveis da entrada na CEE foram ainda agravadas pelos termos dos tratados de adesão acusando a irresponsabilidade, a precipitação e a pressa de concluir o acordo por razões eleitoristas.

O tratado de adesão, assim como os acordos ulteriores e os acordos com Espanha, não acautelaram os interesses nacionais pelo que são já certos resultados ruinosos para a economia portuguesa.

No que respeita à Indústria:

- aumentarão as importações livres dos países da CEE em detrimento da produção nacional, ao mesmo tempo que (como já está a suceder com a Espanha) certos produtos industriais portugueses não terão acesso ao mercado europeu com pretexto na falta de conformidade com «regras técnicas»;
- para os produtos siderúrgicos são fixadas quotas inferiores às nossas exportações habituais;
- com a renegociação (maior liberalização) do Acordo Multifibras os têxteis portugueses correm o risco de serem batidos no mercado da CEE pela concorrência, nomeadamente, das multinacionais instaladas nos países do «Terceiro Mundo»;
- a indústria das conservas será sacrificada aos acordos CEE com Marrocos e outros países.

A agricultura corre o risco de ser «reconvertida», não segundo os interesses nacionais portugueses, mas segundo os interesses dos países da CEE que pretendem impor a Portugal uma «divisão internacional do trabalho» que acentuará o nosso atraso relativo e levará à liquidação de milhares de explorações agrícolas:

- os cereais, os produtos horto-frutícolas, os vinhos, a produção de carne e de leite serão batidos no nosso próprio mercado interno por produtos que Portugal será obrigado a importar;
- quotas máximas de produção são estabelecidas (cereais, tomate, oleaginosas) que forçam à redução de áreas e de produção e impedem o desenvolvimento agrícola português;
- a importação de «normas de qualidade» provocará a desvalorização de produtos agrícolas nacionais e levará à destruição de importantes sectores da agricultura portuguesa; a imposição de níveis mínimos de produtividade a áreas arruinará milhares de pequenos agricultores;
- a «reconversão» da agricultura portuguesa com a florestação de grande parte do País, sobretudo com eucaliptos para a produção de celulose, limitará consideravelmente a área agrícola;
- a diferença entre os preços dos factores de produção e os preços dos produtos agrícolas tenderá a agravar-se em prejuízo da agricultura.

No que respeita às pescas, a adesão à CEE representou uma verdadeira capitulação nacional. Desde já são particularmente graves:

- a entrega à CEE da Zona Económica Exclusiva portuguesa (200 milhas) e a invasão das nossas águas pela frota espanhola e outras, sem qualquer contrapartida válida para Portugal nas águas dos outros países da CEE. Situação agravada desde já com a suspensão do direito de pesca do bacalhau por navios portugueses nas águas do Canadá, assim como da pesca portuguesa nas 12 milhas da Guiné-Bissau;
- a concessão à frota espanhola da pesca do atum e às frotas japonesa e francesa nos mares dos Açores;
- a entrega à CEE das decisões acerca do número de navios, das quotas de captura, das artes e licenças;
- o risco da prática liquidação da pesca artesanal, lançando milhares de pescadores no desemprego.

Os tão apregoados Fundos da CEE estão a revelar-se como uma perigosa ilusão:

- Em vez das cultuosas dádivas e co-financiamentos prometidos, não é de excluir que, precisamente ao invés, Portugal venha a ser um contribuinte líquido da CEE logo no primeiro ano de adesão;
- seis meses passados desde a entrada na CEE, dos tão anunciados 60 milhões de contos de ajuda a Portugal do FEDER, do F.S.E. e do FEOGA, Portugal recebeu apenas 5,4 milhões de contos ao mesmo tempo que, depois de feitas as contas, já pagámos à CEE em direitos aduaneiros e contribuições financeiras 6 milhões de contos;
- os prometidos fundos do FEDER revelaram ser outra mistificação. Dos 779 projectos apresentados pelas autarquias, no valor de 37,9 milhões de contos, só 292, correspondendo a 6,8 milhões de contos, irão eventualmente receber financiamento, o que representará gravíssimos prejuízos para muitos municípios que, confiados nas promessas, iniciaram as obras;
- pelo que se conhece dos projectos relacionados para o FEOGA (apenas 110 em 260) a maioria e os mais vultuosos irão contemplar grandes capitalistas (milhões de contos para os Amorins) favorecendo a concentração monopolista na comercialização e transformação dos produtos agrícolas (cortiças, carnes, vinhos, hortícolas, etc.);
- para além dos fluxos financeiros referentes aos Fundos e à contribuição financeira do Estado português para a CEE (45 milhões de contos em 1986) assiste-se à substituição crescente da produção nacional pela produção de outros países da CEE, à posse de sectores e empresas rentáveis pelas multinacionais com a consequente saída do País de outros meios financeiros (lucros, sub e sobrefacturação, royalties, etc.).

A entrada na CEE é invocada como argumento para paralisar e praticamente abandonar e impedir a realização dos grandes projectos nacionais (Plano Siderúrgico Nacional, Alqueva, Metalurgia do Cobre, Beterraba Sacarina) que entretanto são fundamentais para o progresso do País.

Por todas as suas consequências, a entrada na CEE é uma operação ruínosa, compromete gravemente os projectos e perspectivas de desenvolvimento económico nacional e limita e condiciona a nossa independência nacional.

É indispensável que as relações e negociações com a CEE sejam confiadas a pessoas honestas, competentes e firmemente dispostas a defender os interesses nacionais.

É necessário desde já empreender o processo de revisão dos Acordos com a CEE lesivos dos interesses nacionais.

É necessário diversificar as relações económicas, comerciais e de cooperação com os mais diversos países do mundo de forma a evitar a total dependência de Portugal e a assegurar a independência nacional.



II A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E A NOVA ARRUMAÇÃO DE FORÇAS

1.

A política democrática e nacional de que Portugal precisa

O Governo PSD de Cavaco Silva tem como linha fundamental de acção, como objectivos, orientações e medidas essenciais a continuidade (com a tentativa de aceleração do processo) da política contra-revolucionária dos últimos 10 anos.

O problema central que o povo e o País defrontam actualmente é o mesmo que têm defrontado nos últimos 10 anos:

- ou continua o processo contra-revolucionário com todas as suas desastrosas consequências;
- ou o povo português alcança uma alternativa democrática que consiga fazer o País sair da crise e solucionar os graves problemas nacionais existentes.

Lutando contra a desastrosa política de direita nos últimos 10 anos, e desmentindo a afirmação vezes sem conta repetida pela reacção de que nenhum partido propõe uma política alternativa, o PCP tem insistentemente afirmado e demonstrado que existe uma política alternativa — uma política democrática capaz de resolver os problemas nacionais.

- São pressupostos de qualquer política democrática:
- o respeito e o cumprimento da legalidade democrática e da Constituição da República, lei fundamental do País;
- a garantia da democracia política (liberdades e direitos dos cidadãos, comunicação social despartidarizada e isenta, Poder Local democrático, sistema eleitoral baseado no princípio da proporcionalidade, etc.);
- a garantia da independência e soberania nacionais;
- a cessação imediata da destruidora e desestabilizadora ofensiva reaccionária contra as conquistas de Abril;
- a cessação imediata de concessões antinacionais (económicas, diplomáticas e militares) ao estrangeiro.

As propostas do PCP para uma política democrática alternativa à política de direita continuam inteiramente válidas:

- é necessário mobilizar e aproveitar os recursos e potencialidades nacionais (do sub-solo, da agricultura, da indústria, das pescas, dos transportes, do turismo) em benefício do povo português e de Portugal;
- é necessário dinamizar a economia com inteiro respeito e apoio sem discriminações às várias formações económicas: empresas públicas e nacionalizadas, empresas capitalistas, designadamente pequenas e médias; pequenas e médias explorações agrícolas, UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária; sector cooperativo, empresas em auto-gestão;
- é necessário promover resolutamente uma política de verdadeira recuperação económica e de desenvolvimento, que exige o aumento da produção, o saneamento financeiro do País, do Estado e das empresas, a redução de gastos sumptuários e a poupança de gastos inúteis;
- é necessário assegurar o melhoramento das condições de vida material e cultural do povo, com uma nova política de salários, de preços, de impostos, de segurança social, de habitação, de saúde e de ensino;
- é necessário adoptar uma política externa de independência, paz e cooperação com todos os povos do mundo, na base da igualdade, do respeito pela soberania, das vantagens recíprocas e de não ingerência nas questões internas, afirmando nos actos dignidade e brío nacionais.

O PCP, no seu programa e em numerosos documentos, Congressos, Conferências Nacionais, Encontros, tem apresentado, com desenvolvimento exaustivo, a política democrática que propõe ao povo português.

O PCP tem igualmente apresentado e proposto (tanto ao País como na Assembleia da República) medidas imediatas de emergência, dada a gravidade que os problemas assumem.

O PCP está entretanto pronto, em qualquer altura, a examinar conjuntamente com outras forças democráticas uma plataforma que possa servir de base à convergência de todas numa alternativa à política actual e ao governo actual.

2.

Nova arrumação e correlação de forças favoráveis à democracia

Apesar de, em 1985 e primeiro semestre de 1986, se não ter verificado nenhuma viragem na política nacional, deram-se nesse período acontecimentos negativos para a reacção e positivos para a democracia.

— A ofensiva contra-revolucionária (conduzida em 1984/85 pelo Governo PS/PSD na continuidade dos governos anteriores desde 1976) sofreu sérias derrotas, atrasos e dificuldades de prosseguimento;

— A arrumação e correlação das forças partidárias sofreu importantes modificações favoráveis ao regime democrático.

Constituíram derrotas da reacção e da direita em geral:

— a demissão do Governo PS e do PSD, tendo Mário Soares como Primeiro-Ministro e o conseqüente fracasso do plano então acordado entre os dois partidos para a liquidação do fundamental do regime democrático na primeira metade de 1986;

— a dissolução da Assembleia da República em que os partidos do Governo, PS e PSD, contavam com o que chamaram «a maior maioria de sempre»;

— os resultados das eleições para a Assembleia da República, para as autarquias e para a Presidência da República que, embora não tenham dado base imediata suficiente para uma alternativa democrática, derrotaram os planos antidemocráticos mais sinistros e criaram novas dificuldades para a ofensiva contra-revolucionária e novas possibilidades para o avanço democrático. O limitado reforço eleitoral e parlamentar do PSD foi acompanhado pelo enfraquecimento das forças de direita no seu conjunto.

— Importantes modificações políticas se verificaram no que respeita à correlação e arrumação das forças partidárias:

— a aliança e coligação governamental do PS com a direita sofreu uma ruptura em termos que (pelo menos temporariamente) privaram a reacção do seu aliado fundamental sem o qual não teria podido desferir golpes tão profundos no regime democrático e nas suas conquistas;

— separando-se do PS, o PSD e o seu novo dirigente Cavaco Silva não conseguiram realizar o plano de repetir a maioria «AD» nas eleições de 6 de Outubro de 1985, pelo que ficaram dispostos apenas de uma minoria de deputados na Assembleia da República;

— o quadro dos partidos democráticos alterou-se com a perda pelo PS de 800 mil votos e de metade dos deputados, a formação, concorrência às eleições e a constituição de um forte grupo parlamentar do PRD e a manutenção do essencial e o reforço em vários sectores das posições do PCP e da APU, pelo que ficou, no imediato, inviabilizada a possibilidade de um partido democrático (no concreto, o PS) se aliar à direita, para conduzir ele próprio a política da direita;

— no processo das eleições presidenciais, apesar de não se ter concretizado a eleição de um candidato da democracia, as decisões e a actuação do PCP determinaram a derrota de Freitas do Amaral, candidato do PSD, do CDS, do Governo e de Cavaco Silva, — do que resultou o afastamento do perigo iminente para a democracia que representaria a vitória desse candidato da revanche fascista e fascizante;

— essa mesma atitude do PCP alterou os termos do relacionamento entre os partidos democráticos, e demonstrando num acto político de capital importância o valor determinante para a defesa da democracia, da acção do PCP e da convergência de todas as forças democráticas, abriu caminho a uma nova fase de aproximação, diálogo e cooperação entre os partidos democráticos;

— a posição, influência e intervenção do PCP na vida nacional reforçou-se neste período, apesar das violentas e constantes campanhas de todas as forças reaccionárias e das forças e elementos colaboracionistas e oportunistas para o isolar, o marginalizarem e o enfraquecerem.

A formação do Governo do PSD sozinho com Cavaco Silva, se representa um reforço da posição do PSD em relação às outras forças de direita, representa também um importante enfraquecimento da direita ao nível do Governo.

Por várias razões:

— o Governo PSD de Cavaco Silva é um governo minoritário, tanto em termos de apoio social, político e eleitoral como na Assembleia da República;

— defronta no país a oposição da maioria do povo e defronta na Assembleia da República a oposição da maioria dos partidos e dos deputados;

— os partidos democráticos na oposição dispõem de força institucional para o atirarem abaixo quando entenderem (para isso bastaria aprovar uma moção de censura).

Daqui resulta que o Governo PSD de Cavaco Silva é um governo frágil e vulnerável com menos condições que o governo anterior PS/PSD de Mário Soares para levar por diante a ofensiva contra-revolucionária.

Estas alterações da arrumação e correlação das forças políticas representam um real enfraquecimento da reacção e da sua capacidade ofensiva e abrem novas possibilidades de luta em defesa dos interesses populares e nacionais, da democracia e das suas conquistas — por uma alternativa democrática.

3.

Quatro experiências ou lições da situação portuguesa

A possibilidade de uma alternativa democrática e da conseqüente resolução dos problemas nacionais exige, como condição que resulta da situação objectiva existente, que todas as forças democráticas examinem e assimilem quatro experiências (ou lições) fundamentais dos acontecimentos dos últimos anos.

Primeira experiência: a vida mostra que a política de destruição das conquistas de Abril e de recuperação capitalista, latifundista e imperialista não só resolve como agrava todos os problemas nacionais.

Com tais fins estratégicos e com tal política, sucessivos governos experimentaram e esgotaram todas as possíveis coligações partidárias a dois (PS/CDS, PSD/CDS e PS/PSD) e todos falharam e caíram antes do que tinham previsto. Quando maioritários caíram apenas passado metade do tempo (ou ainda menos) em que as respectivas maiorias na Assembleia da República lhes poderia dar suporte institucional.

A causa fundamental da queda de todos esses governos não foi a sua composição partidária, antes foi o repetido fracasso da política de direita e não só terem sido completamente incapazes de resolverem os problemas do país, como os terem agravado a todos.

Todos esses sucessivos governos com uma política de direita anunciaram que iriam assegurar a «recuperação económica», o saneamento financeiro, o desenvolvimento e o «melhoramento das condições de vida dos portugueses», mas, ao contrário do prometido e anunciado, agravaram-se incessantemente, como resultado da actuação de todos eles; a situação económica, a situação financeira e a situação social do país, assim como se agravou incessantemente a dependência do imperialismo.

O traço comum que levou ao fracasso de todos esses de tão variadas composições partidárias foram as medidas, tentativas, planos de destruição do regime democrático e das suas conquistas, medidas, tentativas, planos que pela sua própria natureza contra-revolucionária provocaram como continuam provocando a desestabilização económica, financeira, social e política.

Segunda experiência: a vida mostra que a coligação de partidos democráticos com partidos de direita não assegura a realização de uma política democrática, antes tem sido um instrumento indispensável à reacção para esta realizar a sua política.

Dez anos de vida política nacional e de coligações de partidos democráticos com partidos de direita demonstraram exaustivamente:

— por um lado, que a reacção, sem a colaboração do PS, não poderia ser governada nem ter assestado os golpes que desferiu no regime democrático e nas suas conquistas;

— por outro lado, que as alianças do PS com os partidos reaccionários e em particular as coligações governamentais do PS com os

partidos reaccionários, mesmo tendo como Primeiro-Ministro o secretário-geral do PS, realizaram não uma política democrática, mas a política da direita.

Os programas e as actuações dos governos de coligação do PS com o CDS (1978) e com o PSD (1983/85) pouco ou nada tinham em comum com o Programa do PS, antes adoptaram como linhas mestras objectivos globais e sectoriais dos partidos de direita.

Terceira experiência: a vida mostra que a coligação de partidos democráticos (no concreto, do PS) com a direita conduz ao desastre esses partidos democráticos.

No plano governativo tais coligações transformaram o PS num instrumento dos partidos de direita que sempre o consideraram como um trampolim para o ulterior assalto ao poder.

Tanto o governo PS/CDS como o governo PS/PSD prepararam as condições para um avanço mais agressivo do processo contra-revolucionário. Num caso e noutro, quando os partidos reaccionários puderam dispensar (caso do CDS em 1977) o colaboracionismo do PS, romperam a coligação, tendo em vista a formação de um governo exclusivamente composto pelos partidos da direita.

O PS pagou duramente as suas coligações com a direita e a política de direita que praticou. Além da queda vertical de efectivos e de militância, o PS (como muitos dos seus dirigentes agora reconhecem) pagou a sua política de direita com grandes perdas de influência social, política e eleitoral. Nas eleições legislativas de 1979 perdeu mais de 250 mil votos e quase um terço dos seus deputados. Nas eleições legislativas de 1985 perdeu mais de 800 mil votos e quase metade dos deputados.

Quarta experiência: a vida mostra que sem o PCP e muito menos contra o PCP não existe alternativa democrática possível.

Na realidade portuguesa estar contra o PCP é estar contra os trabalhadores e estar com o PCP é estar com os trabalhadores. Não havendo alternativa democrática contra os trabalhadores, tão pouco há alternativa democrática possível contra o PCP.

Toda a vida política portuguesa desde o 25 de Abril tem mostrado duas iniludíveis realidades da situação nacional:

— sem o PCP, as outras forças democráticas não estão em condições de adoptar, propor e realizar uma política realmente democrática;

— sem o PCP, as outras forças democráticas (por limitações programáticas, por natureza, hesitações e preconceitos de classe, por insuficiente força organizativa, determinação e base de apoio militante) não estão em condições de fazer frente com êxito à reacção.

O PCP é uma força essencial do regime democrático criado com a revolução de Abril. A democracia necessita do conhecimento dos problemas, da capacidade de organização, de mobilização e de realização, da dedicação, militância e dinamismo, da ligação com a classe operária e com as massas, — do Partido Comunista Português.

O ano de 1985 e a primeira metade de 1986 evidenciaram uma vez mais no momento crucial da democracia portuguesa que foram as eleições presidenciais, que o PCP é uma força determinante para a derrota da reacção e a vitória da democracia.

O entendimento e a assimilação destas quatro experiências por todos os partidos democráticos é de importância capital para fazer frente com sucesso à reacção e para viabilizar uma alternativa democrática.

4.

Direcções erradas: alianças com a direita partidos «chameira» e «alternância» no poder

Ao povo português e às forças democráticas coloca-se a escolha de um de dois caminhos:

— ou prosseguir o caminho de desastre, de miséria e de dependência nacional da política dos últimos 10 anos;

— ou realizar uma viragem na política portuguesa, formando um governo democrático que, fiel à Constituição e à legalidade, defensor da democracia e da independência nacional, ataque e resolva os graves problemas actuais.

5.

Pela convergência e unidade democrática

A democracia é mais forte que a reacção. Se a reacção tem podido avançar na sua obra de destruição das conquistas de Abril e

Existem condições objectivas institucionais para uma alternativa democrática. No momento presente, a sua concretização depende fundamentalmente da orientação que adoptarem e pratiquem os partidos democráticos.

A posição do PCP está definida: A gravidade dos problemas existentes exige das forças democráticas a convergência de esforços necessários para tornar possível uma alternativa à política actual e ao governo actual.

Existem condições institucionais concretas para uma solução democrática. O povo português tem o direito de exigir de todos os partidos democráticos que definam sem equívocos a sua posição.

Sublinhando-se passos positivos dados no sentido do diálogo e da convergência dos partidos democráticos, devem sublinhar-se também indefinições e hesitações que se manifestam.

No que respeita ao PS, depois da derrota sofrida nas eleições de 6 de Outubro, levantaram-se vozes atribuindo essa derrota ao desfasamento existente entre a política governamental do PS e os interesses da sua base social feridos por essa política, concluindo daí a necessidade de uma nova política e de pôr termo às coligações com a direita.

Entretanto, expressam-se opiniões e projectos que, a confirmarem-se na orientação futura do PS, podem comprometer uma tal perspectiva:

— a insistência em objectivos programáticos que significariam a continuação da política de direita em aspectos essenciais;

— a retomada do projecto da maioria absoluta do PS ou de um governo PS sozinho, mesmo minoritário;

— a insistência na recusa de alianças e acordos com os outros partidos democráticos, levando a admitir novos projectos de coligação com a direita;

— a ideia da «bipolarização» e «alternância» do poder entre o PS e o PSD, ideia lançada pelo Embaixador dos Estados Unidos e acatada pelos círculos mais reaccionários;

— a insistência na defesa de posições irrealistas, em que o PCP seria excluído de uma «renovação da esquerda» com a caluniosa afirmação de que o PCP está fora do regime.

A serem adoptadas estas ideias (que são também formuladas e propagadas pelos «analistas» reaccionários) o PS prosseguiria o caminho da política de direita e alianças e coligações com a direita dos últimos 10 anos.

O PRD apareceu na vida política portuguesa como um novo partido democrático, ocupando importante parte do «campo social politicamente vazio» cuja existência na sociedade portuguesa o PCP havia detectado e enunciado nas teses do X Congresso.

Considerando-se como positivo o aparecimento do PRD na vida política, não pode deixar também de considerar-se com apreensão que o PRD tenha viabilizado, com a sua abstenção, a formação do Governo PSD/Cavaco Silva, que insiste em afirmar «globalmente positiva» a acção do Governo, e que retome de certa forma a tese do PS como «partido chameira».

Dirigentes de partidos democráticos têm emitido publicamente apreciações críticas acerca do PCP que se identifica ou assemelham em numerosos aspectos às apreciações tendenciosas das forças de direita. Muitas dessas apreciações tendem a justificar a recusa à unidade com o PCP.

Essas apreciações dificultam sem dúvida a convergência democrática mas não desviaram o PCP da sua justa política. O PCP é um partido que existe para servir o povo e o país. Para servir o povo e o país na actual conjuntura, o PCP continuará lutando pela convergência e a unidade de todas as forças democráticas.

do regime democrático isso deve-se fundamentalmente à divisão das forças democráticas e ao colaboracionismo de partidos democráticos com a direita.

Para uma alternativa democrática é necessário por um lado que todos os partidos democráticos recusem o colaboracionismo com a direita, por outro lado que conquiram numa solução.

Nenhum partido democrático sozinho está em condições de constituir governo e realizar uma política democrática.

Os partidos democráticos têm força bastante para operarem a viragem democrática que se impõe, sob condição de convergirem e unirem a sua acção.

Para abrir caminho à convergência e à unidade das forças democráticas é essencial:

— tomar normais, regulares e naturais o diálogo, os contactos, as ligações e os encontros entre os partidos democráticos para trocar informações e opiniões, ultrapassando alguns anos de recíproco afastamento;

— procurar pontos de possível entendimento, cooperação e acção comum, mesmo que limitados e conjunturais, com a confiança em que os resultados estimularão o prosseguimento da experiência;

— não deixar que rivalidades entre partidos democráticos no terreno eleitoral criem entre eles barreiras e conduzam à recusa da acção comum, pois a grande batalha a travar desde já no plano político e futuramente no plano eleitoral não é a batalha entre os democratas, mas a batalha de todos os democratas contra a reacção;

— não ceder às campanhas, às mentiras, às pressões, à chantagem das forças da reacção com vistas a procurarem impedir ou travar a aproximação das forças democráticas, uma vez que a reacção tem plena consciência de que a sua derrota é inevitável se se concretizar a convergência e unidade das forças democráticas;

— pôr definitivamente fim no campo democrático às discriminações anticomunistas, com consciência de uma realidade incontestável da actual situação política portuguesa: que o PCP (como muitas vezes se tem afirmado) é um partido necessário, indispensável e substituível para a democracia portuguesa.

O campo aberto à convergência e unidade das forças democráticas abrange praticamente todos os sectores da vida nacional.

O PCP, pela sua parte, continua a estar inteiramente disposto a examinar com os outros partidos quaisquer propostas de acção comum.

A convergência e unidade dos democratas é necessária e possível a todos os níveis.

O PCP, pela sua parte, dá indicação às suas organizações (regionais, concelhias, de freguesia, de sector, de classe, de empresa, de escola, etc.) para que procurem no âmbito das respectivas actividades chegar a acordos de acção com outros democratas.

Apesar de positivas, as modificações na arrumação e correlação de forças e diversos acontecimentos, como a intervenção do PCP na 2.ª volta das eleições presidenciais e a derrota da reacção que daí resultou, constituem um caldo de cultura para o desenvolvimento de duas tendências negativas no próprio Partido:

— uma tendência sectária que se recusa a aceitar e praticar o novo relacionamento com os outros partidos e a promover activamente iniciativas de unidade com outros democratas;

— e uma tendência oportunista que semeia ilusões acerca da orientação presente e futura dos outros partidos democráticos e que procura ou defende para o Partido formas de colaboração em posições de seguidismo.

Não são de aceitar as manifestações de sectarismo segundo as quais o maior perigo de momento é o oportunismo, nem as manifestações de oportunismo segundo as quais o maior perigo de momento é o sectarismo. As duas tendências são erradas e prejudiciais e por isso devem ser combatidas.

A conjuntura é favorável à convergência e à unidade dos democratas mas o caminho é e será complexo e difícil. Há que lutar com determinação para a convergência e a unidade: sem ilusões de facilidade, com consciência das dificuldades, mas com confiança no resultado.

III

O ESTADO, OS ÓRGÃOS DO PODER E O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES

1.

As instituições democráticas e o seu regular funcionamento

A ofensiva contra-revolucionária, desencadeada e desenvolvida a partir dos órgãos de soberania, nomeadamente do Governo e de maiorias e coligações de direita na Assembleia da República, tem tido como permanente objectivo criar condições para o assalto a todo o poder político e aos seus órgãos.

Nem sempre as forças reacçãoárias e seus aliados utilizam o slogan «um Presidente, um Governo e uma maioria na Assembleia da República», mas o assalto a todos os órgãos do poder e a instauração do poder absoluto da reacção tem sido o objectivo dos seus mais violentos e ambiciosos planos subversivos.

A experiência da vida política nos 10 anos decorridos desde a promulgação da Constituição já mostrou que a interdependência e complementaridade dos órgãos do poder político constitui um elemento institucional positivo na defesa da democracia contra planos de carácter ditatorial e totalitário.

Ao mesmo tempo que tenta tomar de assalto esses três órgãos de soberania determinantes da política nacional, as forças reacçãoárias atacam as outras componentes do sistema do poder político da democracia portuguesa. Tentam apossar-se do Poder Local e procuram instrumentalizar os tribunais, as Forças Armadas e a administração pública.

A defesa da democracia exige uma firme oposição a estas acções e a estes objectivos estratégicos da reacção, uma acção adequada em relação a cada um dos órgãos do Poder e a exigência constante do respeito pela Constituição e pelo regular funcionamento das instituições democráticas.

O PCP orienta por esses princípios a sua atitude e a sua acção em relação aos órgãos do Poder e ao aparelho de Estado.

2.

Presidente da República

O PCP pauta a sua atitude em relação ao Presidente da República eleito em 26 de Fevereiro, dr. Mário Soares, pelos mesmos princípios que têm orientado a atitude do Partido em relação a esse órgão de soberania, independentemente da pessoa que ocupa o cargo.

Nomeadamente:

- manter completa independência na apreciação das decisões e da actividade do Presidente da República, tal como em relação aos outros órgãos de soberania;
- apoiar ou criticar as decisões do Presidente da República consoante a apreciação que delas faça;
- reclamar do Presidente da República, se e quando as circunstâncias o exigirem, a sua intervenção, no uso dos poderes que a Constituição lhe confere, designadamente o de vetar diplomas inconstitucionais, de demitir o governo a fim de assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas e, caso as instituições entrem num impasse, de dissolver a Assembleia da República e promover a realização de eleições legislativas antecipadas;
- estar disponível, no quadro das relações institucionais entre o Presidente da República e os partidos políticos, para consultas ou audições que o Presidente entenda de interesse promover, assim como solicitar audiências ao Presidente da República sempre que o considere necessário;
- dar expressão a esse relacionamento no Conselho de Estado, órgão consultivo do Presidente da República, através do dirigente do partido que a ele pertence.

O actual Presidente da República foi eleito com os votos comunistas, determinantes para a sua vitória, em circunstâncias que não representaram qualquer apoio do PCP à sua candidatura e ao seu programa mas apenas porque esse voto foi indispensável para assegurar a derrota do candidato da extrema-direita Freitas do Amaral e do perigo iminente que representava para a democracia.

O Presidente da República eleito jurou cumprir e fazer cumprir a Constituição. O povo português tem o direito a exigir e de esperar que os factos confirmem tal juramento.

3.

Governo

A atitude do PCP em relação ao Governo de direita do PSD, tendo como Primeiro-Ministro Cavaco Silva, é clara e conhecida: este Governo não serve o povo nem o País, é incapaz de resolver os problemas nacionais, a sua política visa destruir a democracia portuguesa e as suas conquistas e entregar de novo Portugal aos grandes capitalistas associados ao imperialismo. Portugal e o povo português estão vitalmente interessados na substituição deste Governo de direita por um governo democrático com uma política democrática.

A tarefa dos verdadeiros democratas não pode ser «fazer uma cura de oposição», «deixar o Governo desgastar a sua imagem» com vistas a recuperar ou ganhar o eleitorado. Tal atitude corresponde a deixar que o Governo continue impunemente a destruir as conquistas democráticas, a arruinar a economia portuguesa, a condenar o povo ao desemprego e à miséria e a comprometer cada vez mais a independência nacional.

Não tem fundamento a atitude de, em nome da estabilidade, não colocar como tarefa a substituição do Governo.

O Governo PSD/Cavaco Silva é ele próprio, com a sua política, o principal factor da instabilidade:

- **instabilidade económica** pelas destruições que causa nas estruturas da organização económica e pela crise que provocam;
- **instabilidade financeira** pelo nível de endividamento atingido pelo Estado, pelo País, pelas empresas;

- **instabilidade social** pelos graves conflitos sociais que inevitavelmente são gerados pela brutal exploração dos trabalhadores, os despedimentos, o desemprego, os salários em atraso, a liquidação de regalias sociais, a repressão nas empresas, a degradação do nível de vida, a ruína de milhares de pequenas explorações agrícolas e de pequenas e médias empresas.

Não tem fundamento a atitude de não colocar como tarefa a substituição do Governo em nome da legalidade.

O Governo PSD/Cavaco Silva é ele próprio com a sua política o principal factor, agente e instigador da ilegalidade:

- grande parte da sua legislação, das suas medidas e dos seus actos colocam-se abertamente à margem da legalidade constitucional;
- inconstitucionais e ilegais são as medidas de desmantelamento e entrega ao capital privado de bancos nacionalizados, a entrega aos agrários das terras, gados e instalações da Reforma Agrária, a liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores.

Não tem qualquer fundamento a atitude de não colocar como tarefa a substituição do Governo por se considerar que as instituições estão a funcionar regularmente.

O Governo PSD/Cavaco Silva é ele próprio com a sua política um factor que impede o regular funcionamento das instituições:

- o Governo afronta a Assembleia da República não lhe dando a devida conta dos seus actos, contestando as suas competências legislativas e de fiscalização e tomando em alguns casos uma atitude de rebeldia ao pretender não cumprir leis aprovadas contra o voto dos deputados do PSD;
- o Governo afronta os Tribunais recusando-se a executar as sentenças quando lhe são desfavoráveis (caso dos 351 Acórdãos do STA favoráveis às UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária);
- o Governo afronta o Poder Local democrático desrespeitando as normas constitucionais tentando retirar-lhe meios financeiros e ao mesmo tempo preparar novas transferências de obrigações e encargos.

A tarefa que se coloca ao povo português e a todas as forças democráticas e patrióticas é substituir o Governo PSD de Cavaco Silva por um governo democrático que ponha fim à desastrosa política de direita, opere uma viragem na política portuguesa, faça o País sair da crise e resolva os problemas nacionais no quadro da liberdade, da democracia e da independência nacional.

As forças democráticas devem estar sempre preparadas para defrontar em eleições as forças reacçãoárias. Mas para uma alternativa democrática, não se torna necessária a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas.

Não tem qualquer fundamento e constitui apenas um desabafo de inquietação e insegurança a afirmação de Cavaco Silva que nenhum partido democrático que participe na queda do Governo tem legitimidade para governar antes da realização de novas eleições.

Na Assembleia da República os partidos democráticos contam actualmente com folgada maioria de deputados: 140 do PS, PRD, PCP, MDP/CDE e Os Verdes contra 110 do PSD e CDS. Ora o Governo pode ser demitido pela aprovação de uma moção de censura aprovada por maioria absoluta. Uma maioria absoluta é apoio bastante para a formação de um novo governo.

A Assembleia da República com a composição actual contém pois em si uma base institucional suficiente para viabilizar e apoiar a formação de um governo democrático.

A base institucional existe. A tarefa de todos os verdadeiros democratas é transformar essa base institucional numa base política, ou seja, alcançar a convergência e o entendimento dos democratas para substituir o Governo de direita por um governo democrático.

4.

Assembleia da República

A acção parlamentar do PCP é parte integrante da luta do PCP e do povo português contra o avanço da reacção e em defesa da Constituição, das liberdades e das outras grandes conquistas da revolução, dos interesses do povo e do país, do regime democrático e da independência nacional.

Com estes objectivos, têm grande relevância os projectos de lei apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP na nova legislatura resultante das eleições antecipadas de 6 de Outubro de 1985, nomeadamente os projectos relativos:

- aos salários em atraso;
 - à segurança dos pescadores;
 - ao aumento significativo das reformas e pensões;
 - à revogação da lei do aumento das rendas de casa;
 - ao subsídio de desemprego para os jovens candidatos ao primeiro emprego;
 - aos subsídios e ao direito de associação dos estudantes;
 - à baixa do preço dos medicamentos;
 - à baixa do preço dos combustíveis;
 - à independência dos órgãos de comunicação social;
 - à radiodifusão (Lei da Rádio);
 - à comercialização da cortiça na zona da Reforma Agrária;
 - às finanças locais;
 - à criação das regiões administrativas;
 - ao sistema educativo (Lei de Bases);
 - à democratização do acesso à justiça;
 - à criação do concelho de Vizela;
 - e muitos outros,
- correspondendo aos problemas, aos interesses, às aspirações e às justas reclamações dos mais variados sectores da população portuguesa.

Alguns destes projectos de lei (sobre os salários em atraso, finanças locais, bases do sistema educativo, associação de estudantes e enquadramento do Orçamento) foram aprovados na generalidade. O projecto sobre os salários em atraso já foi transformado em lei da República; em convergência com os projectos do PS e do PRD. Outros estão inscritos para debate ulterior.

Na acção parlamentar o PCP tem em conta as modificações de arrumação e correlação das forças partidárias resultantes dos acontecimentos políticos de 1985 e primeiro trimestre de 1986, designadamente:

- a ruptura da coligação PS/PSD;
- a criação de uma folgada maioria de deputados dos partidos democráticos (PCP, PS, PRD, MDP/CDE e Os Verdes) com uma nova correlação das respectivas forças.

Neste contexto, o PCP desenvolve o máximo de esforços para o entendimento e convergência de atitudes e acção dos partidos democráticos na Assembleia da República, a fim de fazer frente ao Governo Cavaco Silva, à sua política e às suas iniciativas legislativas anti-democráticas e conseguir aprovar leis e decisões favoráveis ao povo, ao país, à democracia.

No âmbito dessa convergência destacam-se as alterações positivas introduzidas ao texto do Orçamento do Estado proposto pelo

Governo (embora não alterando o seu conteúdo fundamental): o aumento das verbas para as autarquias e empresas públicas, a redução dos preços da gasolina, gasóleo, fuel e gás, a diminuição da carga fiscal relativamente ao imposto profissional e complementar, o reforço de verbas para a Acção Social Escolar, as Universidades e Hospitais.

Destacam-se ainda no mesmo âmbito a decisão da Assembleia da República proceder a um **Inquérito ao MAP** pelas irregularidades cometidas contra a Reforma Agrária e o pedido de ratificação pela Assembleia de decretos-lei considerados particularmente nocivos ao povo, ao país e ao regime democrático.

No imediato a acção do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República será desenvolvida com as seguintes direcções fundamentais:

- opor-se firmemente a qualquer tentativa de governamentalização da Assembleia da República e lutar pela completa independência institucional da Assembleia da República, no exercício das suas competências legislativas e de fiscalização;
- contrariar a aprovação e lutar pela rejeição na Assembleia da República de propostas de lei antidemocráticas;
- fazer projectos de lei e lutar pela sua aprovação tendo em vista resolver ou dar contribuições positivas à resolução dos graves problemas do povo e do país;
- **empregar com estes objectivos os melhores esforços para assegurar a continuação do diálogo e da convergência a nível parlamentar dos partidos democráticos;**
- **empregar os melhores esforços** (conjugados com os de toda a actuação política do Partido) **para que a convergência democrática actualmente maioritária na Assembleia da República se transforme no suporte de uma alternativa democrática para o Governo PSD de Cavaco Silva.**

5.

Tribunais

A luta pela independência e isenção dos tribunais no exercício das suas funções — defender os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos dos interesses públicos e privados — faz parte integrante da luta pelo regular funcionamento das instituições democráticas.

A independência dos tribunais recebeu poderoso estímulo com a revolução de Abril, designadamente:

- pela definição na Constituição da República das suas atribuições e poderes;
- por alterações na própria orgânica da magistratura, entre as quais são de salientar a autonomização entre magistrados judiciais e do Ministério Público e a criação do Conselho Superior da Magistratura e do Conselho Superior do Ministério Público, podendo ir no mesmo sentido a criação recente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- pela existência de movimentos associativos próprios (Associação Sindical dos Magistrados Judiciais, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e sindicatos de funcionários judiciais);
- pela progressiva quebra do isolamento a que o fascismo sempre tentou forçar os magistrados em relação a todos os aspectos da vida nacional.

A luta entre os que querem consolidar e prosseguir a democracia e aqueles que querem destruí-la trava-se também, no que respeita aos tribunais, entre os governos de direita que procuram instrumentalizá-los como arma da ofensiva contra-revolucionária e forças e tendências democráticas (nas quais se insere uma forte corrente na magistratura) que luta pela dignificação, a imparcialidade e a independência do poder judicial.

A independência dos tribunais evidencia-se em numerosas decisões judiciais corrigindo decisões do Governo e resistindo às pressões deste.

Têm particular significado:

- **acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo** favoráveis às UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária dos quais 279 transitaram em julgado, com particular relevo para o acórdão de 17.4.86 que ordena que o MAP restitua (no prazo máximo de 90 dias) às Cooperativas 15 de Outubro (Estremoz) e Albufeira do Monte Branco (Terrugem, Elvas) as terras, gados e bens de equipamento ilegalmente entregues aos agrários em 1980;
- o **acórdão do Supremo Tribunal de Justiça** de 11.4.86 mandando reintegrar os trabalhadores ilegalmente despedidos da RTP por motivos políticos;
- **decisões do Tribunal Constitucional** no quadro do funcionamento regular das instituições (processo movido pelo PS/PSD reclamando a declaração da ilegalidade da APU, processos contra a candidatura do PCP à Presidência da República, fiscalização objectiva da constitucionalidade, etc.);
- **numerosas decisões de Tribunais de Comarca e do Tribunal de Polícia de Lisboa**, absolvendo trabalhadores injustamente acusados de crime de desobediência, absolvendo sindicalistas presos, assegurando em resumo a legalidade contra os abusos, actos arbitrários e violências.

A independência dos tribunais é, porém, comprometida por **factores negativos**.

Medidas posteriores ao 25 de Abril relativas aos tribunais não corresponderam à necessidade da criação de um Estado democrático com uma justiça democrática.

Os magistrados continuam a ser sujeitos às mais variadas formas de pressão.

A luta para que seja inteiramente assegurada a independência e

isenção do poder judicial como órgão do poder político continua a ser uma importante direcção da luta pelo regular funcionamento das instituições e pela defesa da democracia.

6.

Regiões Autónomas

A consagração constitucional da autonomia político-administrativa dos arquipélagos da Madeira e dos Açores correspondeu às especificidades e problemas próprios dessas regiões insulares e à necessidade de se encontrarem formas institucionais adequadas para dar resposta a esses problemas e situações próprias e aos legítimos anseios das populações dos arquipélagos.

A política dos Governos Regionais do PSD, da Madeira e dos Açores, não aproveita antes perverte as possibilidades de resolução democrática dos problemas próprios das regiões e assenta no permanente atropelo dos direitos, liberdades e garantias e visa o reforço do poder dos grandes interesses que de há muito dominam a economia dos dois arquipélagos.

Verifica-se um claro reforço da acção e luta democrática nas Regiões Autónomas orientada nas seguintes direcções principais:

- denúncia das arbitrariedades, da incompetência e da corrupção e apresentação de propostas democráticas para resolução dos problemas específicos das regiões;
 - defesa da autonomia consagrada na Constituição e denúncia das perspectivas falsamente autonomistas que visam a perpetuação do PSD nos órgãos regionais;
 - defesa dos direitos e interesses de todos quantos vivem do seu trabalho através do reforço das respectivas organizações de classe.
- O PCP, que está representado nas Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores, continua a orientar a sua intervenção e acção política naquelas regiões pelos seguintes objectivos:
- respeitar e fazer respeitar a legalidade democrática e constitucional;
 - intervir e actuar na defesa dos interesses, dos anseios e das justas reivindicações dos diversos sectores das populações insulares;
 - dignificar e aprofundar o papel e o funcionamento das Assembleias Regionais como órgãos legislativos regionais e fiscalizadores da acção dos respectivos Governos das Regiões.

7.

Poder Local

O poder local democrático é uma das grandes conquistas de Abril e um elemento de capital importância na organização do poder político determinado pela Constituição.

A defesa do Poder Local democrático é uma das frentes fundamentais da defesa das instituições e do regime democrático.

A **defesa do poder local democrático** desenvolve-se nos planos legislativo e da gestão autárquica e da acção das populações.

No **plano legislativo** é objectivo imediato exigir a aprovação de uma **nova lei de finanças locais** que consagre o aumento de verbas para as autarquias, fixe a percentagem mínima das verbas a transferir e estabeleça critérios objectivos que contribuam para a correcção de desigualdades de desenvolvimento.

No **plano da gestão autárquica e da acção das populações**, ao mesmo tempo que se combatem a incompetência, a incapacidade, o funcionamento antidemocrático, o compadrio, as negociações, a corrupção que caracterizam em numerosas autarquias a gestão das forças de direita, **as autarquias APU e os eleitos da APU em minoria têm como orientações fundamentais:**

- **resolver os problemas das populações com trabalho, honestidade e competência;**
- **satisfazer as necessidades básicas através das infra-estruturas correspondentes** (água, esgotos, lixos, electrificação, rede viária) e **equipamentos sociais**, etc.;
- **dinamizar as actividades culturais, desportivas e de ocupação de tempos livres**, prestando atenção particular à juventude;
- **promover a defesa do ambiente e do património cultural;**
- **reforçar a eficácia dos serviços** e valorizar o papel dos trabalhadores das autarquias e respeitar os seus direitos;
- **melhorar o atendimento público e o encaminhamento de sugestões e críticas;**
- **intensificar a descentralização para as freguesias;**
- **reforçar a participação popular**, o trabalho voluntário e a prestação de contas às populações;
- **contribuir para a unidade e organização das populações** em torno dos seus problemas concretos.

O empenhamento dos eleitos na solução dos problemas constitui um factor essencial do êxito da gestão autárquica. O PCP defende firmemente a **cooperação dos eleitos dos diferentes partidos para a resolução dos problemas concretos.**

Os **eleitos comunistas quando em maioria** oferecem responsabilidades e possibilidades reais de trabalho e cooperação aos eleitos de outros partidos. Quando em **minoria**, estão sempre prontos a trabalhar na solução dos problemas.

As modificações verificadas na arrumação das forças políticas é favorável à convergência democrática no trabalho autárquico.

O PCP, pela sua parte, desenvolve e desenvolverá os seus melhores esforços para que essa convergência se verifique, para bem das populações e da democracia.

8.

Forças Armadas

As Forças Armadas têm como missão constitucional a defesa militar da República Portuguesa ao serviço do povo português. Cabe às Forças Armadas, no respeito da Constituição e das instituições democráticas, garantir, no plano militar, a independência nacional, a integridade territorial e a segurança do povo português contra qualquer agressão ou ameaça externa.

As Forças Armadas são rigorosamente apolíticas. No seu seio não pode haver discriminações por motivo de opinião política ou de crença religiosa. Nenhum governo ou força política pode transformar as Forças Armadas no instrumento de uma política antidemocrática e antinacional.

Uma política democrática e patriótica tem o dever, não só de assegurar o apolitarismo das Forças Armadas como assegurar às Forças Armadas os meios necessários para cumprirem a sua missão.

É dever de qualquer governo português exigir de governos estrangeiros que o material militar entregue para o reequipamento das Forças Armadas Portuguesas não constitua uma contrapartida vexatória e irrisória pela cedência de bases militares e outras facilidades em território português, antes se conforme às necessidades e aos critérios de defesa nacional de Portugal, tal como os portugueses a entendem e a decidem.

Não é de aceitar que os Estados Unidos e a NATO, com intolerável desprezo pela opinião e as solicitações de Portugal, enviem para as Forças Armadas Portuguesas (com complacência do Governo) material militar obsoleto e inadequado e desajustado às efectivas necessidades da nossa defesa nacional.

As relações de Portugal e das Forças Armadas Portuguesas com outros países e respectivas Forças Armadas devem basear-se nos princípios da igualdade e no respeito integral da soberania, interesses e dignidade nacionais.

Os interesses nacionais exigem no imediato:

- a **anulação de facilidades e de instalações militares indevidas em território nacional e a recusa de instalação de uma estação de rastreio de mísseis em Almodôvar destinada à «guerra das estrelas».**
- a **revisão dos acordos bilaterais e dos compromissos militares com os Estados Unidos e outros países da NATO que prejudicam os interesses nacionais e em alguns casos violam a legalidade constitucional.**
- a adopção de doutrina militar própria de acordo com os interesses da defesa, soberania e independência nacional.

Os militares são cidadãos na plenitude de direitos políticos e civis. São de combater e rejeitar nas Forças Armadas tanto discriminações políticas e perseguições aos militares de Abril como a reintegração e recuperação de pessoas que frontalmente se assumem como inimigas do Portugal democrático.

O PCP defende que as Forças Armadas, pelo seu espírito patriótico e democrático, pela sua capacidade militar, pelo equipamento de que disponham, sejam dignas de Portugal e do regime de liberdade e dignidade alcançado com a revolução democrática, cujo primeiro acto decisivo e determinante foi o levantamento dos militares do MFA em 25 de Abril de 1974.

9.

Administração Pública

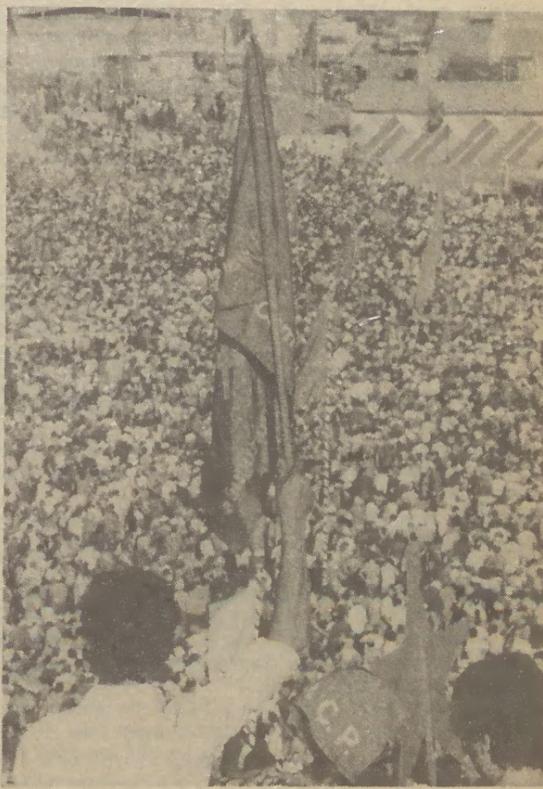
O Estado é o seu «aparelho» representam papel primacial no regime democrático como em qualquer regime. Num regime democrático, a administração pública — sector do «aparelho» do Estado — deve intervir como a força organizada de realização e execução da política nacional.

Um regime democrático necessita de um Estado democrático e, designadamente, de uma administração pública, cuja orgânica, cujas competências, cujas chefias e cujos quadros estejam integrados nas normas e práticas constitucionais e instruídos e educados no estrito respeito da legalidade e na fidelidade aos ideais democráticos.

A política do Governo Cavaco Silva (na continuidade da acção dos governos dos últimos 10 anos) visa dominar e instrumentalizar todo o «aparelho» do Estado em especial os órgãos do poder, as Forças Armadas e a administração pública.

Para tal, procede na administração pública a **sérias modificações orgânicas e a substituições sistemáticas e em série nas chefias.**

- No que respeita a modificações orgânicas:
- por um lado procura tornar mais operativos, no sentido reacclonário, **serviços cujo encargo é levar por diante a ofensiva contra-revolucionária (MAP, por exemplo) e forçar o povo a entregar fundos ao Estado (serviços de contribuições e impostos do Ministério das Finanças);**
- por outro lado, **extingue ou torna cada vez menos operativos e reduz à ineficácia Direcções Gerais e outros organismos vocacionados para orientar, coordenar e intervir nas actividades produtivas (Ministérios da Indústria e Comércio, da Agricultura, Pescas e Alimentação, Organismos de Coordenação Económica, etc.) ou para promover acções de utilidade social ou cultural (Ministérios da Saúde, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, do Trabalho e Segurança Social e da Cultura);**
- faltam directivas e meios;
- há serviços parados ou à beira da ruptura funcional (Hospital Miguel Bombarda, Serviços Prisionais, etc.); há serviços que não entraram em funcionamento (novo Hospital de Coimbra);
- há trabalhadores sub-aproveitados e outros despedidos (tarefeiros);



utilizam-se transferências para dismantlar serviços;

- generaliza-se a falta de respeito pelo direito ao trabalho, à justa remuneração, a um vínculo estável à Administração Pública, à legítima progressão na carreira e ao direito a condições de trabalho dignas;
- exige-se «rentabilidade» a estruturas com funções sociais e culturais (IPPC por exemplo) como pretexto para uma real redução da sua actividade.

Leis orgânicas das Direcções Gerais de vários Ministérios são ela-

boradas sem participação de chefias, quadros e órgãos representativos dos trabalhadores, com delongas escusadas, com grande dispêndio de dinheiro, criando indefinições de competências e de quadros de pessoal e instabilidade, paralisando e tornando inoperativos serviços importantes (MAPA, DG Recursos Hidráulicos, JNPP, JNV, JNF, JNSP, Instituto dos Têxteis, IPPC).

Acelera-se a transferência de dinheiros públicos para o sector privado através designadamente da encomenda de estudos e projectos a gabinetes particulares e da distribuição de verbas de «sacos azuis».

Proliferam os procedimentos autoritários e discricionários, são afastados quadros competentes por razões políticas e partidárias, instrumentalizam-se e utilizam-se partidariamente serviços e vultuosos recursos com objectivos demagógicos e propagandísticos.

Lutando por um Estado democrático, o PCP luta pela dignificação da Administração Pública e pela dignificação profissional dos seus trabalhadores, luta por um governo democrático que contará, entre os seus deveres, organizar a Administração Pública, colocando-a efectivamente ao serviço dos interesses dos portugueses e de Portugal.

IV O REFORÇO DO PARTIDO E A LUTA POPULAR

1.

Dois factores determinantes e inseparáveis

A luta de massas é o elemento motriz principal e determinante da evolução social. A força do Partido é o factor principal e determinante da luta de massas.

A possibilidade de fazer frente à reacção, de defender com êxito as conquistas democráticas e os interesses do povo e do País, de alcançar uma alternativa democrática depende, assim, fundamental e simultaneamente, do desenvolvimento da luta de massas e do reforço do Partido.

Os factos mostram que a luta e a acção do Partido se encaminham nessa perspectiva.

Ao contrário das afirmações do Governo e dos seus propagandistas e apesar de toda a enorme campanha de mentiras e demagogia que, por vezes, encontra eco em camadas mais vacilantes, verifica-se um novo fluxo das lutas da classe operária e das massas populares, traduzindo um profundo descontentamento e uma oposição vigorosa à política de direita e às suas nocivas consequências.

As recentes movimentações de sectores que se têm mantido afastados da luta social, indica que a desastrosa política de direita atinge camadas cada vez mais amplas da população.

É de capital importância na conjuntura actual a consciência pelos militantes e pelas massas do papel determinante das lutas e das importantes vitórias alcançadas com a luta ao longo dos 10 anos decorridos de política de direita.

A luta popular e democrática tem sido a força determinante das derrotas sofridas pela reacção nos 10 anos de processo contra-revolucionário. Se não fosse a luta popular e democrática, as forças reacçãoárias de há muito teriam liquidado o regime democrático e as suas conquistas. Se não fosse a luta popular e democrática, as condições de vida do povo seriam hoje em todos os aspectos extraordinariamente mais graves. Através da luta, os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, os intelectuais e quadros técnicos, as mulheres, a juventude, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os reformados, os deficientes, os emigrantes, têm alcançado importantes vitórias.

A gravidade dos problemas, a complexidade da situação, o prosse-

guimento das ofensivas reacçãoárias e as dificuldades e demoras para a concretização de uma alternativa democrática, provocam por vezes sentimentos de cansaço, de desânimo e de descrença. É tarefa das organizações do Partido combater tais sentimentos através do esclarecimento político e da valorização constante dos resultados vitórios ou positivos das lutas populares — grandes e pequenas.

Só através da luta o povo português pode defender eficazmente os seus interesses e direitos e alcançar a satisfação das suas aspirações. Só através da luta se pode alcançar uma alternativa democrática.

2.

As organizações e movimentos unitários

As organizações e movimentos unitários desempenham um papel decisivo na organização e desenvolvimento da luta de todas as classes e camadas antimonopolistas.

Os comunistas militam activamente nas organizações e movimentos unitários, no quadro da sua autonomia, carácter unitário e funcionamento democrático.

A par do empenhamento no trabalho para o reforço do Partido, os comunistas que militam nas organizações e movimentos unitários devem empenhar-se também no reforço dessas organizações e movimentos: da sua direcção, das suas estruturas, da sua propaganda, da sua unidade, da sua ligação com as massas e da sua actividade diária para promover as lutas de massas.

Entre as grandes realizações das organizações e movimentos unitários no primeiro semestre do ano corrente, destaca-se o V Congresso da CGTP.

O V Congresso da CGTP, realizado nos passados dias 29, 30 e 31 de Maio, foi um acontecimento de extraordinária importância na vida política e social do País.

O V Congresso confirmou a CGTP como principal organização

social, profundamente enraizada nas massas trabalhadoras, gozando de enorme prestígio no plano nacional e internacional.

As resoluções do Congresso da CGTP, aprofundando o estudo dos graves problemas que o País e os trabalhadores enfrentam, traçando orientações para os superar e elevar a capacidade de luta e de organização do movimento sindical unitário, são fundamentais para todo o movimento operário.

A CGTP-IN alargou ainda mais a sua unidade e reforçou a sua coesão interna. As forças reacçãoárias, o patronato e os divisionistas desencadearam nas vésperas do Congresso da CGTP, e mesmo no decorrer dos seus trabalhos, uma poderosa campanha de intriga política, de diversão ideológica anticomunista. Esta operação foi derrotada, a reacção não conseguiu os seus objectivos.

Os trabalhos do Congresso confirmaram e reforçaram as características fundamentais da Central dos trabalhadores portugueses: o seu carácter democrático de massas, de classe e unitário, profundamente empenhada na resolução dos problemas nacionais, na defesa dos interesses dos trabalhadores e do regime democrático.

Além dos trabalhadores, outras camadas da população, classes e estratos sociais antimonopolistas dispõem de fortes, numerosos, experimentados e dinâmicos movimentos, organizações e associações. O desenvolvimento da sua actuação é essencial para a dinamização da luta de massas.

A actuação das organizações e movimentos (por mais forte que nestas seja a influência do Partido) não dispensa, antes exige, a actuação do Partido junto das massas levando directamente às massas o esclarecimento dos problemas, os objectivos de luta e as soluções que o Partido propõe.

3.

Luta dos trabalhadores

O novo fluxo da luta da classe operária, o desenvolvimento da luta reivindicativa dos trabalhadores, a resistência à ofensiva contra os seus direitos, condições de vida e de trabalho, são o resultado da acentuada



degradação social, mas também a demonstração da organização, combatividade e determinação de luta dos trabalhadores, expressa no volume, nas formas e nos resultados da luta.

No período que vai de Novembro de 1985 a Maio deste ano tiveram lugar — num balanço por certo ainda incompleto — 917 lutas de empresa, das quais 245 assumiram a forma de greve, abrangendo todos os distritos do continente e as Regiões Autónomas.

As causas das lutas ilustram só por si a degradação social que atinge os trabalhadores. No conjunto dos conflitos de empresa, 285 foram-no pelo pagamento e melhorias salariais; 178 pela aplicação das convenções colectivas; 123 contra a retirada de regalias; 125 pela defesa dos postos de trabalho e a reestruturação das empresas; e 79 contra medidas repressivas ou limitações de direitos e liberdades.

Os trabalhadores diversificam as formas de luta, trazem-nas para a rua e divulgam os seus objectivos junto das populações:

- fazem manifestações e concentrações nas praças públicas (Chromolit, Silva e Sistelo, Sundlete, Entrepasto, Parry & Son, Cristaleiros da Marinha Grande, Covina, Sorefame);
- concentram-se junto às instalações das administrações, residências dos patrões e associações patronais (Jayme da Costa, Setenave, Siderurgia Nacional, Centrel, Tofa, Cifa, Tabopan, J.F. Santos, Fábrica da Loça, BNU, empresas de material eléctrico e de hotelaria);
- ocupam instalações quando as empresas correm o perigo de encerrar e de ser-lhes retirado o património montando vigias (União Industrial, Mecânica Setubalense, Sado Industrial, Tonus, Ormis, Sorefame, Carlos Matos, Cruz de Pedra);
- cortam vias de comunicação (Parry & Son, Sorefame, Ivima);
- realizam vigílias (Sorefame, Torralta, CP);
- manifestam-se junto dos órgãos do Poder (Termec, Abel Araújo, Casa Hipólito, Entrepasto Industrial, empresas têxteis do distrito de Braga, trabalhadores da administração local, Sorefame, Covina, CTT, Centro de Mercadorias da RN, Segurança Social, Argilex, Geopeças, Euro-audio, Nutrigado, Unical, Cachão, Borralha, Administração Regional de Saúde de Viseu);
- organizam marchas de protesto (Sundlete, Entrepasto Industrial, Carlos Matos, Cruz de Pedra, cristaleiros da Marinha Grande, Sorefame, Arquinho, Covina).

O frequente recurso à greve e a sua longa duração revelam uma elevada combatividade e determinação:

- os trabalhadores da Joaquim Francisco dos Santos, durante 26 dias pelo pagamento dos salários em atraso; os da Ferrovil 17 dias pelo pagamento dos salários em atraso; os da Eugénio Guerreiro, 18 dias; os da Cimlanto e da Lusalite, 14 dias, — entre muitas outras empresas;
- no sector dos transportes, desde Novembro até finais de Maio, tiveram lugar 25 dias de greve, e mais 65 dias de paralisações de duas ou três horas por dia, com destaque para as lutas da Carris e Metro, por aumentos salariais; da CP pela negociação do acordo de empresa; dos transportes rodoviários da Madeira pelo CCT; da Transtejo; e dos TIR por melhores salários e contra a retirada de direitos e regalias — lutas todas elas vitoriosas, no todo ou em parte, incluindo a greve desconvocada nos Transportes Privados de Passageiros, por os trabalhadores terem visto satisfeitas as suas reivindicações.

Na acção reivindicativa dos trabalhadores, a luta contratual teve neste período importante desenvolvimento, abrangendo praticamente todos os sectores, muitos dos quais com o recurso à greve e a paralisações (enfermeiros, trabalhadores da Administração Central e Local, Fibrocimentos, garrafaria, Covina, cervejas, EPAL, Siderurgia Nacional, químicos, Marconi, metalúrgicos, EDP, EPAC, Tabaqueira).

Com raras excepções, os trabalhadores em luta conquistaram salários superiores aos tectos que o Governo quer impor e muito acima do que o patronato e administrações se propunham negociar (Carris 20%, Metro 18,4%, TIR 26%, Autosil 22,5%, Entrepasto 20%, Sincoral 19%, Minas do Pejão 19%, Comelna 18,5%, Torralta 21%, Transtejo 18,5%, CP 18,5%, Tomé Feteira 20%, Covina 22%, EPAC 23%, Cervejas 23%, Fiat 22%, Cabos Ávila 21,5%, Cel-Cat 21,4%, hotelaria da Madeira 20,5%, Transportes Rodoviários da Madeira 20,1%, indústria açucareira 20%, EPAL 18,5%, Petrogal 23%, Abastecedores de Aeronaves 23%, sectores das moagens, garagens, farmácias, 19%).

O facto de que a maior parte destas lutas foram total ou parcialmente vitoriosas mostra que a luta é o caminho justo para defesa dos interesses populares contra a política de direita.

4.

Luta do campesinato

A luta do campesinato com objectivos muito diversificados e utilizando formas de luta também muito diversificadas, constitui um grande movimento social de massas.

A luta dos pequenos e médios agricultores tem-se desenvolvido, nos últimos meses, em torno dos seguintes objectivos:

- contra o encerramento dos matadouros (designadamente Porto, Braga, Trás-os-Montes, Beiras e Setúbal), exigindo a manutenção ou recuperação dos matadouros existentes, denunciando as negociações e a apropriação pelos grandes intermediários do controlo dos preços, do abate e da comercialização da carne;
- contra a obrigatoriedade das gulas de trânsito de gado (Trás-os-Montes, Minho, Porto e Beiras), denunciando o contrabando e a corrupção de funcionários do MAPA;
- pela reabertura e contra o encerramento das feiras de gado (Minho, Trás-os-Montes, Coimbra, Aveiro, Viseu, etc.) denunciando a hipocrisia das «preocupações sanitárias»;
- contra a eucaliptização indiscriminada, denunciando a cedência aos interesses das celuloses (Santarém, Setúbal, Alentejo);
- pelo escoamento e contra o baixo preço da batata denunciando a corrupção dos serviços e as negociações dos intermediários, protestando contra a importação (Trás-os-Montes, Minho, Porto, Beiras);
- pela descida do preço dos combustíveis, designadamente do gasóleo, e pagamento dos subsídios em atraso (Beiras, Trás-os-Montes, Minho, Porto, Algarve);
- contra o decreto do manifesto e legalização da vinha, denunciando os propósitos de impor certas castas e o arranque do americano, ou abrir caminho à legalização de grandes plantações de agrários e multinacionais (Douro);
- contra os despejos dos rendeiros (Baixo Mondego, Ribatejo);
- contra o emparcelamento coercivo (S. Martinho do Bispo), a concentração das melhores terras nas mãos dos grandes e a expulsão dos rendeiros (Vale do Mondego);
- pelo pagamento das indemnizações devidas pelos prejuízos causados pelas geadas e outras intempéries e pelo javali (Setúbal, Trás-os-Montes, Santarém);
- pelo pagamento das dívidas aos produtores por parte das empresas transformadoras de tomate (Idal, Tocan, Consol), das cooperativas (vinho e leite) e do Estado (batata — JNF);
- pela armazenagem de cereais pela EPAC (Vinhais) e pelo escoamento de outros produtos (vinho verde no Minho);
- em defesa dos baldios, contra as tentativas por parte das autarquias de se apossarem da administração dos baldios, contra a tentativa de venda por Juntas de Freguesia de parcelas de baldios, contra a anunciada revisão da lei dos baldios, que visa facilitar a sua ocupação e usurpação pelos caciques locais, celuloses e multinacionais (Trás-os-Montes, Beiras, Viana);
- pela melhoria das condições dos regadlos (Baixo Mondego e Vale do Liz) e contra a extracção de areias ilegal e destruidora dos terrenos agrícolas e margens dos rios;
- contra os brutais aumentos das contribuições para a segurança social;
- contra a asfixia das Casas do Povo, contra a extinção arbitrária da Junta Central e apropriação dos bens centrais, contra a cessação dos subsídios, pela resolução do problema dos funcionários das Casas do Povo.

Em todas estas largas movimentações foram utilizadas as mais

5.

Luta dos intelectuais

Os Intelectuais continuam a desenvolver uma persistente e valiosa acção no quadro geral da luta do povo português em defesa dos seus interesses próprios, da cultura, dos direitos dos que trabalham, das liberdades, da democracia e da independência nacional.

Os intelectuais intervêm na vida nacional tanto pelo seu trabalho criativo e actividades profissionais, como pela luta política e social.

A luta dos professores desde a formação do Governo PSD/Cavaco Silva teve como acções mais importantes:

- a 2.ª Conferência do Ensino Primário (Novembro de 1985) com 1500 delegados, culminando outras e variadas acções;
- a campanha «Mais Verbas para a Educação» recolhendo 60 000 assinaturas individuais e o apoio de centenas de organizações;
- o II Congresso da Federação Nacional dos Professores (Maio 1986), seguido de uma manifestação de rua com 1500 participantes.

Os trabalhadores da Saúde e os Quadros Técnicos travaram importantes lutas e exerceram uma constante acção em defesa dos seus interesses e do desenvolvimento do país.

São de referir:

- a luta vitoriosa dos médicos jovens em defesa do seu emprego e vínculo profissional, a luta dos enfermeiros e dos paramédicos pelo acesso à carreira e por melhoria das carreiras, e a dos enfermeiros do H. Miguel Bombarda pela melhoria das condições de assistência e de trabalho;
- as movimentações dos quadros técnicos pela dignificação e enquadramento profissional, pelo incentivo à investigação e actualização científica e pela viabilização das empresas onde trabalham bem como as acções dos jovens quadros técnicos e estudantes dos últimos anos dos seus cursos, contra o desemprego e por saídas profissionais.

Os escritores e artistas têm desenvolvido acções de resistência e protesto contra medidas de desmantelamento de estruturas ligadas à vida cultural, em defesa do património e de cultura nacional.

São de destacar:

- a tomada de posição, através da Sociedade Portuguesa de Autores, contra a inexistência de uma política cultural estruturada e contra a crescente colonização do país;
- as múltiplas acções dos artistas do espectáculo e músicos, por uma Lei de Espectáculo, contra a ausência de uma programação adequada no Teatro Nacional, contra a tentativa de retirar ao TEL o seu local de trabalho; a greve dos bailarinos da CN Bailado em defesa do seu enquadramento profissional; acções em defesa da utilização cultural do edifício da ESBAL e contra os atentados ao património urbanístico de Lisboa, etc.

Os trabalhadores da Comunicação Social realizaram neste período largas movimentações (plenários, acções de rua, diligências junto dos órgãos do poder, conferências de imprensa, etc.): em defesa do sector público (ANOP, EPNC e JN); em oposição à televisão privada; reclamando aumentos salariais; e reivindicando uma lei de licenciamento das «Rádios Livres».

Com a sua luta os intelectuais têm alcançado significativas vitórias como a obtenção do reajustamento de letra por dezenas de milhar de professores e o impedimento, no âmbito da Frente Comum, do tecto salarial; a manutenção do estatuto por milhares de jovens médicos; a reintegração dos 22 trabalhadores da RTP ilegalmente afastados desde há 10 anos; e a alteração, pela primeira vez, das verbas sobre o Apoio Social Escolar no Orçamento do Estado.

variadas formas de luta, como manifestações, concentrações, comícios em feiras, abaixo-assinados que atingem em alguns casos milhares de assinaturas, diligências junto dos órgãos do Poder e Câmaras Municipais.

Em alguns casos, as lutas adquiriram formas mais radicais: cortes de estrada e ocupação de Serviços Regionais do MAPA (contra o encerramento dos matadouros, contra as guias de trânsito e pela reabertura de feiras), levantamentos das populações em resistência aberta (Casal do Mondão e Nelas de Cepões e Lousã em defesa dos baldios), arranque de plantios indesejáveis (eucaliptos).

No geral as lutas revelaram grande determinação, persistência e unidade, confirmando as reais potencialidades de luta do campesinato quando toma consciência dos seus direitos e da sua própria força.

Em numerosos casos as acções e reclamações dos agricultores têm obtido vitórias, geralmente parciais:

- reabertura de numerosas feiras de gado;
- não encerramento ou reabertura de matadouros (Amarante, Beiras);
- efectiva intervenção dos organismos oficiais para o escoamento dos produtos (batata, vinho) e para a armazenagem de cereais (Trás-os-Montes, Minho, Porto, Beiras);
- impedimento da apropriação da administração dos baldios, venda de parcelas (Casal do Mondão), de projectos de urbanização ilegais (Nelas de Cepões) e a constituição de novas Assembleias de Compartes (Igarai, Albitelhe, etc.);
- pagamento aos produtores de tomate (Tocan pagou 50% da dívida depois da concentração);
- pagamento dos subsídios de gasóleo e abaixamento do preço dos combustíveis;
- tratamento de resíduos de fábricas para impedir a poluição (Trancoso-Lactovil).

Um resultado comum e geral das lutas dos agricultores do mais alto significado tem sido o de atrasar, dificultar, limitar ou entrar o avanço da ofensiva contra os seus interesses e direitos.

O desenvolvimento das lutas dos pequenos e médios agricultores com objectivos concretos, um trabalho persistente para a sua organização em formas adequadas à sua maneira de ser e de viver, a forma correcta de trabalho partidário e do trabalho unitário, o esclarecimento político acerca das causas dos problemas e da sua solução, acompanhando a luta social, — são direcções fundamentais da actividade do Partido.

6.

Luta das mulheres

O agravamento da situação da mulher resultante da política de direita verifica-se em praticamente todos os planos da sua vida e actividades: económico, social, político, cívico, familiar, cultural e moral.

Embora com um desenvolvimento irregular, as lutas das mulheres ficaram marcadas nos últimos meses por importantes iniciativas e acções.

Continua a verificar-se a destacada participação das mulheres nas lutas de massas de todas as camadas e sectores sociais assim como nas grandes iniciativas democráticas (25 de Abril, 1.º de Maio, Movimento da Paz, de solidariedade com o povo da África do Sul, de Angola e Nicarágua, etc.).

O 8 de Março ficou assinalado no ano corrente, em todo o país, por sessões, debates, exposições, distribuição de documentos e de cravos, iniciativas diversas com a participação de dezenas de milhar de mulheres.

No desenvolvimento da luta das mulheres, **representam um papel determinante sob o ponto de vista organizativo e mobilizador as organizações e movimentos unitários, designadamente o Movimento Democrático das Mulheres, os departamentos de mulheres do movimento sindical e as Comissões Unitárias de Mulheres.**

São de destacar:

- a Conferência das Mulheres Agrícolas do Sul com a participação de cerca de 2000 mulheres (Março de 1986);
- o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da Função Pública promovido pela Federação dos Sindicatos da Função Pública (Maio) e o Encontro das Mulheres Têxteis, Vestuário e Calçado (Março);
- as acções de esclarecimento realizadas pelo MDM em todo o país, através de iniciativas próprias e dos diversos órgãos de comunicação social;
- as diligências e reclamações junto da Assembleia da República, do Governo, do Poder Local, das autoridades de saúde;
- as iniciativas culturais;
- as acções em defesa da Paz, como o acampamento nacional em Sines (Maio) e a marcha de 15 de Junho em Beja (2500 pessoas).

A luta das mulheres tem-se desenvolvido assim em torno dos seus problemas específicos, através das organizações e movimentos unitários e da mobilização para a luta comum do nosso povo contra a política de direita. São problemas fundamentais das mulheres portuguesas, em torno dos quais importa desenvolver a dinâmica unitária da sua luta: o direito ao trabalho, a luta contra o desemprego e por melhores condições de vida, a luta contra todas as formas de discriminação — no trabalho, na sociedade e na família — e pela paz.

7.

Luta da juventude

As lutas da juventude desde a formação do Governo Cavaco Silva apresentam certa reanimação, na zona da Reforma Agrária, na Universidade e escolas secundárias e em iniciativas de carácter cultural, desportivo e recreativo.

São de salientar:

- as acções dos jovens operários agrícolas da zona da Reforma Agrária (Encontro regional e deslocação de 200 jovens a Lisboa; plenário com 300 jovens sobre formação profissional);
- as lutas na Universidade por objectivos concretos (legislação das carreiras médicas, reestruturação de cursos, contra saneamento de professores, degradação pedagógica e científica, instalações e apoio social, numerus clausus, precedências, etc.);
- greves e paralisações (Universidade do Algarve, I.S. de Agronomia, Faculdades de Direito e Letras e ESBA de Lisboa e Porto, ISEs, Escola Secundária Afonso Albuquerque da Guarda, Infante D. Henrique do Porto, Ferreira Dias do Cacém, Madorna, etc.);
- a eleição de listas unitárias (AEs do ISE e de Ciências de Lisboa, ESBA e Letras do Porto, Universidade dos Açores-Ponta Delgada e em numerosas escolas do Ensino Secundário);
- abaixo-assinados e outras formas de protesto (Escola Secundária do Fundão, Alexandre Herculano do Porto, Faculdade de Letras

de Lisboa; marchas, representações satíricas, concentrações de estudantes do Ensino Secundário);

- desenvolvimento do associativismo juvenil local e acções pela resolução de problemas concretos e imediatos, muitas vezes em colaboração com as autarquias locais, nomeadamente através de Comissões Municipais de Juventude (Encontro sobre a condição social dos jovens do distrito de Setúbal);
- iniciativas em defesa da paz e da ecologia, com referência especial ao Acampamento em Almodôvar e à constituição de numerosas comissões e movimentos.

Trata-se de acções que traduzem problemas graves, a possibilidade de lhes fazer frente e o espírito de luta, sempre que, a par das condições objectivas existentes, se concretizam condições subjectivas (organizar iniciativas e quadros).

Entretanto, **as lutas da juventude em defesa dos seus interesses e direitos próprios e a participação da juventude nas lutas políticas e sociais, não correspondem nem à gravidade dos problemas, nem às imensas potencialidades de intervenção, de determinação e de iniciativa da juventude.**

Verificam-se como principais atrasos, deficiências e factores negativos:

- a debilidade da luta dos jovens trabalhadores particularmente dos desempregados e dos jovens trabalhadores-estudantes, bem como da sua participação e vínculo ao movimento sindical;
- a debilidade de coordenação e articulação das lutas estudantis ao nível de escola em torno de problemas comuns;
- um certo desinteresse pelas lutas mais politizadas;
- um estado de espírito muito generalizado de descrença na possibilidade de resolver os problemas através da luta.

A JCP, que continua a ser a força propulsora das lutas da juventude e actua para que os atrasos e debilidades sejam superados, prossegue, juntamente com a direcção do PCP, o exame aprofundado da situação da juventude e da problemática juvenil com vistas à ulterior definição de linhas de orientação mais rigorosas, de métodos de organização apropriados e de estilo de trabalho que corresponda às características da juventude.

8.

Luta dos pequenos e médios comerciantes e industriais

Os pequenos e médios comerciantes e industriais manifestam o seu descontentamento pelas consequências da política do Governo e justas apreensões com a entrada de Portugal na CEE, a introdução do IVA, acentuação dos aspectos marcadamente repressivos da fiscalização económica e bruscos aumentos da contribuição industrial.

Há condições para o desenvolvimento da luta, de que são indício algumas movimentações:

- dos industriais de carnes contra o encerramento imediato e sem preparação nem prazos adequados de cerca de 400 matadouros (aplicação do DL 304/84), medida que provocará dificuldades de abastecimento a milhares de pequenas empresas de transformação de carne. Grandes assembleias e a realização de uma caravana de protesto com 200 veículos desde Porto Alto até Lisboa, acusam a entrada em luta de um sector económico e profissional geralmente pouco mobilizado;
- dos proprietários de restaurantes, pastelarias e estabelecimentos afins de Almeirim contra o pagamento do Imposto de Turismo, com encerramento dos estabelecimentos e deslocações às Finanças;
- dos pequenos comerciantes de alguns concelhos, resistindo aos novos horários, que as grandes superfícies não cumprem;
- dos vendedores ambulantes de Coimbra protestando contra as perseguições da polícia que lhes leva sistematicamente os seus haveres;
- apoio de centenas de PME da zona de Lisboa aos deputados que propuseram a baixa dos combustíveis.

Embora se verifiquem incompreensões da parte dos pequenos e médios comerciantes e industriais acerca das verdadeiras causas das dificuldades que os atingem e continuem a existir muitas ilusões quanto à política do Governo, é previsível uma maior intensificação das lutas à volta das questões concretas, uma maior vida associativa e intervenção social e novos e positivos avanços nas estruturas unitárias verdadeiramente representativas dos interesses da generalidade das pequenas e médias empresas portuguesas.

9.

Luta dos reformados

Os reformados continuam a desenvolver uma luta constante em defesa dos seus interesses fundamentais.

Tiveram particular relevo:

- plenários de activistas do MURPI de Lisboa e Setúbal (seguido de manifestação) e de Évora;
- as «marchas da fome» em Lisboa (com cerca de 1 500 participantes) e Marinha Grande (com cerca de 500 participantes);
- Dezenas de iniciativas por ocasião do Natal e as comemorações do centenário do 1.º de Maio;
- a participação nas acções de massas promovidas pelos sindicatos, pelo MURPI, pela Associação dos Inquilinos contra a Lei das Rendias.



Os reformados têm demonstrado a sua determinação e a sua capacidade de organização. Constituem um importante destacamento do povo português na luta por uma alternativa democrática.

10.

Luta dos deficientes

Os deficientes, na luta pelo reconhecimento dos seus justos direitos, desencadearam neste período importantes acções de que se destacam:

- a **resistência ao despacho orgânico do Governo** que retira o Secretariado Nacional da Reabilitação da dependência directa do Primeiro-Ministro e o coloca na Secretaria de Estado da Segurança Social, transformando-o num órgão burocrático, sem dotação orçamental e sem a participação dos deficientes;
- o **Encontro Nacional de Deficientes, em Águeda, promovido pela UCNOD, com mais de um milhão de participantes;**
- a **luta vitoriosa contra a tentativa do Governo de impor a interdição aos deficientes do exercício da função docente;**
- a **luta contra os cortes de verbas para as CERCLs e a educação especial.**

Os deficientes continuam a desenvolver as suas lutas em duas grandes direcções:

- contra as medidas discriminatórias e lesivas dos seus interesses;
- pelo reforço da unidade de todos os deficientes e suas organizações.

11.

Luta dos emigrantes

Manifestando o seu descontentamento pela política do Governo PSD, os emigrantes protestaram em reuniões e abaixo-assinados; aprovaram moções e enviaram delegações às missões diplomáticas e órgãos de soberania; actuaram junto dos tribunais; designadamente:

- contra a suspensão das contas de poupança-crédito e da isenção de pagamento do imposto de capacidade sobre os depósitos a prazo;
- por um efectivo apoio às Associações e ao Conselho das Comunidades e contra as tentativas para a sua manipulação;
- pelo direito efectivo ao ensino do português no estrangeiro e contra a redução do número de professores;
- pelo efectivo cumprimento dos contratos assinados para trabalhar no estrangeiro e contra as burlas e as condições de sobre-exploração.

A luta dos emigrantes tem tido um importante papel para a defesa das suas reivindicações e para uma mais íntima ligação à vida e às aspirações de todo o nosso povo.

12.

Lutas das populações

Os mais variados sectores da população têm desenvolvido variadas acções em defesa dos seus interesses.

Neste período são de destacar:

- a **luta dos inquilinos contra a Lei das Rendas de Casa**, pela sua revogação e pelo direito à habitação. Os mais variados sectores da população com as suas organizações (associações de inquilinos, movimento sindical, MDM, MURPI, etc.), participaram numa importante movimentação com estes objetivos. Tiveram particular relevo centenas de acções de esclarecimento, com exposições e cartazes; a criação de comissões locais de luta, abaixo-assinados, petições e outras formas de protesto; concentrações com milhares de pessoas; sessões de esclarecimento, plenários e encontros.
- **lutas contra a liquidação de serviços.** As populações das freguesias de Rossio ao Sul do Tejo lutam contra a supressão das passagens de nível. As populações de Vasco Esteves (Seia), Cortes do Meio (Covilhã), Mortágua (Viseu) contra o encerramento das estações de caminho de ferro e a população de Reguengos contra o encerramento do Ramal Reguengos-Évora. As populações de Cabanas de Viriato (Viseu), Vilamandelo (Valpaços), Portela de Penela, Bairro, Cavês, Vale de Tamel (no distrito de Braga) contra o encerramento ou a redução de horários de funcionamento de postos dos CTT. A população de Pascoal de Abraveses (Viseu) contra a aplicação de taxas municipais arbitrárias.

13.

Movimento da Paz

O contínuo agravamento da tensão internacional provocado pela política militarista agressiva do imperialismo, liderado pela administração Reagan, e a política de submissão ao imperialismo prosseguida e agravada pelo Governo do PSD, conferiram ao movimento pela paz um relevo ainda maior.

O movimento pela paz continuou a ampliar-se e a desenvol-

ver-se como uma importante componente do movimento democrático e popular.

A luta em defesa da paz, pelo desarmamento e, antes de mais, o desarmamento nuclear, contra o projecto da «guerra das estrelas», em defesa da independência nacional e contra o envolvimento de Portugal na estratégia agressiva do imperialismo, contra as ameaças e agressões militares imperialistas, exprimi-se em todo o país através de formas de intervenção muito diversificadas como assembleias, sessões, colóquios e seminários, exibição de filmes, exposições documentais, acampamentos e outras iniciativas de convívio, corridas, espectáculos, distribuição de documentos e afixação de cartazes, aprovação de moções, concentrações e manifestações, participação em conferências e outras reuniões internacionais.

Pela sua importância política merecem ser destacadas:

- as acções realizadas no âmbito da Comissão Portuguesa do **Ano Internacional da Paz**, com destaque para a Assembleia do A.I.P.;
- as acções de **solidariedade com os povos vítimas de agressões imperialistas**, designadamente com a **Líbia** (concentrações frente à Embaixada dos EUA em Lisboa e ao Consulado dos EUA no Porto), com a **Nicarágua e Angola** (amplas sessões de solidariedade salientando-se a vigília de 24 horas em Lisboa), com o povo da **África do Sul** (protesto contra a presença do Mayor de Joanesburgo);
- as iniciativas ligadas à **Semana de Desarmamento da ONU**; a **Campanha «Uma Casa Para a Paz»**; o movimento «**Autarquias livres de armas nucleares**»; as **acções contra a instalação da estação de rastreio de mísseis e satélites em Almodôvar**;

O movimento pela paz não está ainda ao nível da gravidade da situação, mas, no seu conjunto, manteve e reforçou as suas características amplamente unitárias, consolidou e alargou as suas estruturas próprias, revelou maior capacidade e prontidão de intervenção.

A luta pela paz e a solidariedade para com os povos vítimas de agressões do imperialismo desenvolve-se essencialmente a partir de estruturas e outras formas de organização específicas como o CPPC, o MNANP, a Comissão Portuguesa de Solidariedade com a Nicarágua, a Associação Portugal-Angola e outras Associações de Amizade com os novos países africanos, o Movimento Português contra o *apartheid*, a Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear, os Trabalhadores Científicos Contra a Guerra Nuclear, a Associação dos Jornalistas pela Paz e outras. Ao mesmo tempo alargou-se mais aos Sindicatos, movimento das mulheres, movimento da juventude, colectividades, autarquias locais, etc. A luta pela paz tornou-se numa direcção permanente da acção das diferentes estruturas do movimento popular.

Apesar de atrasos e subestimação que persistem é de notar uma maior sensibilidade, espírito de iniciativa e empenhamento das organizações do Partido em relação aos problemas da luta pela paz e da solidariedade anti-imperialista. A contribuição do PCP tem sido e continuará a ser fundamental para o desenvolvimento da luta pela paz. Neste sentido são direcções de trabalho:

- fortalecer as estruturas próprias do movimento da paz;
- ampliar o seu carácter unitário;
- diversificar a sua actividade;
- incentivar a iniciativa do movimento sindical, das colectividades, das autarquias locais e outras estruturas do movimento popular, dando particular atenção à integração dos jovens, das mulheres e de intelectuais e artistas no movimento da paz.

14.

O reforço do Partido

O reforço do Partido continua a verificar-se, desmentindo a frenética e histórica campanha anticomunista que (através da desinformação, da manipulação, da mentira e das invencionices) procura criar na opinião pública e nas massas a ideia de que o enfraquecimento do PCP se está a dar como fenómeno inevitável e irreversível.

Veza sem conta desde o tempo da ditadura fascista se desencadearam tais campanhas. E entretanto o PCP não só as defrontou com sucesso como se desenvolveu ao ponto de ser actualmente um **grande partido nacional cuja força e intervenção na vida política, social e cultural constituem elementos insubstituíveis e determinantes da defesa dos interesses do povo, do país, do regime democrático e da independência nacional.**

Tendo consciência da importância decisiva e da correspondente responsabilidade do PCP ante o povo e o país, o **trabalho para o reforço do Partido continua a desenvolver-se de forma positiva.**

A **organização do Partido** constitui, no momento presente da vida nacional, **uma das direcções prioritárias do reforço do Partido.**

Terminadas as sucessivas campanhas e batalhas eleitorais, desenvolve-se em todo o Partido um trabalho sistemático para o reforço da organização, designadamente:

- reestruturando organismos e organizações (particularmente Comissões Concelhias e Células de Empresa);
- promovendo maior participação nas reuniões e na actividade;
- dando maior atenção ao contacto com todos os militantes, à entrega dos cartões, ao pagamento das quotas e à difusão da imprensa do Partido;
- responsabilizando mais militantes e dedicando à formação dos quadros um muito maior cuidado.

A realização recente e próxima de numerosas **Assembleias de Organizações Regionais (ORBI), Distritais (Viseu, Coimbra, Aveiro), concelhias, de freguesia e de célula**, bem como encontros de quadros voltados para o reforço do Partido, tem um papel importante no desenvolvimento deste trabalho.

Não são de adoptar ideias que aparecem acerca de uma suposta necessidade de temporariamente se não promover o recrutamento nem o trabalho de massas a fim de melhor estruturar o Partido.

Na situação actual, um grande esforço de estruturação, a intensificação do recrutamento (em particular de jovens e de mulheres) e o trabalho de massas são indispensáveis e complementares.

A **unidade do Partido** confirmou-se inteiramente na complexa situação de 1985/86, como uma das elevadas e exaltantes características do PCP.

Na acção política, na condução das lutas de massas, nas batalhas eleitorais, nos movimentos unitários, as organizações e membros do Partido actuaram com dedicação, empenhamento e entusiasmo segundo a orientação estabelecida.

O XI Congresso (extraordinário) do Partido e a realização das suas decisões constituíram um testemunho de elevado significado da inabalável unidade do Partido.

Desmentindo as campanhas de invencionices dos anticomunistas, **não existem quaisquer indícios de enfraquecimento da unidade do Partido.**

A **orientação política justa e confirmada na vida, o trabalho colectivo, a democracia interna, a disciplina voluntária e consciente, o estilo de trabalho e a dinâmica da acção** continuam sendo factores essenciais da unidade do Partido.

A **batalha ideológica** adquire uma extrema agudeza dados os colossais meios de propaganda e diversão ideológica anticomunista investidos pelo imperialismo e pelas forças reaccionárias e dadas as teorizações oportunistas vindas de todos os quadrantes (incluindo partidos democráticos) que têm como objectivo central criar a ideia de que diminuem e se esvaem o papel, a força e as perspectivas do movimento operário, do PCP, do socialismo e do comunismo no mundo.

A **intervenção do Partido na batalha ideológica tem, no momento presente, duas exigências essenciais:**

- a **desmontagem** da campanha de desinformação e diversão ideológica anticomunista, através da informação rigorosa dos factos e da reposição da verdade;
- a **informação e demonstração, em termos positivos, da glorirosa e verdadeira história do PCP, da força real presente, das ideias, dos objectivos, do papel e das perspectivas do PCP, assim como da política e das realizações do socialismo e do comunismo e da luta dos povos em todo o mundo.**

No prosseguimento de conclusões anteriores, o Comité Central decidiu tomar mais frequente a realização de **campanhas de esclarecimento de âmbito nacional e regional**, marcando desde já a **semana de 28 de Junho a 6 de Julho** para uma campanha de âmbito nacional com vistas à informação ao povo português das conclusões e decisões da reunião do Comité Central de 16 e 17 de Junho.

A batalha ideológica dispõe dos seus meios próprios de realização («Avante!» e outros órgãos do Partido, cursos, conferências, material de informação e propaganda) para cuja **qualidade e utilização mais eficaz e alargada se estão tomando medidas de ordem prática.**

A batalha ideológica não é uma frente de luta isolada das restantes. **Deve estar sempre presente** (na informação dos factos, na explicação da política, no esclarecimento das ideias, nos objectivos da luta) **em todas as direcções do trabalho do Partido.**

É necessário prosseguir a análise das formas adequadas a uma intensificação da intervenção das organizações e militantes na batalha ideológica.

O **estretamento e a dinamização da ligação às massas** processa-se em todos os aspectos da actividade diária do Partido e constitui **um factor vital do seu reforço e desenvolvimento.**

É um conceito basilar da ligação às massas que esta se realize tanto através das iniciativas do Partido como através da actuação dos militantes comunistas nas organizações e movimentos unitários e nas mais variadas formas da organização de massas.

Verificando-se situações em que se privilegia em absoluto a abordagem das massas directamente pelo Partido, menosprezando as formas de trabalho unitário, e outras situações em que se privilegia a abordagem através de organizações de carácter unitário com apagamento da presença e do papel do Partido, — **torna-se indispensável o desenvolvimento simultâneo das duas direcções de trabalho, ainda que tendo em conta as diferenças das condições concretas (regionais, locais, sectoriais) em que o trabalho se desenvolve.**

Aplicando as decisões do XI Congresso, continua o exame pela Direcção (e o estabelecimento correspondente de planos de trabalho) dos problemas da **juventude, das mulheres, do movimento operário, da batalha ideológica e do funcionamento, organização e dinâmica do Partido.**

No quadro deste trabalho e a par do estudo aprofundado das problemáticas respectivas, o Comité Central tomou a decisão de inscrever um grande **Festival da Canção Juvenil** na Festa do «Avante!» que, este ano, em 5, 6 e 7 de Setembro, no Alto da Ajuda, se afirmará, uma vez mais, como a maior realização político-cultural do país.

O Comité Central decide também promover a realização de um **Encontro Nacional de Quadros** para um debate sobre a **Comunicação Social.**

Dado estarem adiantados os trabalhos relativamente à problemática da Mulher, o Comité Central resolve convocar para **22 de Novembro do ano corrente uma Conferência do Partido, de âmbito nacional, tendo como tema «A emancipação da mulher no Portugal de Abril».**

Apelo do PCP à luta pela paz

1. Os problemas da paz e da guerra continuam no centro da vida internacional. Os factos confirmam que a Administração Reagan não está interessada no desarmamento e no desanuviamento e persiste na corrida aos armamentos e na agudização da tensão internacional como via para alcançar os seus objectivos de revanche social e hegemonia mundial. O imperialismo e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano com a sua política militarista agressiva é o responsável pelos reais perigos do holocausto nuclear que pesam sobre a humanidade.

2. Uma tal política está patente:

- nos projectos de militarização do espaço («Guerra das Estrelas»);
- no prosseguimento dos ensaios nucleares;
- no anunciado propósito de não respeitar o acordo SALT II de limitação das armas estratégicas;
- na sistemática rejeição de todas as propostas e iniciativas de paz da URSS e de outros países socialistas assim como das propostas do Movimento dos Países Não-Alinhados, do grupo dos seis chefes de Estado e outras;
- nas ingerências e agressões do imperialismo na América Central, no Mediterrâneo e Médio Oriente, na África Austral, no Afeganistão, no Sudeste Asiático, na Península da Coreia e noutras regiões do mundo;
- na brutal agressão militar contra a Líbia e nas ameaças contra a Síria e outros países soberanos.

3. Sob o pretexto de combater o terrorismo, a Administração Reagan confirma-se como o maior promotor e executante do terrorismo internacional, transformando o **terrorismo de Estado** em política oficial dos EUA.

4. Os perigos resultantes desta política aventureira são enormes. Na era nuclear não há alternativa para a coexistência pacífica. A paz mundial é condição de sobrevivência da própria Humanidade. O PCP considera as propostas de desarmamento da URSS e de outros países socialistas (designadamente as que visam a suspensão e interdição dos ensaios nucleares, a não militarização do cosmos, a completa liquidação da arma nuclear até ao ano 2000 e a criação de um sistema global de segurança internacional) como contribuições da mais alta importância para a defesa da paz mundial.

5. O Governo de Reagan exerce **fortíssimas pressões sobre os seus próprios aliados da NATO** e do campo imperialista em geral para os forçar a apoiar e a seguir a sua política de confrontação, procurando simultaneamente submetê-los nos planos económico, financeiro, político e diplomático. Não obstante existirem entre si reais conflitos de interesse, rivalidades e contradições, o alinhamento com a política militarista agressiva dos EUA continua a ser o traço principal e a tendência dominante.

6. Para justificar a corrida aos armamentos, aplacar a indignação provocada no mundo pela sua política agressiva e afastar a atenção das propostas e iniciativas de desarmamento da URSS e de outros países socialistas, o imperialismo conduz **violentas campanhas de intoxicação da opinião pública** de que foram exemplo a orquestrada em torno do «terrorismo» e do acidente na central nuclear de Tchernobyl.

7. A salvaguarda da paz exige acção resoluta, comum ou convergente, de todas as forças do progresso social e da paz na luta para pôr termo à corrida aos armamentos, pela eliminação das armas nucleares, químicas e outras de destruição massiva, para impedir a militarização do cosmos. A suspensão e proibição das experiências nucleares tornou-se objectivo imediato da luta pelo desarmamento.

8. O imperialismo não consegue nem conseguirá inverter a evolu-

ção mundial no processo de libertação dos trabalhadores e dos povos.

9. Os países socialistas constituem um factor fundamental do progresso social e de defesa da paz.

A realização no corrente ano do XXVII Congresso do PCUS e de Congressos de outros partidos no poder nos países socialistas é ocasião para um exame aprofundado do caminho percorrido, da situação actual e das perspectivas do socialismo. A concretização dos próximos planos quinquenais na URSS assim como nos outros países socialistas constituirá uma nova confirmação da superioridade do socialismo sobre o capitalismo, das suas imensas possibilidades para dar satisfação às aspirações da classe operária e das massas populares e do seu decisivo papel na defesa da paz mundial.

10. A luta dos povos da África, Ásia e América Latina pela sua emancipação nacional e social prossegue com grande vigor em numerosos países.

11. No período recente novas ditaduras fascistas e reaccionárias tombaram pela acção determinante de poderosos movimentos populares, no Sudão, no Haiti, nas Filipinas, enquanto que no Chile, no Paraguai, no Paquistão, na Coreia do Sul e noutros países a luta prossegue e intensifica-se, atingindo níveis de grande mobilização.

12. Na América Central o povo da Nicarágua defende corajosamente a sua revolução sandinista e o povo de El Salvador prossegue com notável tenacidade a luta armada de libertação.

13. No Médio Oriente, enfrentando condições particularmente difíceis e complexas, os povos árabes resistem às tentativas conjugadas do imperialismo, dos sionistas de Israel e da reacção árabe para sufocar o seu movimento libertador, liquidar a justa causa nacional do povo palestino e derrubar os regimes progressistas.

14. Na África do Sul, dando provas de extraordinária determinação, coragem e heroísmo, o povo sul-africano, conduzido pelo ANC e no caminho da vitória, colocou na ordem do dia a liquidação do criminoso regime do «apartheid» e a conquista da liberdade. Acossado por um poderoso e diversificado movimento das massas populares e cada vez mais isolado no plano interno e internacional, o governo racista com o apoio activo dos EUA, combina retoques na fachada do sistema do «apartheid» com a mais cruel repressão das massas, prossegue a guerra não declarada contra Angola e Moçambique, multiplica os actos de terrorismo de estado contra os países da Linha da Frente, persiste a todo o custo na criminosa e ilegal ocupação da Namíbia.

15. A luta pela defesa e consolidação das revoluções progressistas de Angola, Moçambique, Etiópia, Congo, Afeganistão, Kampuchea, Iemen Democrático, e outras, continua. Constitui um acontecimento do maior significado que, fazendo frente a extraordinárias dificuldades internas e à agressão imperialista, tais países se mantêm orientados para o socialismo.

16. O imperialismo procura por todos os meios — militares, políticos, económicos e financeiros — impedir o avanço e fazer retroceder a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. Porém, num processo sem dúvida irregular e acidentado, com avanços e recuos, a luta dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes confirma dia após dia que a evolução mundial se processa de modo irreversível no sentido da independência, da democracia, do progresso social, do socialismo e da paz.

17. A luta em defesa da paz e para prevenir o real perigo de holocausto nuclear tornou-se nos nossos dias tarefa fundamental e urgente, comum aos trabalhadores e povos de todo o mundo.

18. Em Portugal a luta pela paz é inseparável da luta em defesa das conquistas da revolução de Abril, contra a política de submissão de Portugal ao imperialismo, por uma viragem democrática na vida nacional. Uma política externa de independência, paz e cooperação com todos os povos é a maior contribuição que Portugal pode dar para a causa da paz.

19. Ao mesmo tempo a gravidade da situação exige o prosseguimento e intensificação da luta por objectivos gerais, comuns a todos os povos, exige o prosseguimento e intensificação das acções de solidariedade para com os povos vítimas das ingerências e agressões imperialistas.

A própria experiência mostra que é possível unir nesta frente de luta amplas massas e sectores democráticos muito diversificados. O PCP continuará a agir para que as tendências positivas que se afirmam neste domínio se fortaleçam e expressem em acções ainda mais amplas e vigorosas.

20. Não deve perder-se de vista que o abrandamento do actual clima de tensão internacional e, sobretudo, uma viragem no sentido do desanuviamento e da coexistência pacífica criaria condições mais favoráveis à luta do povo português pela defesa e consolidação das conquistas de Abril.

21. O Comité Central do PCP apela ao povo português para que intervenha activamente na luta pela paz, designadamente:

- contra a instalação, armazenamento e trânsito em Portugal de armas nucleares assim como de armas químicas;
- contra a projectada instalação em Almodôvar da estação de rastreio de mísseis e satélites inserida no projecto da «Guerra das Estrelas»;
- com a declaração pelos órgãos autárquicos de novas regiões livres de armas nucleares;
- pela revisão dos acordos bilaterais e dos compromissos militares com os EUA e outros países da NATO que prejudiquem os interesses nacionais;
- contra a utilização de território português para actos de hostilidade e agressão contra outros povos;
- contra as campanhas de intoxicação da opinião pública de atização da tensão internacional;
- pela suspensão e interdição das experiências nucleares, pela liquidação completa das armas nucleares, químicas e outras de destruição massiva, conta a militarização do espaço;
- expressando a sua activa solidariedade para com os povos que lutam pela sua libertação e vítimas da agressão imperialista.

22. A luta pela democracia e a independência nacional é inseparável da luta pela paz.

O PCP apela à classe operária, aos trabalhadores, a todos os democratas e patriotas para que unam ainda mais os seus esforços e intensifiquem a sua acção para, em conjunto com os povos de todos o mundo, pôr fim à corrida aos armamentos, encetar o processo de desarmamento, afastar definitivamente o perigo de holocausto nuclear que pesa sobre a Humanidade.

Esse é o interesse de todos os povos do mundo. Esse é o interesse do povo português e de Portugal.

17 de Junho de 1986

O Comité Central do
Partido Comunista Português